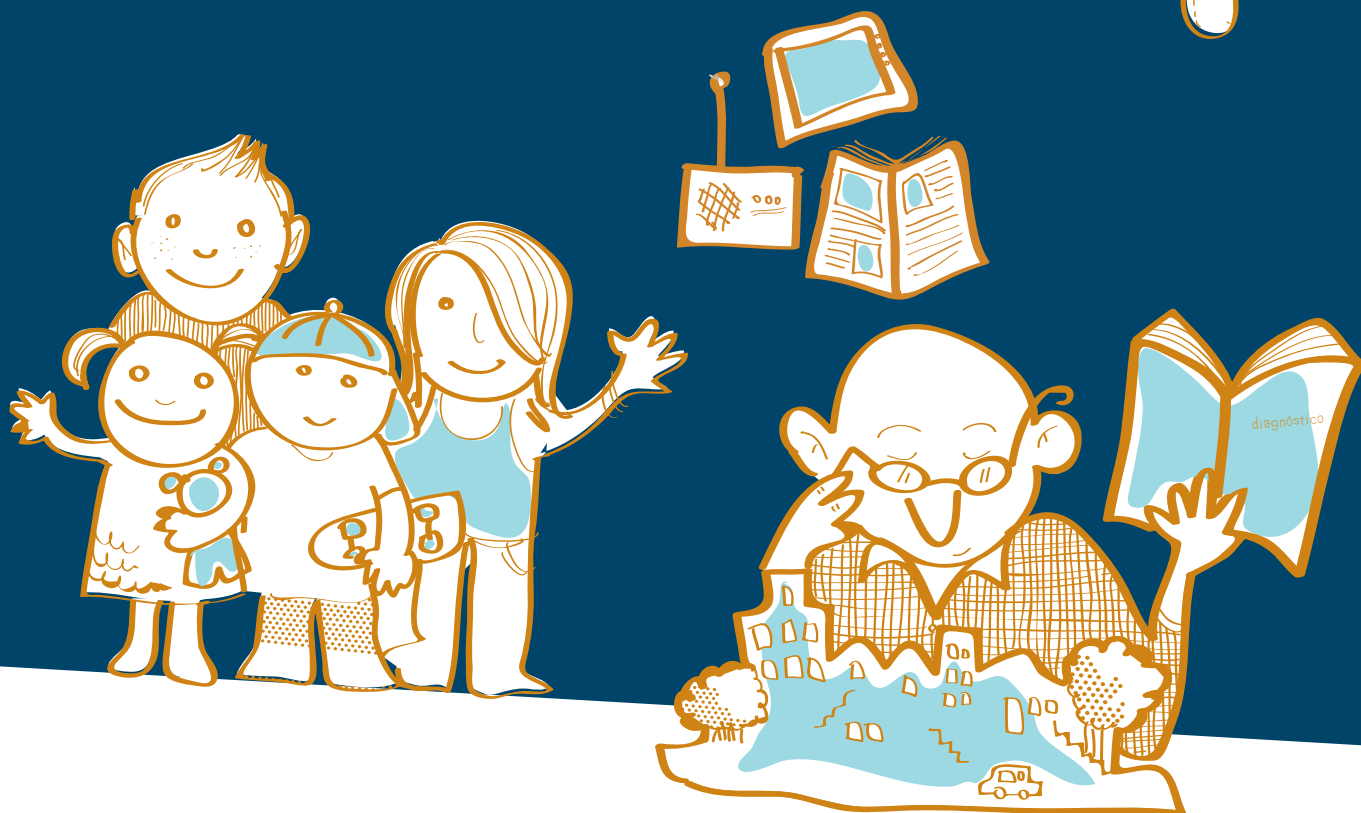
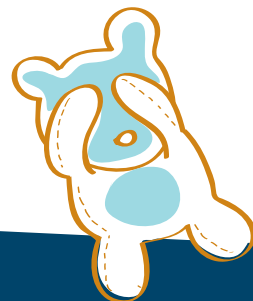


AÇÃO PROTEÇÃO

Experiências e aprendizagens em um projeto de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes



AÇÃO PROTEÇÃO

Experiências e aprendizagens em um projeto de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes

Fundação Telefônica

Telefônica

vivo

Sumário

PREFÁCIO: Françoise Trapenard, Fundação Telefônica Vivo, 7

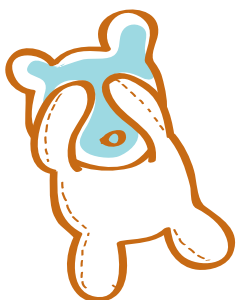
ENTREVISTA: Ministério Público do Estado de São Paulo, 9

INTRODUÇÃO: Agir sobre a realidade para proteger direitos, 11

Os desafios de proteger crianças e adolescentes
contra a violência sexual, 12

Uma visão sistêmica sobre o problema, 14

Uma resposta à fragmentação das políticas sociais, 15



CAPÍTULO 1: A violência sexual contra crianças e adolescentes, 19

A violência contra crianças e adolescentes, 19

A violência sexual, 21

Manifestações das violações, 26

CAPÍTULO 2: O projeto Ação Proteção, 39

Os parceiros, 41

A mobilização dos municípios, 45

Os eixos de ação, 48

Desafios e aprendizagens, 50



CAPÍTULO 3: Capacitação, 55

Apresentação: Educar, informar e prevenir, 55

Capacitar para romper o silêncio, 58

Capacitação presencial, 60

Capacitação à distância, 62

Curso online no projeto Ação Proteção, 65

Desafios e aprendizagens, 66



CAPÍTULO 4: Diagnósticos e Planos, 71

Apresentação: Diagnóstico e planejamento como fundamento das políticas de enfrentamento das violências sexuais, 71

Olhar e entender a realidade para transformá-la, 75

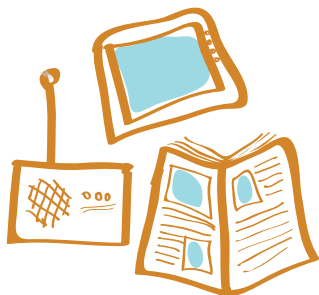
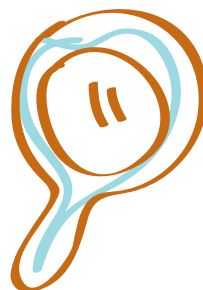
O diálogo com o contexto local, 76

A apropriação da metodologia, 78

O acesso à informação, 81

A violência sexual no contexto das violações de direitos, 86

Desafios e aprendizagens, 88



CAPÍTULO 5: Comunicação, 93

Apresentação: Comunicar para mobilizar, 93

Comunicar para transformar a sociedade em aliada, 96

Campanhas, 97

Peças, 98

A criação das campanhas: o desafio de achar a medida certa para sensibilizar, 101

Desafios e aprendizagens, 103

CAPÍTULO 6: Um olhar para o futuro, 107

Atitudes de prevenção, 108

A importância de falar no assunto, 110

O valor de atuar em rede, 111

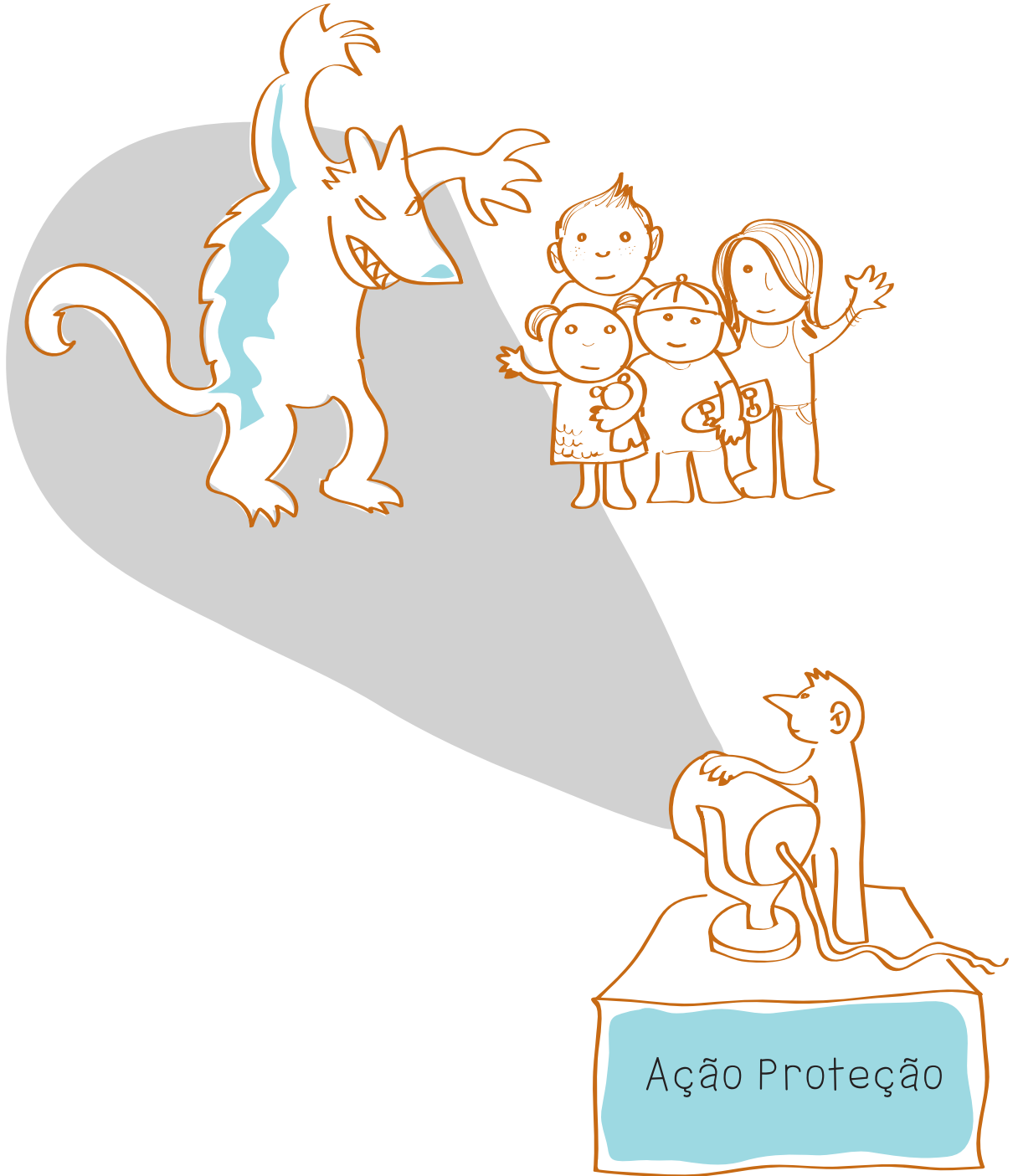
E, na prática, o que fazer?, 113



Legislação relacionada à violência sexual contra crianças e adolescentes, 124

Índice de quadros, tabelas, gráficos e figuras, 126

Bibliografia, 128



prefácio

A Fundação Telefônica nasceu da vontade de levar muito mais que comunicação às pessoas. Nasceu para melhorar a qualidade de vida de crianças e jovens através daquilo que o Grupo Telefônica tem de melhor: a tecnologia. Atuante no Brasil desde 1999, nosso compromisso é impactar de forma positiva a vida de milhares de pessoas. Além do Brasil, a Fundação Telefônica está presente em 16 países.

E buscamos fazer isso de forma inovadora: através da colaboração entre pessoas e instituições. Atualmente a Fundação atua em quatro áreas: Combate ao Trabalho Infantil, Educação e Aprendizagem, Inovação Social e Voluntariado.

Em fevereiro de 2010 a Fundação iniciou, em conjunto com o Ministério Público do Estado de São Paulo, um projeto de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, o **Ação Proteção**. Desde o princípio, nossa equipe sabia da complexidade do tema. Mesmo com a extensa experiência no campo dos direitos da infância e da adolescência que tínhamos, o Ação Proteção era um projeto especial.

A essência do Ação Proteção estava no fortalecimento de redes de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes em 30 municípios parceiros no estado de São Paulo e na realização de uma ampla campanha de mídia para chamar a atenção da população para o tema. A complexidade do assunto agregou um desafio extra ao projeto. Por isso, houve o cuidado para que a campanha de divulgação e as diversas ações de relacionamento fizessem com que a mensagem chegasse, de forma clara e cuidadosa, ao maior número possível de pessoas.

O projeto foi composto de três eixos de atuação: Capacitação, Diagnóstico e Planos, e

Comunicação. O objetivo do eixo de Capacitação era oferecer mais conhecimento aos profissionais que fazem o atendimento direto dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Para isso, oferecemos uma série de cursos presenciais e disponibilizamos uma plataforma eletrônica, através da rede Promenino (www.promenino.org.br), com um curso online, além de diversos recursos para se aprofundar no tema, compartilhar e resolver dúvidas.

O eixo de Diagnósticos e Planos tinha como foco, sobretudo, os membros dos Conselhos Municipais, ou seja, os responsáveis pela formulação e pelo acompanhamento das políticas da área de infância e adolescência nos municípios. O objetivo dessa atividade era dar a esses atores concretas e melhores ferramentas para observar e analisar a realidade e, a partir desse exercício, produzir políticas que ataquem as questões que mais prejudicam o desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes.

Por sua vez, o eixo de Comunicação buscou dialogar com toda a sociedade e torná-la uma aliada no combate à violência sexual contra a criança e o adolescente. As duas grandes campanhas de mídia realizadas procuraram convocar os cidadãos ao seu compromisso de estar atentos e denunciar qualquer situação de violação de direitos. Esta frente atingiu mais de 13 milhões de pessoas através de TV e rádio e 16 milhões de pessoas através de mídia digital.

Em seu conjunto, o projeto Ação Proteção buscou lançar um pouco de luz e reduzir a invisibilidade que ronda o problema da violência sexual contra crianças e adolescentes. Nós, da Fundação Telefônica Vivo, acreditamos que o conhecimento está na base de toda intervenção de qualidade. Esta publicação tem o objetivo de favorecer as reflexões sobre o tema e, particularmente, sobre as iniciativas realizadas nesse campo, no contexto do projeto Ação Proteção. Esperamos que as experiências aqui relatadas possam ajudar todos os atores envolvidos no tema em seu valoroso trabalho cotidiano.

Françoise Trapenard

Presidente da Fundação Telefônica Vivo

entrevista

PROTEGER OS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DEPENDE DO FORTALECIMENTO DA REDE

Fernanda Beatriz Gil da Silva Lopes é promotora de Justiça, assessora do Núcleo da Infância, Juventude e Educação do Centro de Apoio Operacional Cível e de Tutela Coletiva do Ministério Público do Estado de São Paulo. Ela acompanhou a conclusão do projeto Ação Proteção e fala do trabalho do Ministério Público no campo dos direitos da infância e da adolescência, dos desafios presentes nesse trabalho e da experiência no contexto desse projeto específico.

AÇÃO PROTEÇÃO: Qual o trabalho do Ministério Público no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes?

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO: O Ministério Público tem a atribuição legal de tutelar os direitos de crianças e adolescentes que estão em situação de risco iminente, por meio da intervenção do promotor de Justiça. O objetivo é evitar ou dirimir esse risco, com atenção especial ao fortalecimento da convivência familiar.

Quando a violação do direito ocorre no

contexto familiar, as medidas envolvem verificar a necessidade de encaminhamento da criança ou do adolescente para uma família extensa ou, em último caso, para uma instituição de acolhimento que possa tratá-la e acompanhá-la.

AP: Como o projeto Ação Proteção se encaixa nesse trabalho?

MPSP: O Ação Proteção se associa ao trabalho de prevenção, focando no fortalecimento da rede que faz esses atendimentos

e encaminhamentos. Dessa maneira, esse projeto favorece a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

AP: Que importância essa rede tem no combate às violações?

MPSP: O Ministério Público tem, atualmente, um objetivo estratégico de aproximação, fortalecimento e capacitação dessa rede. Não é um profissional que está na capital que atenderá a situação de risco no Vale do Ribeira, por exemplo. O combate à violência sexual contra crianças e adolescentes requer estrutura adequada, locais para encaminhamento, profissionais capacitados. É importante fomentar políticas públicas para que essas demandas sejam atendidas. Por outro lado, é necessário fortalecer a ação local sem perder de vista a dimensão do estado, pois a perspectiva do todo permite observar as necessidades e identificar os melhores encaminhamentos para cada situação.

AP: Como os Conselhos de Direitos participam dessa dinâmica?

MPSP: Os Conselhos de Direitos precisam sair do papel para, efetivamente, cumprir

a missão que eles têm. Cada promotor, em sua comarca, precisa trabalhar para acompanhar e monitorar o andamento das atividades dos Conselhos, suas reuniões, o que tem sido deliberado, se essas deliberações são implementadas, se há necessidade de orientação sobre temas específicos. O objetivo é fortalecer os Conselhos para que eles atuem como previsto.

AP: Como você avalia os resultados do projeto Ação Proteção?

MPSP: A Fundação Telefônica Vivo se preparou para a execução do projeto, com a contratação de profissionais, a elaboração de materiais; houve empenho e capacitação para que todos soubessem como desempenhar o seu papel e contribuir para o alcance do objetivo. É preciso considerar, ainda, que esse projeto dependia da adesão das administrações locais, algo que afeta os resultados, pois o ritmo das cidades não é necessariamente aquele desenhado no cronograma. Existem situações que precisam ser acompanhadas para que o projeto cumpra a sua missão.

introdução

AGIR SOBRE A REALIDADE PARA PROTEGER DIREITOS

“Nenhuma forma de violência contra a criança é justificável e toda violência pode ser prevenida.”

Informe General de Naciones Unidas sobre la violencia contra los niños y niñas, 2007

Um tema difícil de tratar, envolvido em preconceitos, tabus, falta de conhecimento, subnotificação. Um conjunto de organizações empenhadas em desenvolver metodologias e reflexões para enfrentar o problema. Um grupo de municípios com coragem e disposição suficientes para encará-lo e pôr em andamento uma série de iniciativas para mudar esse quadro. Esse é o projeto Ação Proteção.

Em 2009, a Fundação Telefônica Vivo recebeu do Ministério Público do Estado de São Paulo o convite para desenvolver um projeto de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes em um grupo de municípios paulistas que estavam na rota do mapeamento da Polícia Rodoviária Federal sobre os pontos vulneráveis à exploração sexual. A equipe se juntou a parceiros especialistas no assunto e em estratégias complementares, como a Childhood, a Prattein e o CEATS, para organizar e executar um conjunto de ações que provocou atores locais a se reunir e olhar juntos para sua realidade, identificar prioridades e desenhar ações necessárias para provocar transformações significativas. Desde o princípio, havia algumas perspectivas claras: a necessidade de contar com o compromisso dos municípios participantes e de articulá-los em redes intermunicipais, a importância de respeitar a diversidade de situações presentes nesses municípios e apoiá-los a dar passos concretos no contexto dessas realidades, a demanda por capacitação focada no tema específico, o anseio de desenvolver planos de ação objetivos e consistentes. Ao todo, foram 30 os municípios paulistas que toparam o desafio.

A coordenadora da iniciativa na Fundação Telefônica Vivo, Eliane Schütt, explica que o projeto Ação Proteção foi composto de três eixos de intervenção, que evidenciavam a capacitação, o desenvolvimento de diagnósticos e planos municipais, e a comunicação.

Estratégias, focos e públicos diferentes, mas complementares, que articulados buscaram, por um lado, desmistificar o tema junto aos profissionais que lidam diariamente com ele e junto à sociedade, que muitas vezes ignora ou se vê distante do problema, e, por outro lado, dar ferramentas para que os responsáveis pela tomada de decisão estejam devidamente preparados para enfrentar esta e todas as demais violações dos direitos de crianças e adolescentes. Mais de mil pessoas passaram por atividades diretamente, sem contar o número daquelas que tiveram contato com as peças de comunicação que foram exibidas em televisão, rádio, outdoors, praças, praias e padarias em toda a zona de abrangência do projeto: Litoral Norte e Baixada Santista, Vale do Ribeira, Vale do Paraíba, regiões de São José do Rio Preto e de Presidente Prudente.

Como recordam as profissionais da equipe dedicada ao projeto na Fundação Telefônica Vivo, toda a experiência e as ferramentas já usadas pela organização no campo dos direitos da infância e da adolescência foram aplicadas neste projeto, somadas a importantes aportes trazidos pelos parceiros. O objetivo geral foi de romper os silêncios em torno do problema, aumentar o conhecimento e a capacidade de ação e de reação nos municípios para enfrentá-lo, e sensibilizar a sociedade para que se torne aliada no combate a essa grave violação de direitos. Depois de três anos de trabalho é possível dizer que vários progressos foram alcançados, mas que este foi apenas um passo rumo à transformação ampla que o projeto Ação Proteção busca produzir, assim como todas as iniciativas de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

OS DESAFIOS DE PROTEGER CRIANÇAS E ADOLESCENTES CONTRA A VIOLÊNCIA SEXUAL

Ao completar três anos de atividades do projeto Ação Proteção, duas evidências parecem se destacar. São, na verdade, dois grandes desafios para os atores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA). O primeiro é **a dificuldade de abordar o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes**. Ele pode ser mais ou menos frequente em um município, mais ou menos visível à sociedade, mais ou menos coberto por políticas e programas públicos. Em um ou outro caso, há desafios enormes de notificação e encaminhamento. Por um lado, a sociedade denuncia pouco as violências sexuais, em alguma medida por desconhecer as características de suas manifestações, mas também porque elas frequentemente envolvem pessoas muito próximas às vítimas.

Por outro lado, mesmo entre os profissionais que atuam nesse campo, ainda existem dificuldades para realizar o reconhecimento e o encaminhamento dos casos e das suspeitas.

No Brasil, desde a década de 1990, movimentos de defesa dos direitos da criança e do adolescente vêm pautando a necessidade de tratar e prevenir a violência sexual contra esse segmento da população no contexto da proteção aos direitos humanos. Em 2000, um grande encontro de organizações governamentais e não governamentais, junto a representantes de agências de cooperação internacional, foi o cenário da elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil¹. No mesmo ano, esse plano foi tomado como diretriz nacional pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Trata-se de um importante passo, que provocou e continua a provocar mobilizações e diversas iniciativas em todo o país. No entanto, o monitoramento da Rede de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, publicado em 2007², revelou dificuldades de implementação que derivam, entre outros fatores, da falta de informações e indicadores que fundamentem tanto a elaboração de estratégias como o acompanhamento de seus resultados.

Desse contexto, decorre o segundo grande desafio para o SGDCA, que é **a falta de planejamento**. Como relata o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, os Conselhos ainda são instâncias pouco desenvolvidas no que se refere ao diagnóstico de problemas, estabelecimento de prioridades e encaminhamento de políticas públicas. Além disso, muitas vezes, as equipes dedicadas ao tema estão desarticuladas e pouco integradas ao Sistema. As atividades do projeto Ação Proteção se depararam com situações de pouco ou nenhum registro das violências sexuais, ou com bases de dados independentes, em que os vários atores do SGDCA atribuíam conceitos diferentes para um mesmo tipo de violação – por exemplo, a definição de estupro era distinta para os variados atores, em algumas cidades.

Em muitos municípios, o projeto Ação Proteção motivou a realização de um primeiro diagnóstico da realidade de crianças e adolescentes em geral; em vários deles, provocou o primeiro encontro ou o reencontro entre os membros do SGDCA para, juntos, identificar os problemas e buscar as potenciais soluções. Os resultados das ações revelam a heterogeneidade da gestão e da mobilização ao redor dos direitos da infância e da adolescência nesse grupo de municípios, confirmam a necessidade de qualificar essas estratégias e mostram, sobretudo, a capacidade de ação que os atores do SGDCA têm quando trabalham de forma articulada e integrada.

UMA VISÃO SISTÊMICA SOBRE O PROBLEMA

O projeto Ação Proteção buscou abordar o problema da violência sexual contra crianças e adolescentes de forma sistêmica, quer dizer, na perspectiva e na dinâmica do SGDCA. Essa estratégia segue as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que preconiza o princípio da transversalidade, da atuação em rede, da necessidade de que as políticas sejam focadas na pessoa como sujeito de direitos. Patricia Santin, gerente da área de Infância e Adolescência da Fundação Telefônica Vivo, esclarece que o ECA cria, na verdade, um sistema que interliga diversos outros sistemas – a educação, a saúde, a assistência social, entre outros –, que precisam operar em conjunto para que cada criança e cada adolescente tenha garantida a integralidade de seus direitos. Proteger um direito pode levar à proteção de outros direitos, consecutiva e cumulativamente.

A realidade, porém, revela muitas outras formas de ação que podem ser consideradas predominantemente dispersas. Assim como o trabalho infantil, o adolescente ou jovem em conflito com a Lei, entre outras questões sociais, a violência sexual contra crianças e adolescentes costuma também ser tratada de forma fragmentada no Brasil, avalia Gabriella Bighetti, diretora de Programas e de Ações Sociais da Fundação Telefônica Vivo. “As políticas de educação são planejadas sem tomar em consideração a saúde ou a assistência social e vice-versa”, contextualiza.

O resultado dessa fragmentação se apresentou durante o projeto. Na avaliação da sua etapa de capacitação, 80% dos entrevistados revelaram que os cursos os ajudaram a ver-se no contexto de uma rede e os estimularam a participar mais dela, coisa que não parecia evidente para muitos até então. “Eu não tinha noção da quantidade de pessoas que estão envolvidas nessa rede. Mexeu muito comigo. Você descobre que não está só”, declarou um(a) do(a)s participantes da pesquisa*.

Gabriella e Patricia destacam que essa situação não revela necessariamente uma falha, mas predominantemente um traço cultural. As políticas e os investimentos sociais vêm sendo construídos e realizados assim, historicamente, por organizações públicas e privadas, nacionais e internacionais. Políticas e investimentos são orientados a temas, aos problemas concretos da sociedade, e os atores acabam se organizando em torno deles. Além disso, as campanhas e os projetos orientados especificamente a uma questão particular, que pode

* O resultado da avaliação do projeto Ação Proteção foi apresentado sem identificação individual de seus participantes.

ser o trabalho infantil, a violência sexual ou outras, são importantes para chamar a atenção para essas violações e buscar respostas imediatas para os problemas que estão acontecendo no momento, enquanto um sistema articulado de ações pode levar muito tempo para transformar a realidade, além de ser mais caro e mais complexo, porque precisa mexer com um conjunto amplo de atores e estruturas. O que o projeto Ação Proteção buscou fazer foi juntar a capacidade de mobilização e intervenção rápida do trabalho relacionado a uma causa específica – a violência sexual contra crianças e adolescentes – com uma proposta de atuação articulada, em rede, envolvendo todo o SGDCA, nos 30 municípios selecionados.

Dessa forma, a iniciativa estabeleceu também um diálogo com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em pleno movimento de implementação e expansão em todo o Brasil. Fabio Ribas, diretor executivo da Prattein Consultoria em Desenvolvimento Social, explica que o SUAS tem entre seus objetivos superar a tradição assistencialista e centralizada presente em muitos programas e políticas sociais no país. Ele acrescenta que a evolução desse Sistema prevê também o aumento da intersetorialidade, considerando que os problemas de vulnerabilidade social não têm uma única causa e que devem, portanto, ser tratados de forma integrada. Os resultados do projeto evidenciaram esse processo, pois os municípios em que essa integração dos serviços está mais amadurecida demonstraram mais facilidade para responder às propostas do Ação Proteção, enquanto em outros, inversamente, foram as ações do projeto que provocaram alguns passos que contribuíram para o estabelecimento de conexões necessárias entre os diversos atores para que o sistema funcione.

UMA RESPOSTA À FRAGMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Patricia lembra que existe um aspecto particular no que se refere ao combate à violência sexual contra crianças e adolescentes e ao trabalho infantil. Ambas as questões são tratadas por fóruns e comitês específicos nos níveis federal, estadual e municipal. Se, por um lado, essa especialização favorece estratégias focadas nas características específicas desses problemas, ela também permite um distanciamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente em relação à sua situação e às suas demandas, ainda que os planos nacionais respectivos apontem esta última instância como a responsável formal pelas diretrizes políticas desse setor. Essa fragmentação pode contribuir para a permanência de lacunas em todo o sistema. Neste sentido, o projeto Ação Proteção buscou resgatar essa função primordial dos Conselhos para que todos os direitos sejam tratados de forma

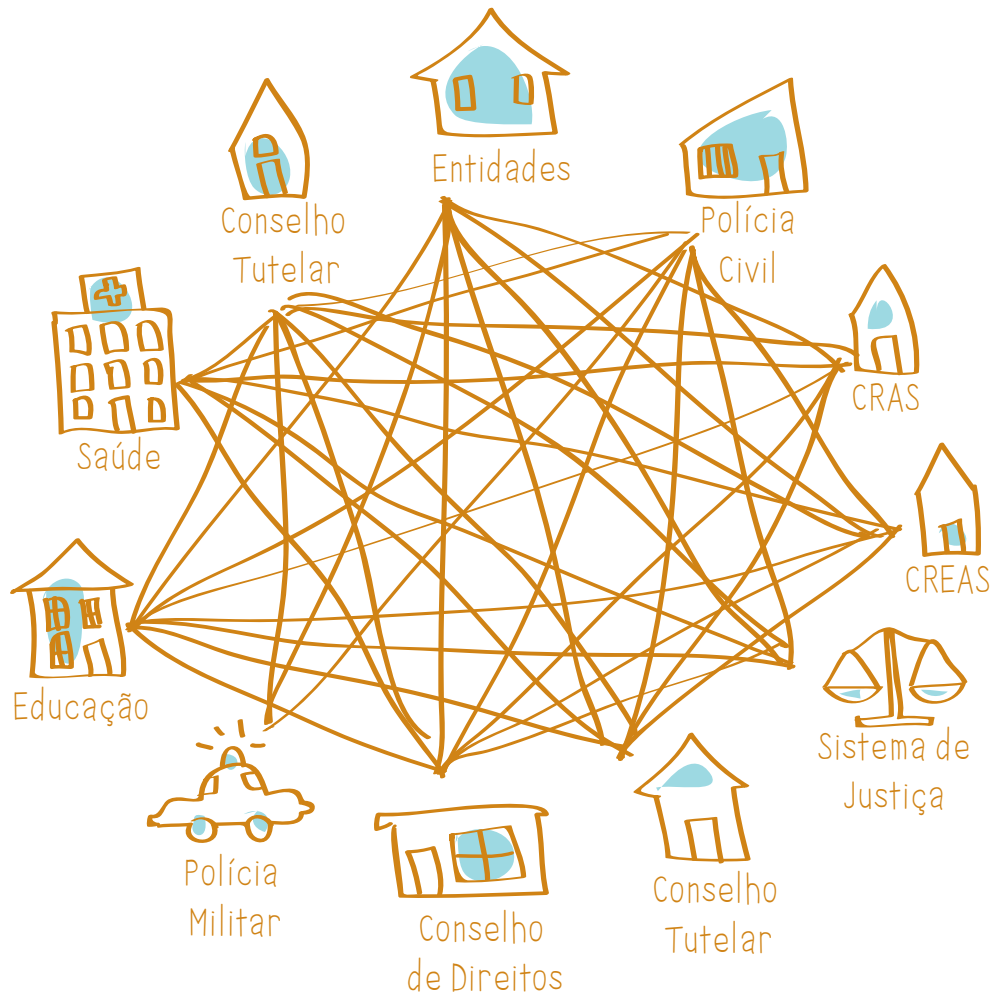
articulada e para que o próprio SGDCA se torne mais estável. Este projeto procurou fortalecer o sistema como um todo, dando especial atenção à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Eliane diz que o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes 2011-2020 foi uma das grandes inspirações para essa abordagem sistêmica aplicada ao projeto Ação Proteção. Essa edição do plano, pela primeira vez, determinou como prioritária a realização de planejamentos e a consideração a todos os tipos de violações em um mesmo exercício de desenho estratégico e político. Segundo Patricia, o Plano Decenal resgata a centralidade do Conselho de Direitos estabelecida no ECA, apontando-o como a instância que deve ser responsável pela formulação dos planos de atenção aos direitos da criança e do adolescente.

Segundo o Informe Mundial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a violência contra crianças e adolescentes, a integração das políticas e dos programas é a estratégia necessária e fundamental para combater e prevenir as violações de direitos desse segmento da população. Trata-se de um princípio que dialoga diretamente com a proposta do SUAS e que foi perseguido em todas as atividades promovidas pelo projeto Ação Proteção.

NOTAS

1. Brasil, 2007a, p.37.
2. Brasil, 2007a.





Extrafamiliar



Sem contato físico



Intrafamiliar

Violência doméstica
Abuso sexual



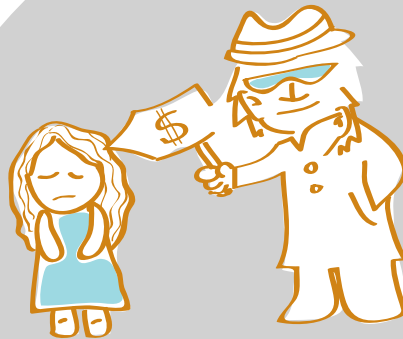
Troca de favores



Exploração sexual
comercial



Exploração sexual
relacionada ao turismo



Exploração sexual
agenciada/
não agenciada



Trabalho sexual
autônomo



Pornografia associada
à infância e à adolescência



Tráfico de pessoas
para fins sexuais

capítulo 1

A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) determina, em seu 5º artigo, que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. No entanto, violações a seus direitos ainda são frequentes por todo o Brasil.

Os dados a respeito desse fenômeno, particularmente os que envolvem a violência propriamente dita, ainda são pouco estruturados, muitas vezes por falta de sistemas que registrem de forma regular e uniforme as violações em todo o país, frequentemente por causa do silêncio e da falta de informação que ronda o tema. Boa parte dos casos envolve familiares ou conhecidos próximos. Por outro lado, mesmo entre os profissionais que trabalham na área, o conhecimento sobre as formas de manifestação, suas causas e sobre os encaminhamentos necessários ainda é frágil e desigual. Um estudo da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a violência contra as crianças no mundo¹ relatou que, na América Latina, mesmo tendo em conta que o sistema legal de vários países considera essas violações como crimes, o número de denúncias não ultrapassa a marca de 15% a 30% das ocorrências reais.

O conceito amplo de violência utilizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e adotado pelo Ministério da Saúde do Brasil define que:

“Violência é o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.”¹¹²

Este mesmo Ministério aplica, ainda, uma definição específica em relação à violência contra crianças e adolescentes, que designa esse tipo de violação como:

“Quaisquer atos ou omissões dos pais, parentes, responsáveis, instituições e, em última instância, da sociedade em geral, que redundam em dano físico, emocional, sexual e moral às vítimas.”³

As situações de violência contra a criança e o adolescente podem ser decorrentes de uma grande variedade de problemas, entre eles as condições socioeconômicas e a desigualdade social, mas também as fragilidades culturais, éticas e afetivas presentes nas relações entre as gerações adultas e infantis ou jovens. Elas produzem graves consequências para o desenvolvimento das vítimas e contribuem para a perpetuação de ambientes de desrespeito aos direitos humanos. No estudo **Labirinto de Espelhos: A Formação da Autoestima na Infância e Adolescência**, a doutora em Saúde Pública Simone de Assis entrevistou mais de 300 mil crianças e adolescentes de 0 a 19 anos, durante os anos de 2002 e 2003, em São Gonçalo (RJ). A pesquisa identificou alta frequência de ocorrências de violência física, psicológica e sexual, além de diversas formas de repercussão e reprodução da violência. Entre outras conclusões, a autora desse estudo destacou que

“Ficou constatado que adolescentes que sofreram maus-tratos familiares sofrem mais episódios de violência na escola, vivenciam mais agressões na comunidade e transgridem mais as normas sociais, fechando assim um círculo de violência. Eles também têm menos apoio social, menor capacidade de resiliência e uma baixíssima autoestima. A violência psicológica, por sua vez, mostrou-se mais presente entre aqueles com menos resiliência – capacidade de seguir em frente superando as dificuldades impostas pela vida, essencial para o desenvolvimento pessoal e para uma boa qualidade de vida do indivíduo consigo mesmo e com a sociedade. Percebe-se, assim, como essa forma de violência pouco valorizada pela sociedade é capaz de fragilizar a posição do adolescente e dos futuros adultos no mundo.”⁴

Embora as repercussões sejam diferentes de acordo com o tipo e a duração da exposição à violência sofrida, torna-se cada vez mais evidente que a violência contra crianças e adolescentes produz efeitos nocivos a curto, médio e longo prazo. As consequências prejudicam diretamente as vítimas, causando-lhes problemas de saúde, de inserção social e de desenvolvimento, mas afetam também toda a sociedade, pelos custos adicionais diretos

vinculados ao tratamento das pessoas afetadas e pelas perdas associadas aos potenciais individuais tolhidos pelos traumas gerados pelas violações.

A VIOLÊNCIA SEXUAL

A violência sexual é um dos tipos de violências que podem ser impostos às crianças e aos adolescentes. Particularmente, ela é considerada como um fenômeno composto de uma vasta diversidade de elementos culturais, sociais, econômicos e políticos, que se manifesta em relações de natureza variada de classe, gênero e raça/etnia. Segundo o Ministério da Saúde, a violência sexual contra crianças e adolescentes:

“ é todo ato ou jogo sexual com intenção de estimular sexualmente a criança ou o adolescente, visando utilizá-lo para obter satisfação sexual, em que os autores da violência estão em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança ou adolescente. Abrange relações homo ou heterossexuais. Pode ocorrer em uma variedade de situações como: estupro, incesto, assédio sexual, exploração sexual, pornografia, pedofilia, manipulação de genitália, mamas e ânus, até o ato sexual com penetração, imposição de intimidades, exibicionismo, jogos sexuais e práticas eróticas não consentidas e impostas e ‘voyeurismo’.”⁵

No caso da violência sexual, a criança e o adolescente que sofrem a violação são sempre vítimas e jamais podem ser transformados em réus. Eles são objetos da ação de um ou mais indivíduos que estabelecem com eles uma relação desigual de poder, que pode estar vinculada à idade, ao gênero, a tradições culturais, à disponibilidade e/ou oferta de recursos financeiros ou simbólicos de qualquer tipo. A violência sexual deve ser observada a partir da perspectiva dos direitos humanos e, portanto, toda violação dessa natureza representa prejudicar ou impedir o desenvolvimento natural, saudável e pleno de crianças e adolescentes.

A lei brasileira qualifica como violento todo ato sexual praticado por adultos maiores de 18 anos com pessoas menores de 14 anos. Existem, porém, outras práticas sexuais que são consideradas como crime, independentemente da idade dos envolvidos, tais como:

- toda relação sexual que foi obtida por meio de força, de ameaça, de imposição de poder, ou de fraude, seja ela qual for;
- de acordo com as relações de parentesco ou de responsabilidade legal e social;

- toda relação sexual que não foi consentida; ao lado disso, o consentimento dado por crianças e adolescentes deve sempre ser analisado de acordo com o as circunstâncias, em virtude de sua condição peculiar de desenvolvimento.

Nesse contexto, é preciso ainda especificar os tipos de manifestações da violência sexual, que podem ser organizados em dois grupos:

ABUSO SEXUAL

O abuso sexual é um fenômeno que ocorre em todas as partes do mundo, em todas as classes sociais, com grande incidência e reincidência. Ele inclui violações que envolvem a violência sexual intrafamiliar, extrafamiliar e também aquelas cometidas em instituições de acolhimento a crianças e adolescentes.

Na publicação **Guia de referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual**⁶, os especialistas da Childhood definem o **abuso sexual** como uma das formas de manifestação da **violência doméstica**, que envolve a negligência, o abandono, a violência psicológica, a violência física e a violência sexual. Essa definição toma como base a reflexão de que todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis pela criança ou pelo adolescente representa uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto, e também uma negação do direito de crianças e adolescentes a um desenvolvimento digno e pleno.

Segundo essa mesma publicação⁷, a assimetria de poder entre abusador e abusado é o que melhor caracteriza a situação de **abuso sexual**, pois o primeiro se aproveita da condição mais frágil do segundo – seja em estrutura física, seja em amadurecimento intelectual, cognitivo ou afetivo, seja em relações quaisquer de dependência ou influência – para obter satisfação sexual.

O abuso sexual pode ocorrer no contexto **intrafamiliar** e no **extrafamiliar**. No primeiro caso, trata-se de situações em que existem laços familiares ou de responsabilidade entre o abusador e o abusado. O violador é, geralmente, uma pessoa em quem a criança ou o/a adolescente confia ou de quem depende, tais como pais, avós, irmãos, tios. As violações de tipo **abuso sexual extrafamiliar** também costumam ser cometidas por pessoas conhecidas e/ou queridas pela vítima. Estas, porém, não têm relações de parentesco ou de responsabilidade formal em relação à criança ou ao adolescente abusado/a. Podem ser amigos da família, vizinhos, professores, entre outros. O guia da Childhood⁸ aborda, ainda, a possibilidade de ocorrência do abuso sexual dentro de instituições de atenção à criança e ao adolescente. Nesses ambientes, as violações podem ser cometidas por adultos, os pro-

fissionais que prestam serviços a esse público, mas também por adolescentes em relação a outros adolescentes mais jovens ou às crianças.

É preciso ainda observar que o abuso sexual nem sempre envolve contato físico, que se caracteriza pela abordagem aos órgãos genitais, masturbação, sexo oral, penetração vaginal e anal, além de carícias em outras zonas erógenas do corpo. O **abuso sexual sem contato físico** compreende o assédio sexual, o abuso sexual verbal, que inclui telefonemas obscenos, o exibicionismo, o voyerismo e a pornografia.

Os efeitos do abuso sexual são graves e podem se prolongar por toda a vida das crianças e dos adolescentes abusados. Entre as graves implicações para a vida adulta das vítimas estão doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e outras sequelas físicas que causem dano à vida sexual e reprodutiva, gravidez precoce e indesejada, dificuldades para manter relações amorosas, afetivas e sexuais saudáveis, tendência a sexualizar os relacionamentos sociais, envolvimento com a prostituição e/ou com substâncias lícitas e ilícitas. Um Informe da ONU⁹ reuniu dados de pesquisas realizadas no mundo todo, que indicam que a exposição de crianças e adolescentes a ambientes violentos – incluindo os diversos tipos de violência, inclusive a sexual – pode ser associada com diversos problemas na idade adulta, como abuso de substâncias químicas, como álcool e drogas, obesidade, depressão, câncer, doenças hepáticas, entre outros. Tais consequências afetam diretamente cada indivíduo que sofre a violação, mas é importante lembrar também dos prejuízos para toda a sociedade, considerando os custos diretos, relacionados ao tratamento de traumas físicos e psicológicos, e os custos indiretos, vinculados às dificuldades de inserção e de contribuição à vida social a que estão sujeitas muitas dessas vítimas.

EXPLORAÇÃO SEXUAL

O Informe Mundial das Nações Unidas sobre a violência contra crianças reconhece a exploração sexual entre as formas extremas de violência¹⁰. Trata-se de um crime que afeta milhares de brasileiros, provocando danos físicos e psicológicos em crianças e adolescentes de todas as classes sociais. Ele se manifesta de diferentes formas nas distintas regiões do país, influenciado pelo tamanho e pelas características da população, por fatores sociais e econômicos, mas também culturais, como aqueles associados a relações entre homens e mulheres, brancos e negros, adultos e crianças, entre outros grupos de características diferentes. Especialistas da Childhood¹¹ reforçam que o fenômeno da exploração sexual não deve ser associado automaticamente à condição de pobreza dos envolvidos, pois, ainda que esse aspecto seja um fator contribuinte, há crianças e adolescentes pobres que encontram outras

formas de suporte para garantir sua sobrevivência, assim como existem pessoas dessa faixa etária cuja sexualidade é explorada por seu anseio de alcançar diferentes objetivos pessoais que não estão necessariamente associados a limitações de natureza econômica.

Segundo o Ministério da Saúde, a exploração sexual se caracteriza pela “utilização sexual de crianças e adolescentes com intenção do lucro ou troca, seja financeiro ou de qualquer espécie”¹². Ela é classificada como um modo de **exploração sexual comercial** sempre que praticada de forma sistemática, em que o corpo de uma criança ou de um/a adolescente é tratado como uma mercadoria destinada à obtenção de algum tipo de benefício. Além da relação sexual, essa violação também contempla qualquer outra atividade erótica em que haja aproximação físico-sexual entre a vítima e o explorador. Tal prática pode acontecer de maneira **agenciada ou não agenciada**. A primeira modalidade envolve a participação de um terceiro ou de um estabelecimento que recruta e organiza os serviços sexuais e, muitas vezes, está associada a situações de escravidão ou semiescravidão. A atividade não agenciada também envolve lucro, mas são os próprios adolescentes que se engajam no **trabalho sexual autônomo** como estratégia de sobrevivência ou em busca de bens ou de um estilo de vida desejado.

Existem situações em que crianças e adolescentes utilizam a prática sexual como uma **troca de favores** para obter algo que querem ou de que necessitam. Isso pode acontecer em grupos que vivem nas ruas e utilizam o sexo para conseguir dinheiro, comida, drogas ou um lugar para dormir, mas também entre crianças e adolescentes de outros contextos socioeconômicos, interessados em drogas ou produtos caros a que não teriam acesso facilmente. Diferente do trabalho sexual autônomo, a prática sexual como troca de favores costuma ser pontual e associada a um benefício imediato e específico.

A **pornografia associada à infância e à adolescência** envolve a produção, distribuição e comercialização de material que aborde e/ou explicitamente imagens de crianças e adolescentes e seus órgãos genitais, e/ou de práticas sexuais que envolvam crianças e adolescentes, sejam elas reais ou simuladas. Os meios digitais, principalmente a internet, vêm sendo amplamente utilizados nessa modalidade e representam um grande desafio para o enfrentamento da violência sexual. O estudo das Nações Unidas sobre a violência contra a infância¹³ afirma que crianças e adolescentes sem supervisão adequada de seus pais ou responsáveis, aquelas que têm baixa autoestima e as que não têm um adulto de referência em sua formação costumam estar mais vulneráveis a violações próprias dos ambientes eletrônicos.

Segundo a legislação brasileira, a pornografia envolvendo crianças e adolescentes é crime e são consideradas infratoras tanto as pessoas que produzem o material como as que

o distribuem, assim como aquelas que exibem esse tipo de imagens, que instigam o apelo sexual, a menores de 18 anos.

A **exploração sexual relacionada ao turismo** é uma prática recorrente e requer grandes esforços de combate. Essa modalidade é caracterizada pela inclusão de serviços sexuais que envolvem crianças e adolescentes em pacotes turísticos. Muitas agências de viagens, guias de turismo e hotéis oferecem, de forma clandestina, adolescentes e jovens como acompanhantes para turistas, especialmente nas regiões de grande fluxo de estrangeiros e visitantes de outras regiões. Em 2012, o Ministério do Turismo do Brasil notificou mais de dois mil sites por conteúdos impróprios para a imagem do país; cerca de 80% deles tinham apelo sexual ou sensual¹⁴. O levantamento foi enviado aos órgãos competentes para que as iniciativas fossem devidamente suprimidas e seus autores legalmente responsabilizados.

O fenômeno do **tráfico de pessoas para fins sexuais** envolve o recrutamento, o transporte e a disponibilização de pessoas por meio de fraudes, ameaças ou diretamente de vio-

QUADRO 1

PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) classifica a exploração sexual como uma das piores formas de trabalho infantil. Em sua Convenção 182, a organização estabelece que este conceito abrange¹⁵:

a) todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, como venda e tráfico de crianças, sujeição por dívidas, servidão, trabalho forçado ou compulsório, inclusive recrutamento forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados;

b) utilização, recrutamento e oferta de criança para fins de prostituição, produção ou atuações pornográficas;

c) utilização, recrutamento e oferta de criança para atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de entorpecentes, conforme definidos nos tratados internacionais pertinentes;

d) trabalhos que por sua natureza, ou pelas circunstâncias em que são executados, são susceptíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança.

Essa classificação é tema de debate. Por um lado, favorece intervenções porque permite que estabelecimentos e serviços sejam autuados toda vez que se encontrem crianças ou adolescentes evidentemente envolvidos em trabalho sexual ou em qualquer das condições descritas pela Convenção 182. Por outro lado, há quem diga que não se pode classificar uma violação de direitos como uma forma de trabalho, ainda que ela seja ilegal. Segundo esta perspectiva, crianças e adolescentes não podem ser considerados prostitutos em nenhuma circunstância, pois são sempre objetos da exploração sexual.

lência, com a finalidade de obtenção de lucro de qualquer natureza. Nesta modalidade, também operam agências de turismo, de modelos, de trabalho internacional e outras empresas clandestinas que levam jovens a outras cidades ou países, prometendo rápida ascensão social, que acaba se convertendo em exploração sexual. Os casos que atingem crianças e adolescentes frequentemente envolvem a participação de adultos que têm controle sobre as vítimas e permitem a exploração. Toda prática de tráfico de seres humanos, seja para exploração sexual ou para outros fins, é crime e consiste em violação dos direitos humanos.

MANIFESTAÇÕES DAS VIOLAÇÕES

Como já mencionado, o registro da violência contra crianças e adolescentes é pouco frequente e bastante desigual no Brasil. Pelos relatos dos participantes é possível dizer que a **subnotificação** de violações contra os direitos da infância e da adolescência está presente em todos os municípios envolvidos no projeto Ação Proteção, de forma ainda mais evidente quando o assunto é a violência sexual. Raquel Muramatsu, que é membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança de Registro, menciona o exemplo da exploração sexual: “sabemos que existe, mas os números não aparecem”. Flávia Domenica, gestora de Assistência Social em Bertiooga, que trazia consigo uma experiência no programa Sentinela, dedicado exclusivamente ao combate à violência sexual, reforça que falar desse tema é algo muito difícil e que a equipe de sua cidade reconhecia, desde o princípio, a importância de focalizar o trabalho de diagnóstico na busca de mais dados sobre a existência do problema e, ao mesmo tempo, o limite do conhecimento, do reconhecimento e da denúncia desse tipo de violação.

Flávia destaca a interferência dos aspectos culturais nesse contexto e faz uma analogia com o trabalho infantil, muito recorrente em cidades do litoral e que, frequentemente, é visto com naturalidade ou mesmo incentivado como uma atividade para ocupar o tempo livre das crianças – considerando que se reconhece pouco a importância do tempo ocioso para o desenvolvimento de muitas competências. “O entendimento das pessoas comuns sobre os direitos das crianças e dos adolescentes influencia muito na qualidade da notificação, pois quem não vê o problema, não considera errado uma criança estar trabalhando e, portanto, não vai denunciar”, reflete. Ela descreve a geografia de Bertiooga como um aspecto que tende a favorecer a exploração sexual, por exemplo, levando em conta o grande fluxo de turismo e o tráfego intenso nas estradas da região. Para ela, o levantamento feito durante o projeto Ação Proteção ajudou a conciliar o entendimento entre todos os atores da rede sobre o assunto, mas o quadro obtido é ainda um primeiro passo para compreender a completa abrangência do problema.

Luane Natalle, da equipe de gestão do projeto Ação Proteção na Fundação Telefônica Vivo, conta que a dificuldade de obtenção dos dados foi um dos aspectos mais complicados do conjunto de ações proposto aos municípios. Ela lembra que “alguns representantes de municípios questionaram a complexidade da metodologia porque sabiam que muitas interfaces das quais as atividades dependiam seriam difíceis, que muitas comissões locais fariam seu primeiro exercício de levantamento e análise dos registros locais das violações de direitos”, mas que todos estavam cientes de que, independentemente de quão completo se apresentasse o resultado, essa prática seria muito importante como um primeiro passo para conhecer melhor a realidade e tomá-la como base para as intervenções no contexto do projeto e no futuro.

QUADRO 2

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNDO¹⁶

- A Organização Mundial da Saúde (OMS) calcula que 150 milhões de meninas e 73 milhões de meninos menores de 18 anos foram expostos a relações sexuais forçadas ou outras formas de violência sexual com contato físico em 2002.
- Estimativas da OIT, para o ano 2000, falam de 1,8 milhão de crianças e adolescentes explorados na prostituição e na pornografia e de 1,2 milhão de vítimas do tráfico de seres humanos.
- Em todo o mundo, inclusive em países desenvolvidos, é alarmante o número de pessoas que alega ter sofrido abuso sexual durante a infância e a adolescência.
- É também recorrente a subnotificação, sobretudo das violências cometidas no ambiente familiar, e a falta de informação sobre o que fazer quanto uma suspeita de violação é identificada.

O REGISTRO DO ABUSO SEXUAL

Em seu estudo sobre a violência contra as crianças no mundo, a ONU retoma as conclusões de um relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para reforçar que a falta de sistemas de informações adequados para medir e analisar cada tipo particular de violação impede o desenvolvimento de melhores políticas de prevenção e controle do fenômeno¹⁷. Em busca de suprir essa lacuna de registros no Brasil, desde 1996 o Laboratório de Estudos da Criança (Lacri), do Instituto de Psicologia (IP), da Universidade de São

Paulo (USP), vem estudando particularmente o fenômeno da violência doméstica, com a participação de alunos de cursos realizados pelo próprio Laboratório. Esses pesquisadores utilizam formulários padronizados para fazer um levantamento e uma tipificação de casos de violência doméstica em seus municípios de origem. Desde o começo dos levantamentos a negligência tem se destacado como o tipo de violação observado com mais frequência, fato que também apareceu regularmente nos diagnósticos realizados pelas cidades participantes do projeto Ação Proteção.

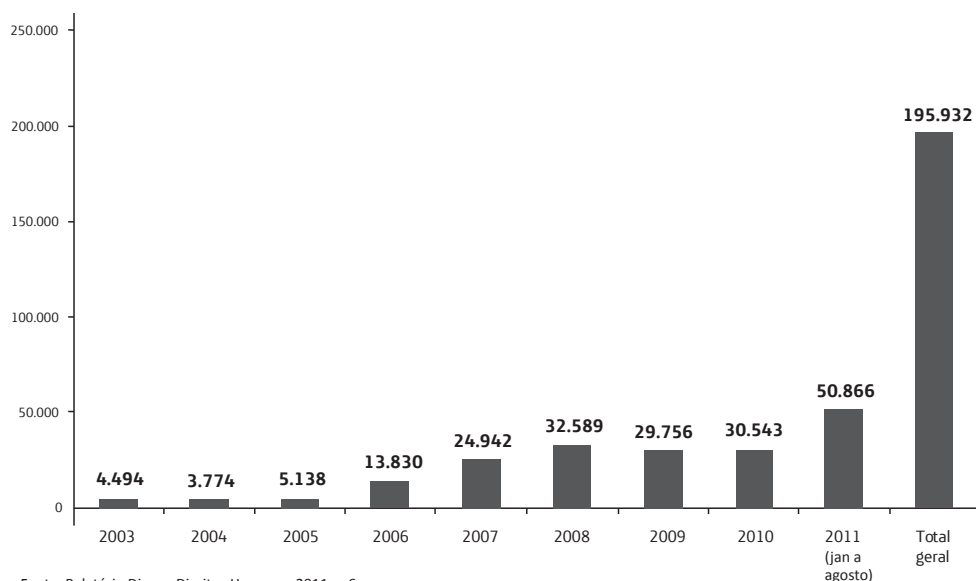
TABELA 1: QUADRO SÍNTESE DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NOTIFICADA

ANO	Modalidade VDCA – Incidência Pesquisada					
	Violência Física	Violência Sexual	Violência Psicológica	Negligência	Violência Fatal	Total de casos notificados
1996	525	95	0	572	0	1.192
1997	1.240	315	53	456	0	2.064
1998	2.804	578	2.105	7.148	0	12.635
1999	2.620	649	893	2.512	0	6.674
2000	4.330	978	1.493	4.205	135	11.141
2001	6.675	1.723	3.893	7.713	257	20.261
2002	5.721	1.728	2.685	5.798	42	15.974
2003	6.497	2.599	2.952	8.687	22	20.757
2004	6.066	2.573	3.097	7.799	17	19.552
2005	5.109	2.731	3.633	7.740	32	19.245
2006	4.954	2.456	3.501	7.617	17	18.545
2007	2.940	1.057	2.285	5.422	10	11.714
TOTAL	49.481	17.482	26.590	65.669	532	159.754

Fonte: LACRI/USP (<http://www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/iceberg.htm>).

Por sua vez, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos vem também estabelecendo padrões de registro e compilando informações a partir das denúncias recebidas pelo serviço Disque Denúncia Direitos Humanos, o Disque 100 (Quadro 3). Entre 2003 e 2011, esse serviço realizou mais de 2,9 milhões de atendimentos e encaminhou quase 200 mil denúncias de violações dos direitos de crianças e adolescentes em todo o Brasil. Em 2011, o serviço registrou a média de 1,5 mil atendimentos por dia, produzindo cerca de 200 denúncias diárias. A violência sexual corresponde a 28% das denúncias dirigidas ao serviço – apesar de apresentar proporções diferentes dos índices obtidos pelos estudos do Lacri, o Disque 100 também identifica a negligência (35%) e a violência física e psicológica (37%) como as ocorrências mais frequentes¹⁸.

GRÁFICO 1: DISQUE DIREITOS HUMANOS – MÓDULO CRIANÇA E ADOLESCENTE: TOTAL DE DENÚNCIAS BRASIL POR ANO



QUADRO 3 DISQUE 100

O Disque 100 é o Disque Direitos Humanos. Trata-se de um serviço coordenado pela Ouvidoria da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), que recebe e encaminha denúncias de violação de direitos humanos recebidas de todos os estados brasileiros. O serviço funciona das 8 horas às 22 horas, diariamente, inclusive em fins de semana e feriados. As chamadas são diretas, gratuitas e podem ser realizadas de forma anônima. O atendimento envolve o registro de denúncias e também a orientação a respeito de encaminhamentos, quando isso é possível e necessário.

O serviço pode ser acessado por meio dos seguintes canais:

- discagem direta e gratuita do número 100
- envio de mensagem para o e-mail disqued denuncia@sdh.gov.br
- pornografia na internet: portal www.disque100.gov.br
- chamada internacional: +55 61 3212.8400

O Disque 100 realiza campanhas de sensibilização em todo o país, dedicando esforços especiais em situações em que as violações podem ter sua frequência ampliada, como grandes eventos e períodos de férias. Os dados compilados pelo sistema municiam gestores de políticas públicas para o desenvolvimento de programas e ações de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Considerando que os dados compilados pelo Lacri correspondem a apenas uma parte das violações que podem ocorrer nos territórios pesquisados, o Laboratório decidiu estimar a prevalência efetiva da violência sexual. O trabalho vem sendo conduzido por meio de estudos possibilísticos, método que permite ultrapassar os limites das análises probabilísticas em países grandes como o Brasil. Uma das constatações é a prevalência de violações contra crianças e adolescentes do sexo feminino. Igualmente, segundo os dados do Disque 100¹⁹, nas denúncias de violência sexual, cerca de dois terços das violações acometem as meninas.

TABELA 2: QUADRO SÍNTESE DE VIOLÊNCIA SEXUAL DOMÉSTICA NOTIFICADA

ANO	Violência Sexual			Total
	Masculina	Feminina	Sem Info	
1996	8	68	19	95
1997	7	80	228	315
1998	18	174	386	578
1999	113	536	0	649
2000	192	786	0	978
2001	350	1.373	0	1.723
2002	326	1.402	0	1.728
2003	522	2.077	0	2.599
2004	589	1.984	0	2.573
2005	602	2.129	0	2.731
2006	677	1.779	0	2.456
2007	251	806	0	1.057
TOTAL	3.655	13.194	633	17.482

Fonte: LACRI/USP (<http://www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/iceberg.htm>).

O Disque 100 classifica as violências sexuais em quatro tipos, que são a exploração sexual, o tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual, o abuso sexual e a pornografia. O abuso sexual é a principal violação registrada pelo serviço e corresponde a mais de 70% dos casos denunciados. É preciso, porém, observar que esses casos correspondem a apenas uma parte das violações que ocorrem em todo o Brasil, pois é fato que o abuso sexual raramente é notificado, entre outras razões, pela relação de parentesco ou de grande proximidade que frequentemente está associada a esse tipo de ocorrência. Um estudo da Organização Mundial da Saúde (OMS), realizado em vários países, inclusive no

Brasil, identificou que 12% das brasileiras entrevistadas que viviam em cidades e 9% das que viviam no campo haviam sofrido algum tipo de abuso sexual durante a infância, mais da metade dos casos envolvendo um membro de sua família²⁰. Essa configuração reduz muito a probabilidade de denúncias. E o desafio envolve, ainda, a formação de competências entre os membros do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) para identificar e catalogar as ocorrências.

Entre outras descobertas feitas durante o andamento do projeto Ação Proteção, a equipe da comissão de diagnóstico e planejamento de Registro observou a necessidade de estabelecer uma linguagem comum para servir de referência a todos os profissionais que atuam na rede do SGDCA. “É preciso construir uma definição clara e única sobre cada tipo de violação, para evitar que cada serviço de atenção a interprete de um jeito”, destaca Raquel Muramatsu.

Flávia Domenica relatou dificuldade semelhante enfrentada pela equipe de Bertiooga. A mesma violação podia ser registrada de distintas maneiras nas diferentes organizações do SGDCA, algo que foi percebido no levantamento de dados que fez parte da etapa de diagnóstico e planejamento do projeto. O número de casos de estupro registrados pelo Conselho Tutelar era diferente do existente no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) da cidade no mesmo ano. Ao confrontar as informações, a comissão de diagnóstico entendeu que a variação do número era decorrente da interpretação que se dava ao que poderia ou não ser classificado como estupro.

Muitas vezes, as organizações que compõem o SGDCA não sabem como encaminhar o problema. Alguns profissionais se recusam ou têm dificuldade de dar um parecer definitivo em casos de suspeita de violência sexual porque declaram não ser especialistas no assunto. Por outro lado, aqueles que identificam as suspeitas, em algumas situações, tardam a tomar uma atitude porque não sabem que instância acionar de acordo com as características de cada caso. Flávia reforça que essa dificuldade está relacionada, frequentemente, com o pouco conhecimento dos aspectos particulares associados à violência sexual contra crianças e adolescentes. Mesmo que um conselheiro de direitos, por exemplo, seja muito atuante em uma organização de atendimento e conheça a realidade de seu território, um caso de violência sexual costuma trazer desafios que são diferentes e geralmente difíceis de manejar. Para ela, existe uma carência generalizada de formação nesse tema.

QUADRO 4

ALGUNS NÚMEROS DA PREVALÊNCIA DE ABUSO SEXUAL NO BRASIL²¹

- O abuso sexual é a **2ª forma mais recorrente** de maus-tratos contra crianças e adolescentes.
- Estima-se que, no Brasil, **165 crianças ou adolescentes** sofrem abuso sexual **por dia** ou sete deles a cada hora.
- De acordo com estimativas, **uma em cada três ou quatro meninas** brasileiras é abusada sexualmente até a idade de 18 anos; **um entre seis e dez meninos** é abusado até os 18 anos.
- Embora haja a concentração de casos de abuso sexual na faixa etária entre sete e 14 anos, mais de **um terço das notificações** associadas a encaminhamentos do Disque 100 envolvem **crianças de cinco anos ou menos**.

O REGISTRO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL

A dificuldade de registro da exploração sexual de crianças e adolescentes é especialmente ampliada por se tratar de uma prática clandestina e ilegal. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a cada ano, um milhão de crianças e adolescentes são incorporados ao mercado da exploração sexual comercial no mundo; muitos deles são vítimas de coação e tantos outros são sequestrados, vendidos, enganados ou comercializados em redes de tráfico internacional de pessoas²². Em 1996, os Anais do Seminário sobre a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Américas²³ registraram que essa violação afeta pessoas de 10 a 19 anos no Brasil, de ambos os sexos e de todas as camadas sociais e econômicas. Segundo essa compilação, entretanto, as adolescentes mulheres, provenientes de famílias ou de regiões de baixa renda e/ou outras onde os direitos humanos são desrespeitados de várias outras formas, são as que mais sofrem esse tipo de violência. De acordo com os registros do Disque 100²⁴, crianças e adolescentes do sexo feminino são as vítimas em 80% dos casos de exploração sexual.

A situação de vulnerabilidade de crianças e adolescentes pobres é, frequentemente, motivação para a inserção precoce no mercado de trabalho e a exploração sexual é, muitas vezes, a modalidade em que essa violação de direitos acontece. Regina Coelho, gestora de Assistência Social de Bady Bassitt, aponta esse contexto como um agravante do problema. Para ela, uma parcela importante da sociedade ainda observa o trabalho infantil e o engaja-

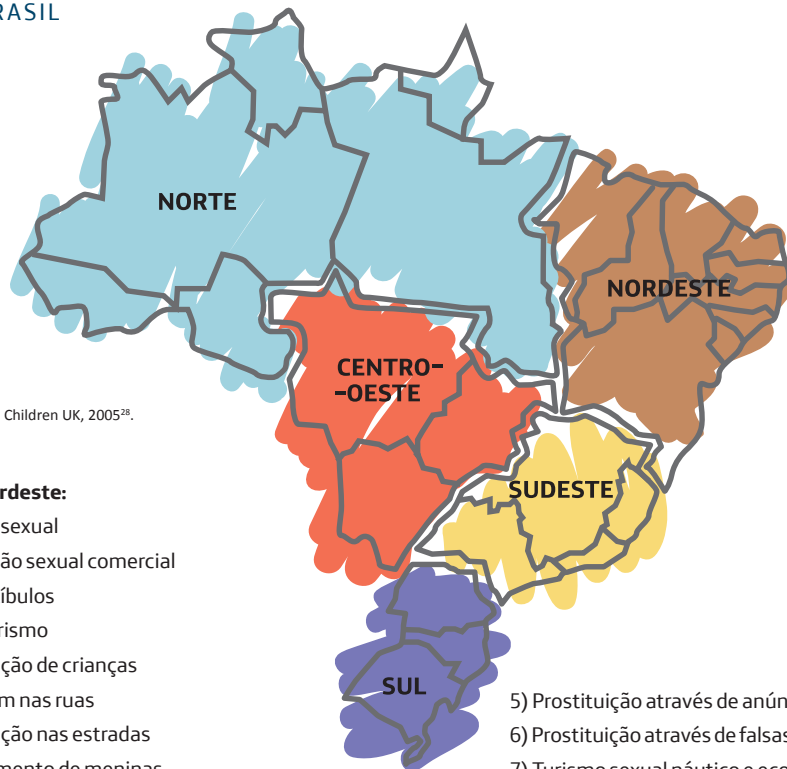
mento na exploração comercial do sexo como uma opção feita pela vítima, especialmente se ela envolve adolescentes, o que tolhe a possibilidade de denúncia dos casos. Desde 1993, após a conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da prostituição infantojuvenil, o Brasil reconhece a prostituição infantil como exploração sexual contra crianças e adolescentes, considerando que somente um adulto com mais de 18 anos é capaz de escolher deliberadamente a prostituição como uma opção de subsistência ou de trabalho.

Em 2002, a Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes (PESTRAF)²⁵ identificou 241 rotas terrestres, marítimas e aéreas vinculadas à exploração sexual desses segmentos da população, com predomínio nas regiões Norte e Nordeste. A condição econômica aparece como um elemento importante na decisão de famílias e até mesmo das adolescentes e mulheres que aceitam as propostas de aliciadores, mas situações de violência familiar e comunitária também são fatores que favorecem esse tipo de violação dos direitos humanos. Segundo essa pesquisa, 30% das pessoas traficadas são mulheres e adolescentes de origem negra, entre 15 e 17 anos; 80% das mulheres traficadas são mães²⁶. As redes de exploração e tráfico de pessoas com finalidade sexual, reconhecidas pelo seu alto grau de organização e de circulação internacional, tomam proveito da vulnerabilidade e dos desejos de melhoria de vida das vítimas.

Um mapeamento realizado a partir de pesquisas já existentes, informações do Disque Direitos Humanos e dados da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), que investigou a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil entre 2003 e 2004, identificou evidências de diversas formas de exploração sexual comercial infantojuvenil em 937 municípios brasileiros²⁷. Outro levantamento feito pela organização internacional Save the Children, recuperando dados levantados pela CPI da prostituição infantojuvenil, subsidiou a elaboração de um mapa das formas mais recorrentes de violência sexual contra crianças e adolescentes nas diferentes regiões do país, como parte do estudo das Nações Unidas sobre a violência contra esse segmento da população (Figura 1). Esse trabalho identificou as desigualdades econômicas e alguns aspectos socioculturais, tais como o machismo e a vulnerabilidade emocional provocada pelas violações de direitos no ambiente familiar, entre as principais razões que levam à exploração sexual de crianças e adolescentes brasileiros. O mapa revela, contudo, que tanto a origem como a manifestação do problema são complexas, pois o fenômeno costuma estar associado a outros tipos de violências, às drogas, ao tráfico de pessoas, a crimes cibernéticos, entre outras infrações.

A Polícia Rodoviária Federal também tem realizado um mapeamento dos pontos de risco e ocorrência de exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras

FIGURA 1: MAPA DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL



Fonte: Save the Children UK, 2005²⁸.

Região Nordeste:

- 1) Turismo sexual
- 2) Exploração sexual comercial em prostíbulos
- 3) Pornoturismo
- 4) Prostituição de crianças que vivem nas ruas
- 5) Prostituição nas estradas
- 6) Recrutamento de meninas em áreas rurais

Região Norte:

- 1) Exploração sexual em minas, prostíbulos e na área portuária, muitas vezes em regime de escravidão
- 2) Prostituição nas estradas e nas ruas, venda de virgens
- 3) Exploração nas redes de narcotráfico
- 4) Recrutamento de meninas nas áreas rurais

Região Centro-Oeste:

- 1) Exploração sexual comercial em prostíbulos
- 2) Exploração sexual comercial nas fronteiras/redes de narcotráfico
- 3) Prostituição de meninas e meninos que vivem nas ruas
- 4) Rede de exploração sexual (hotéis, agências de viagens, taxistas etc.)

- 5) Prostituição através de anúncios de jornal
- 6) Prostituição através de falsas agências de modelos
- 7) Turismo sexual náutico e ecológico
- 8) Tráfico de meninas para a Espanha (de Goiânia)

Região Sudeste:

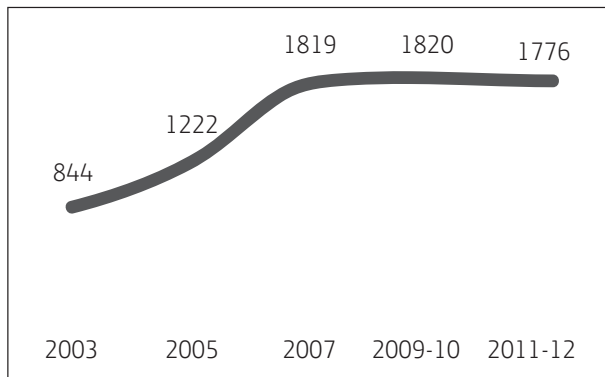
- 1) Pornoturismo
- 2) Exploração sexual em prostíbulos/cárcere privado
- 3) Exploração sexual comercial de crianças que vivem nas ruas
- 4) Prostituição nas estradas
- 5) Pornografia

Região Sul:

- 1) Exploração sexual comercial de crianças que vivem nas ruas /redes de narcotráfico
- 2) Denúncia de tráfico de meninas/meninos
- 3) Prostituição nas estradas
- 4) Recrutamento de meninas nas áreas rurais

desde 2003 – foram esses estudos que motivaram o Ministério Público na demanda que originou o projeto Ação Proteção. Em 2009²⁹, foram identificados 1.820 pontos vulneráveis a esse tipo de violação nas rodovias federais: 924 deles foram considerados pontos críticos; 478, com alto risco; 316, com médio risco; e 102 pontos foram avaliados como de baixo risco. Segundo a equipe que vem analisando os resultados desses levantamentos, a identificação dos pontos de vulnerabilidade tem favorecido o encaminhamento de casos aos Conselhos Tutelares. Entre 2003 e 2012, mais de três mil crianças e adolescentes foram auxiliados por meio dessa intervenção.

GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DO MAPEAMENTO DE PONTOS DE VULNERABILIDADE À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS RODOVIAS FEDERAIS BRASILEIRAS



Fonte: Polícia Rodoviária Federal, 2011-2012³⁰.

Entre as observações feitas a partir dos dados obtidos pelo mapeamento realizado pela Polícia Rodoviária Federal está a coincidência frequente de prostituição e de consumo de drogas lícitas e ilícitas nos pontos identificados como críticos e de alto risco de exploração sexual de crianças e adolescentes. Por sua vez, as campanhas de combate ao problema podem estar provocando migração dos pontos de exploração sexual para outras regiões ainda não monitoradas, o que evidencia a necessidade de ampliar a abrangência e o envolvimento de atores governamentais e não governamentais nas ações de enfrentamento.

TABELA 3: DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS VULNERÁVEIS À EXPLORAÇÃO SEXUAL POR REGIÕES BRASILEIRAS

MAPEAMENTO 2011-2012					
REGIÃO	Crítico	Alto Risco	Médio Risco	Baixo Risco	Total
CENTRO-OESTE	165	132	62	39	398
NORDESTE	195	88	65	23	371
NORTE	134	70	49	80	333
SUDESTE	88	95	94	81	358
SUL	109	95	79	33	316
TOTAL	691	480	349	256	1.776
(%) EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PONTOS	38,9%	27,0%	19,7%	14,4%	100%

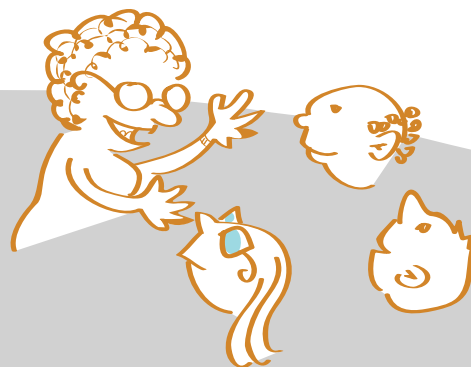
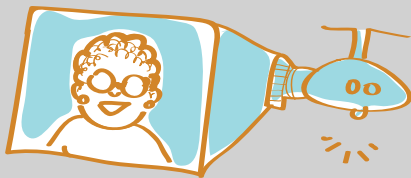
Fonte: Polícia Rodoviária Federal, 2011-2012³¹.

A produção, a sistematização, o acesso e a disseminação de informação são considerados como tarefas fundamentais para combater a violência sexual contra crianças e adolescentes. Regina Coelho conta que a experiência no projeto Ação Proteção confirmou que tocar nesse problema requer olhar o SGDCA como um todo e articular educação, assistência social, saúde, segurança e todos os outros atores para conhecer as origens das violações, suas relações recíprocas e, assim, elaborar formas mais consistentes para reduzi-las e eliminá-las. “Além de identificar os focos, é preciso analisar onde estão as origens dessas ocorrências e avaliar como estão as articulações entre todos os membros da rede; o levantamento e a análise das informações traz à tona a realidade das crianças e dos adolescentes cujos direitos foram ou são violados e o que está por trás disso tudo, o que é fundamental para organizar a intervenção”, conclui. Documentos nacionais e internacionais que refletem e propõem recomendações para tratamento e prevenção da violência contra crianças e adolescentes apontam o levantamento, a atualização e a sistematização de informações como elementos centrais para qualquer estratégia nesse campo.

NOTAS

1. Naciones Unidas, 2006, p.20.
2. Brasil, 2010, p.27.
3. Brasil, 2010, p.28.
4. Apud Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), 2007, p.18.
5. Brasil, 2010, p.33.
6. Santos, 2009.
7. Santos, 2009.
8. Santos, 2009, p.29.
9. Pinheiro, 2007, p.64.
10. Pinheiro, 2007, p.3.
11. Santos, 2009, p.103ss.
12. Brasil, 2010, p.34.
13. Pinheiro, 2007, p.312.
14. Agência Brasil, 2012.
15. Apud OIT — Secretaria Internacional do Trabalho / Agência de Notícias dos Direitos da Infância – ANDI, 2007, p.17-18.
16. Pinheiro, 2007, p.12 e p.54ss.
17. Naciones Unidas, 2006, p.20.
18. Brasil, 2011, p.14.
19. Brasil, 2011.
20. Apud Pinheiro, 2007, p.55.
21. Santos, 2009, p.31-32.
22. Apud Naciones Unidas, 2006, p.69.
23. Apud Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), 2007, p.56.
24. Brasil, 2011.
25. Brasil, 2011, p.60ss.
26. Save the Children, 2005, p.20.
27. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), 2007, p.63.
28. Save the Children UK, 2005, p.22.
29. Polícia Rodoviária Federal, 2011-2012.
30. Polícia Rodoviária Federal, 2011-2012, p.17-19.
31. Polícia Rodoviária Federal, 2011-2012, p.36.

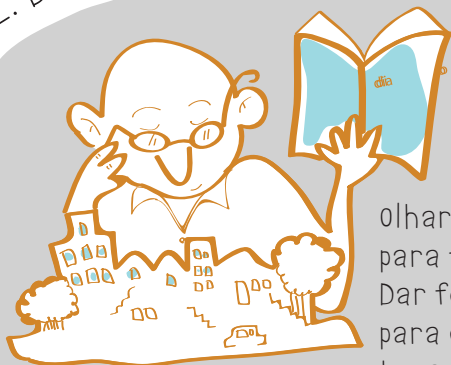
1. Capacitação



O objetivo é mostrar aos atores que eles não estão sozinhos e estimular que essa prática do encontro seja reproduzida localmente, por iniciativa da própria rede. Apresentar conceitos para alinhamento entre representantes do SGDCA.

Eixos da ação

2. Diagnóstico e Planejamento Local



Olhar e entender a realidade para transformá-la.
Dar ferramentas aos atores locais, para quem tem a responsabilidade de tomar as decisões sobre as políticas e ações de atendimento às crianças e aos adolescentes em cada município.

3. Comunicação



Para atingir os ainda não convencidos, dar visibilidade ao assunto, torná-lo conhecido e aumentar a sensibilidade das pessoas comuns para a ocorrência da violação e para a necessidade de tomar alguma providência.



capítulo 2

O PROJETO AÇÃO PROTEÇÃO

O projeto Ação Proteção teve origem em uma iniciativa do Ministério Público do Estado de São Paulo. Um estudo da Polícia Rodoviária Federal apontava as regiões paulistas em que havia maior incidência ou vulnerabilidade à exploração sexual e a intenção era desenvolver alguma medida para combater o problema. A Fundação Telefônica Vivo foi, então, convidada a elaborar e executar um projeto de três anos, envolvendo 18 municípios. O objetivo era mobilizar e apoiar lideranças municipais e a população local para reduzir a ocorrência das violações.

Patricia Santin, gerente da área de Infância e Adolescência, lembra que, quando a Fundação recebeu o convite, em 2010, a equipe não tinha conhecimento sobre esse tema específico. Por outro lado, tinha muita experiência acumulada sobre os direitos da criança e do adolescente, sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sobre o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), além de ferramentas já amadurecidas como a Rede Promenino e a metodologia “Conhecer para Transformar”. “A proposta original nos pedia para desenvolver uma ação de intervenção em um número de municípios paulistas e uma campanha de sensibilização forte, focada na população em geral; nosso maior desafio inicial foi encontrar uma forma de aplicar nosso conhecimento e experiência no campo dos direitos da criança e do adolescente, somando novas informações e estratégias pertinentes à complexidade desse problema específico”, recorda.

Desafio, mas, ao mesmo tempo, virtude. Gabriella Bighetti, diretora de Programas e de Ações Sociais da Fundação Telefônica Vivo, completa que o conhecimento da equipe sobre os fundamentos e o funcionamento do SGDCA, da política e das redes de atenção à crian-

ça e ao adolescente deram o conforto e o ânimo necessários para se lançar ao empreendimento. “Nós costumamos fazer uma analogia que, ao iniciar esse projeto, a Fundação tinha à sua disposição uma grande prateleira com muitos recursos disponíveis e foi possível escolher o que havia de melhor para pôr a seu serviço”, resume Patricia.

Como a demanda envolvia iniciar imediatamente a intervenção, a estratégia da Fundação foi fortalecer a equipe com profissionais que já atuavam na área específica e se unir a parceiros com experiência histórica e reconhecida no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes. O próprio Ministério Público já havia sugerido uma ação conjunta com a Childhood e assim se formou o grupo que estabeleceu as diretrizes originais e os fundamentos da intervenção. Cada parceiro trouxe perspectivas diversas que contribuíram de maneira determinante para a formatação do plano geral e especificamente de cada atividade.

QUADRO 5

O MAPEAMENTO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

O documento que deu origem à demanda do Ministério Público do Estado de São Paulo para a realização de um projeto de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes foi o “Mapeamento dos Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras 2009-2010”, publicado pela Polícia Rodoviária Federal (PRF). Desde 2003, esse órgão vem realizando levantamentos sobre essa situação, com o objetivo de fornecer informações consistentes e regulares que subsidiem o planejamento de ações de enfrentamento do problema. A coleta e a análise dos dados são feitas de acordo com padrões metodológicos esta-

belecidos em conjunto pela Polícia Rodoviária Federal, Childhood Brasil, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A PRF também tem manifestado seu compromisso em relação ao tema, por meio de intervenções preventivas de vigilância e campanhas de sensibilização nas estradas brasileiras, especialmente em períodos de maior probabilidade de ocorrências. Todos os pontos vulneráveis identificados no mapeamento passam a integrar a rota de rondas e fiscalizações realizadas rotineiramente pela Polícia Rodoviária Federal.

OS PARCEIROS

Desde o início, a equipe da Fundação Telefônica Vivo se juntou a um grupo de parceiros já envolvidos em outros projetos da organização ou novas parcerias, que agregaram ainda mais recursos e capacidades ao projeto Ação Proteção. O Instituto Fonte e a Move participaram ativamente da estruturação estratégica do projeto, com contribuições em suas diferentes etapas de planejamento, avaliação e ajuste de estratégias. A Childhood, o CEATS e a Prattein Consultoria foram os parceiros que, junto com a Fundação Telefônica Vivo, estabeleceram os fundamentos conceituais e estratégicos de todo o projeto, cada um em seu foco específico de conhecimento e de trabalho, e foram a campo, para realizar a intervenção prática junto aos municípios.

QUADRO 6

A FUNDAÇÃO TELEFÔNICA VIVO E OS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A defesa e a promoção dos direitos da infância e da adolescência foram estabelecidas entre as prioridades da ação social da Telefônica no Brasil já em 1999, ano de criação da Fundação Telefônica. Na verdade, esse é um dos temas centrais do investimento social realizado pelo Grupo Telefônica em toda a América Latina. Entre as diversas iniciativas dessa área estão o combate ao trabalho infantil, o fortalecimento do SGDCA, a implantação e o fortalecimento de redes no SGDCA, a divulgação e a promoção do ECA, entre outros projetos.

Um dos exemplos é a Rede Promenino (<http://www.promenino.org.br/QuemSomos/tabid/174/Default.aspx>), que busca contribuir para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes e combater a exploração do trabalho infantil. A partir das novas tecnologias da informação e da comunicação (TICs), a rede

procura disseminar conteúdos e informações, conectar pessoas e promover a mobilização da sociedade em prol da causa. Seus objetivos são conscientizar os cidadãos em relação aos direitos da criança e do adolescente, com destaque para a importância da erradicação do trabalho infantil, fortalecer os atores do Sistema de Garantia de Direitos para que desempenhem seu papel de forma mais eficaz e eficiente, e utilizar as TICs a favor dos direitos do público infantojuvenil e contra a exploração do trabalho infantil.

A partir de 2011, a Fundação incorporou também as iniciativas sociais da Vivo, em decorrência da fusão entre as duas empresas. Além da promoção dos direitos da criança e do adolescente, a Fundação Telefônica Vivo inclui, entre seus eixos de trabalho, a Educação e a Aprendizagem, a Inovação Social e o Voluntariado.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

www.mp.sp.gov.br

Mais que um motivador da iniciativa, o Ministério Público do Estado de São Paulo acompanhou e auxiliou o andamento de todo o processo. Diversos promotores foram envolvidos também nos municípios em que o projeto Ação Proteção foi realizado, para ajudar e facilitar no desenvolvimento das ações.

Gabriella destaca a parceria com o Ministério Público como um dos pontos fortes do projeto. A capilaridade e a legitimidade da organização favoreceram a implementação das ações, especialmente porque elas tocavam em aspectos de políticas públicas. Ela menciona a riqueza de contar com os membros do Ministério Público do Estado de São Paulo na elaboração das estratégias de intervenção, pela oportunidade de compartilhar informações e percepções próprias de sua atuação. Por outro lado, Gabriella observa que o promotor é um ator que detém muita força no contexto dos municípios e que, muitas vezes, ajudou a identificar as melhores ferramentas e contatos que precisavam ser acionados para cada tipo de atividade. Além disso, a credibilidade do Ministério Público influencia tanto os atores envolvidos com o SGDCA como a sociedade em geral, o que contribuiu para reforçar, por exemplo, a mensagem das campanhas de comunicação.

CHILDHOOD BRASIL

www.childhood.org.br

A Childhood Brasil é uma organização brasileira e faz parte da World Childhood Foundation, instituição internacional criada em 1999 por Sua Majestade Rainha Silvia da Suécia. A Childhood Foundation desenvolve suas atividades em prol dos direitos das crianças, com o objetivo de assegurar a elas uma infância segura. Com foco em prevenção, intervenção e educação, atualmente há cerca de 100 projetos em andamento nos 16 países apoiados pela instituição.

A Childhood Brasil desenvolve ações de promoção de uma infância livre de exploração e abuso sexual e é um dos principais atores desse campo no país. Seu amplo conhecimento sobre o tema foi fundamental nas etapas de construção do projeto e, especialmente, em seu eixo de capacitação.

A contribuição da Childhood Brasil foi essencial para a compreensão ampla do problema, de suas manifestações e abordagens, competência que a Fundação Telefônica Vivo não tinha originalmente. E, ainda que sua atuação prática tenha se concentrado de maneira mais evidente no eixo de capacitação, os conceitos e fundamentos gerais sobre o problema,

presentes na origem do projeto e na estrutura dos cursos, permearam as demais estratégias e acompanharam as atividades durante todo o processo.

PRATTEIN CONSULTORIA

www.prattein.com.br

A Prattein é uma empresa de consultoria em políticas, programas e estudos na área do desenvolvimento social, que vem realizando atividades de diagnóstico e planejamento junto a Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), em todo o Brasil, há vários anos. Essa experiência inclui diversas parcerias com a Fundação Telefônica Vivo, com quem produziu a metodologia “Conhecer para Transformar”, que foi adaptada e aplicada no projeto Ação Proteção.

Como em experiências anteriores, focadas no combate ao trabalho infantil, o trabalho de diagnóstico e planejamento foi orientado para buscar e organizar informações a respeito da violência sexual contra crianças e adolescentes, relacioná-las com outras violações e, a partir de uma análise do contexto global, identificar as prioridades e melhores estratégias para vencer os problemas.

CENTRO DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO EM TERCEIRO SETOR (CEATS)

www.ceats.org.br

O Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor (CEATS) é um programa da Fundação Instituto de Administração (FIA) da Universidade de São Paulo (USP), que estuda as empresas, comunidades e governos em suas ações pelo bem comum, realiza pesquisas e projetos de consultoria e divulga esse conhecimento em cursos, eventos e publicações. Suas atividades são ligadas a temas do empreendedorismo social sob a forma de pesquisas, projetos de consultoria, além de cursos e publicações.

O CEATS é um parceiro histórico da Fundação Telefônica Vivo, gestor executivo da Rede Promenino e de diversos programas de capacitação à distância na área dos direitos da criança e do adolescente. Estruturas já experimentadas em outras iniciativas foram adaptadas às necessidades do projeto Ação Proteção para oferecer capacitação à distância para toda a rede envolvida em suas atividades.

A plataforma online é considerada um dos pontos de destaque do projeto pela equipe gestora, pois possibilitou ampliar o alcance da iniciativa. Membros das equipes municipais que não puderam participar das capacitações presenciais tiveram acesso aos conteúdos,

que permaneceram disponíveis para consulta nas etapas seguintes do projeto. Além disso, profissionais e atores do campo dos direitos da criança e do adolescente e da área de combate à violência sexual, especificamente, tomaram parte das atividades em todo o Brasil.

INSTITUTO FONTE

www.institutofonte.org.br

O Instituto Fonte é uma organização da sociedade civil brasileira, sem fins lucrativos, que busca potencializar a atuação de iniciativas sociais em prol do desenvolvimento, por meio de consultoria, publicações e pesquisas, e da formação de gestores e profissionais de desenvolvimento.

A organização é também parceira de longa data da Fundação Telefônica Vivo em atividades de planejamento estratégico gerais e específicas. No projeto Ação Proteção, essa organização acompanhou o desenvolvimento e os ajustes do plano e das estratégias durante todo o processo.

MOVE: AVALIAÇÃO E ESTRATÉGIA EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

www.movesocial.com.br

A Move tem como missão apoiar organizações públicas e privadas que atuam nas áreas social e ambiental a conhecer e qualificar o impacto de suas ações. Entre outras atividades, realiza trabalhos de consultoria para avaliar projetos, contribuindo para seu amadurecimento e para a apropriação de aprendizagens pelos atores. A equipe da Move vem acompanhando iniciativas da Fundação Telefônica Vivo já há alguns anos e, no contexto do projeto Ação Proteção, sua contribuição foi orientada para estabelecer um balanço geral dos resultados da intervenção, assim como para ajustar sua etapa final de atividades com os municípios.

Gabriella atribui à combinação dos diversos perfis de todas essas organizações a capacidade do projeto Ação Proteção de gerar resultados em apenas três anos. “O trabalho com esses parceiros foi fundamental para entender a dimensão e a complexidade do tema e iniciar uma intervenção já no primeiro ano do projeto, como estava previsto pelo Ministério Público”, afirma. Ao mesmo tempo, essa diversidade de perfis permitiu somar conhecimentos de várias naturezas e perspectivas. A diretora da Fundação Telefônica Vivo recorda que a Childhood trouxe a força do conhecimento e da ação com foco específico da causa, enquanto a Fundação reforçou a necessidade de inserir a intervenção na dinâmica da rede do SGDCA, valorizando o protagonismo do CMDCA na formulação de políticas na área da

infância e da adolescência. “Essa combinação de perspectivas e experiências fundamentou o desenho original do projeto e produziu também muitos novos aprendizados”, resume.

Luane Natalle, membro da equipe gestora do projeto na Fundação Telefônica Vivo, também destaca o número e a variedade de perfis dos parceiros como um dos pontos fortes da iniciativa. Além das organizações envolvidas na elaboração do conceito e do modelo de intervenção, ela acrescenta e destaca o envolvimento dos municípios. “Eu acredito que a grande virtude do projeto Ação Proteção é que os participantes das atividades nas cidades não eram alvo do projeto, mas parceiros de desenvolvimento, que estavam juntos na busca de soluções para superar as dificuldades e implementar as ações localmente”, relata. Para Luane, essa articulação permanente com os atores locais permitiu o andamento do projeto em si e é o elemento que favorecerá que os conhecimentos e resultados alcançados possam ser úteis e aplicados no futuro, na rotina das ações de promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes nessas cidades.

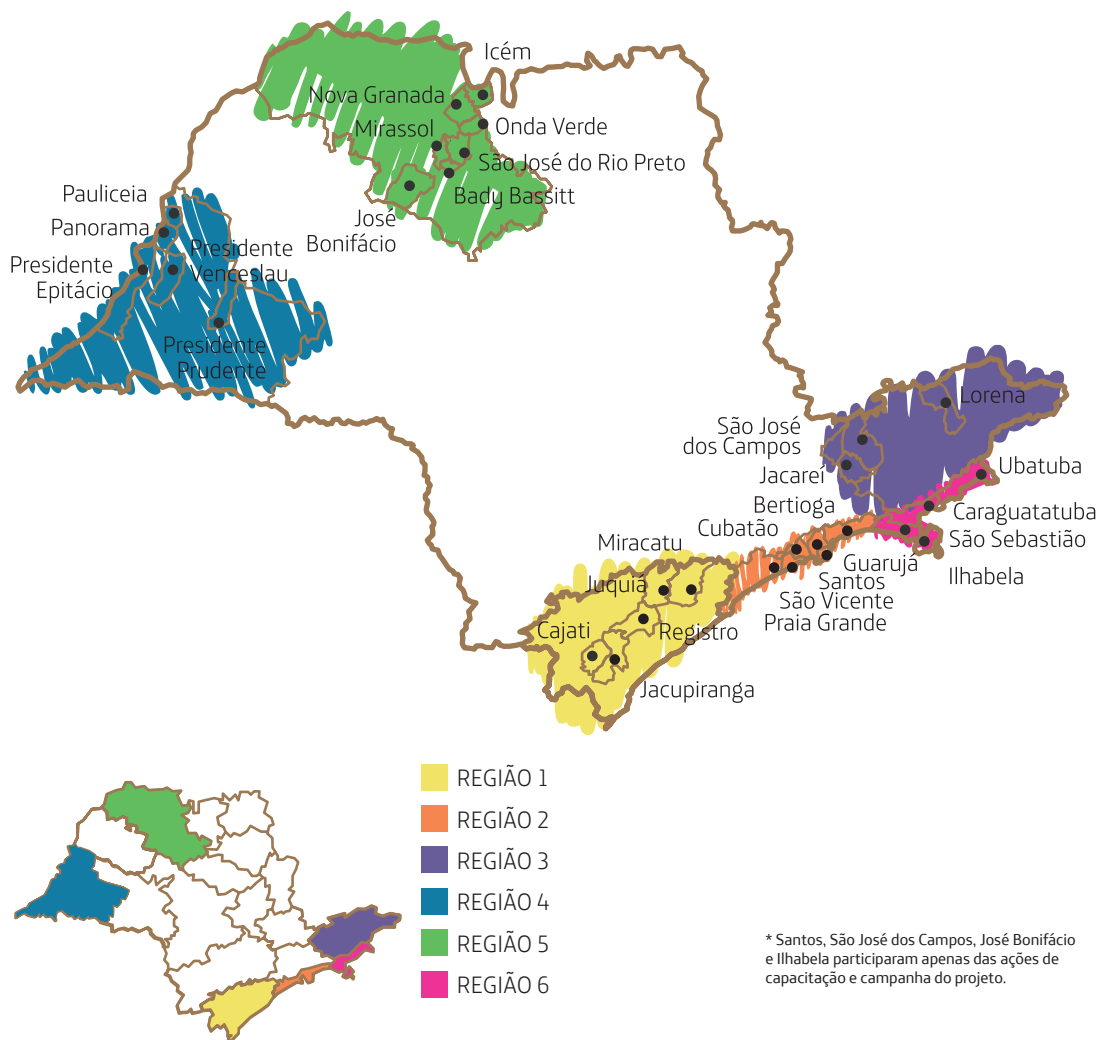
A MOBILIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

A demanda original, sugerida pelo Ministério Público, envolvia 18 municípios no estado de São Paulo, selecionados de acordo com o mapeamento feito pela Polícia Rodoviária Federal a respeito de pontos de risco elevado de violência sexual contra crianças e adolescentes. Com base nesse quadro amplo, a equipe logo chegou à conclusão de que os resultados do projeto dependeriam de dois importantes passos iniciais: o primeiro era estabelecer um pacto, um compromisso com esses municípios para o desenvolvimento das ações; o segundo consistia no alinhamento conceitual do que era e do que deveria ser entendido como violência sexual contra crianças e adolescentes em suas variadas manifestações, e como esse problema afetava e poderia ser abordado pela rede do SGDCA. Como descreve Patricia, era fundamental estabelecer harmonia entre conhecimentos, compreensões e recursos disponíveis, trabalho sobre o qual se debruçaram os parceiros da iniciativa. Nesse exercício, foram estruturados os três eixos de intervenção do projeto Ação Proteção: Capacitação, Diagnósticos e Planos, e Comunicação.

Uma vez construído esse conceito geral, veio o momento de pôr o pé na estrada. Uma equipe da Fundação Telefônica Vivo foi designada para visitar os 18 municípios originalmente mapeados, junto com representantes da Childhood. A primeira revisão de rota foi imediata. Era necessário somar outros municípios a esse grupo. Muitas vezes, cidades vizi-

nhas compartilhavam o mesmo problema e sua solução só poderia, portanto, ser construída por uma intervenção conjunta. A lista passou, então, a contar com 30 municípios (Figura 2), que foram organizados em seis polos territoriais, para favorecer a troca de experiências e a possibilidade de articulações regionais.

FIGURA 2: MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DO PROJETO AÇÃO PROTEÇÃO*



Segundo Eliane Schütt, coordenadora do projeto, a adesão foi imediata. Além de configurar uma virtude, a equipe da Fundação Telefônica Vivo aponta essa mobilização como um dos principais resultados do projeto Ação Proteção. Para essa equipe, a violência sexual contra crianças e adolescentes é um tema envolvido em muitos preconceitos e tabus, e as 30 cidades participantes foram corajosas em assumir a existência do problema e se dispor a tratá-lo, apesar de todos os desafios que a decisão prometia envolver. Houve situações em que a vaga no projeto foi buscada por iniciativa da própria cidade, como foi o caso de Bady Bassitt, município de cerca de 15 mil habitantes localizado no noroeste de São Paulo. Regina Coelho, gestora de Assistência Social na cidade, conta que, logo que ficou sabendo do projeto, fez todos os esforços para fazer parte dele. Ela diz que não é comum encontrar organizações que realizam esse tipo de trabalho e que nem sempre há recursos disponíveis nas prefeituras para participar de iniciativas como essa. A especificidade do projeto também foi um atrativo. Segundo Regina, “o assunto foi abordado por especialistas muito preparados, competência que não está disponível na rede municipal”.

Todos os municípios participantes assinaram um termo de adesão, que determinava quais eram os recursos oferecidos pelo projeto Ação Proteção e quais eram os compromissos assumidos pelas cidade. Já nessa primeira etapa de mobilização, as equipes do projeto fizeram reuniões com os representantes municipais, que forneceram informações importantes para o direcionamento do projeto. Essas reflexões ajudaram a fundamentar, por exemplo, a escolha do tipo de exercício que seria motivado no eixo de diagnóstico e planejamento. Eliane conta que algumas cidades já tinham em andamento um plano de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, ainda que com recortes variados, que iam de abordagens bem específicas até orientações amplas e sistêmicas, envolvendo a rede do SGDCA. Esse contexto levou à desistência de quatro municípios na passagem das ações de capacitação para as ações de diagnósticos e planos. Santos, São José dos Campos e Ilhabela já tinham planos em andamento, enquanto José Bonifácio enfrentou um problema de falta de equipe disponível para se dedicar ao projeto.

Em resumo, 30 municípios participaram de toda a etapa de capacitação e da etapa que envolveu campanha de mídia e 26 deles aderiram ao projeto completo, incluindo o desenvolvimento de diagnósticos e planos locais. As atividades dessa etapa foram concluídas com diferentes produtos finais, de acordo com o amadurecimento das reflexões e os trabalhos em cada cidade. De acordo com Luane, essa variedade de resultados era, de alguma forma, esperada pela equipe da Fundação Telefônica Vivo. Ela define o projeto Ação Proteção como uma proposta concebida pela equipe gestora, em São Paulo, mas

apropriada e reelaborada em cada município participante, de acordo com a realidade local. “Seria injusto esperar resultados iguais de conjunturas tão diferentes; a mudança também precisa dialogar com a realidade”, afirma.

OS EIXOS DE AÇÃO

O número de municípios envolvidos foi um dos aspectos determinantes da estratégia de ação desenhada para o projeto Ação Proteção já na fase de mobilização. A experiência pregressa da Fundação Telefônica Vivo no apoio a projetos de promoção dos direitos de crianças e adolescentes sugeria que era necessário combinar atividades presenciais, de encontro, de troca de experiências, com outras ações à distância, que alimentassem o grupo de maneira regular, ágil e aprofundada. Assim, foram definidos os três eixos fundamentais do projeto:

CAPACITAÇÃO

Um dos objetivos das atividades de capacitação era facilitar a abordagem ao tema, quer dizer, reduzir ou eliminar os tabus associados à violência sexual contra crianças e adolescentes junto aos técnicos e outros profissionais que atuam cotidianamente na rede do SGDCA nos 30 municípios participantes dessa etapa.

Esse eixo foi desenvolvido por meio de duas atividades complementares: a capacitação presencial, conduzida por profissionais da Childhood, e a capacitação à distância, estruturada com o apoio dessa mesma organização e viabilizada por meio de uma plataforma online já utilizada pelo CEATS para formações relacionadas aos direitos de crianças e adolescentes.

DIAGNÓSTICO E PLANEJAMENTO LOCAL

Entre os objetivos originais do projeto Ação Proteção estava o de ajudar os municípios a elaborar planos de ação para enfrentar o problema da violência sexual contra crianças e adolescentes. Uma preocupação da Fundação Telefônica Vivo foi desenhar essa estratégia em um formato associado à dinâmica do SGDCA, elemento que foi reforçado durante as reflexões junto aos municípios, na etapa de mobilização. Gabriella destaca que a experiência histórica da Fundação no campo dos direitos da criança e do adolescente vem corroborando o pressuposto do ECA, que define que as violações não acontecem de maneira isolada umas

das outras e, especialmente, que a garantia de direitos depende da estruturação e da ação em rede, com atores fortalecidos e políticas bem formuladas e implementadas.

Há alguns anos a Fundação vem apoiando municípios na formação de redes e no desenvolvimento de diagnósticos, elementos destacados pelo ECA como fundamentais para o alcance dos objetivos. Inspirada nessa experiência e nos resultados já obtidos, e com o suporte dos testemunhos de vários municípios participantes da iniciativa, a equipe decidiu conduzir o eixo de diagnóstico e planejamento do projeto Ação Proteção de maneira sistêmica, inserindo a violência sexual no quadro amplo de violações dos direitos da criança e do adolescente. "Observando os dados iniciais, pensamos que seria importante ajudar esses municípios a diagnosticar o problema, contextualizá-lo em relação a outras violações, estruturar planos para combater as situações críticas e buscar os recursos necessários para essa intervenção, em uma perspectiva sustentável e de longo prazo", explica Patricia. Ela acredita que essa visão sistêmica foi uma das contribuições da experiência da Fundação Telefônica Vivo ao combate à violência sexual contra crianças e adolescentes, por meio do projeto. "Nosso aporte foi incluir a abordagem a esse problema de acordo com o princípio e no contexto da rede do SGDCA", resume. Essa etapa foi concluída por 26 dos 30 municípios participantes do projeto Ação Proteção.

COMUNICAÇÃO

O eixo de comunicação tinha dois objetivos principais, realizados por duas campanhas consecutivas no decorrer do projeto Ação Proteção. A primeira delas teve como meta transformar a sociedade em uma aliada da iniciativa, dizendo "a minha cidade não permite a violência sexual contra crianças e adolescentes e eu, como cidadão, contribuo para essa luta", descreve Gabriella. A segunda campanha complementava a primeira, orientando as pessoas sobre o que elas podem fazer para combater o problema quando ele é detectado, reforçando o papel de cada indivíduo. A ideia era que o apoio da sociedade poderia oferecer suporte e sustentabilidade para os planos locais de intervenção sobre a questão. A campanha de mídia foi veiculada nos 30 municípios participantes do projeto Ação Proteção.

AValiação

No momento em que o projeto Ação Proteção entrava em seus momentos finais, de conclusão da elaboração dos planos municipais, foi realizada uma avaliação externa para analisar o desenvolvimento e os resultados da intervenção. A Move foi responsável por conduzir essa atividade, por meio do estímulo à resposta de questionários e da realização de entrevistas e

imersões em oito municípios participantes do projeto (Mirassol, São José do Rio Preto, Jacaré, Caraguatatuba, São Sebastião, Cubatão, Registro e Presidente Prudente).

Os questionários relativos à etapa de capacitação foram enviados a todos os inscritos nas atividades e foram respondidos por 76 pessoas. Além disso, a Move conduziu atividades com grupos focais nos municípios já indicados. O eixo de diagnósticos e planos foi avaliado por meio de imersões de dois dias em cada uma dessas cidades, momento em que a equipe de pesquisadores esteve em contato com diversos grupos, envolvendo o CMDCA, o Conselho Tutelar, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e outros profissionais do atendimento direto, o Poder Judiciário, além de atores específicos de acordo com cada contexto local. Os resultados foram compilados sem identificação individual dos respondentes.

O eixo de avaliação do projeto Ação Proteção procurou produzir uma reflexão conjugada de seus resultados práticos – conhecimento adquirido e sua aplicação, competências desenvolvidas, produtos gerados, planejamentos realizados etc. –, assim como de seus aspectos políticos, que são aqueles relacionados com a existência e a capacidade de atuação da rede do SGDCA, e com os desafios de aplicação e de fiscalização das leis e políticas públicas existentes no campo dos direitos da criança e do adolescente. Dessa forma, buscou-se compilar e analisar informações a respeito das metodologias utilizadas e seus efeitos na rotina de trabalho dos atores envolvidos no tema, assim como reflexões sobre virtudes, limites e necessidades de avanço no arcabouço legal e político desse setor de atuação.

A Fundação Telefônica Vivo costuma realizar avaliações da maior parte de suas iniciativas, pautada em dois objetivos principais. O primeiro é analisar os resultados práticos de cada projeto, de modo a fundamentar decisões a respeito de sua continuidade, interrupção ou ajustes. A outra razão é fomentar a discussão sobre as estratégias aplicadas e, assim, dar acesso a outros interessados à experiência realizada e contribuir para a reflexão ampla a respeito do campo de intervenção como um todo. Os resultados da avaliação do projeto Ação Proteção aparecem distribuídos no decorrer desta publicação.

DESAFIOS E APRENDIZAGENS

Para Gabriella, o projeto Ação Proteção enfrentou três grandes desafios principais. O primeiro deles está relacionado com a própria constituição do problema. A violência sexual contra crianças e adolescentes é um tema amplo, que envolve muitas e variadas formas

de manifestação, que tocam em realidades também muito diversas. A exploração sexual é muito diferente do abuso, por exemplo, no que se refere a causas e perfis do violador. Diversos municípios relataram o desafio de construção de conceitos e compreensões comuns a respeito dos tipos de violações identificadas em seus territórios, assim como o de superação de estereótipos em relação a causas e a regiões de ocorrência ou propensão ao problema. Esse passo é fundamental para o estabelecimento de indicadores confiáveis e para o desenvolvimento de intervenções consistentes.

Outro desafio foi a escolha por trabalhar e incentivar políticas transversais. Gabriella se refere à barreira cultural muitas vezes presente na gestão pública no Brasil em relação à construção e à execução de iniciativas compartilhadas entre diferentes áreas da administração – saúde, educação, assistência social e outras – e entre órgãos públicos e organizações da sociedade civil, sejam as organizações não governamentais ou a iniciativa privada. Neste sentido, o projeto Ação Proteção se relacionou de perto com o processo de implementação e amadurecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que está em diferentes estágios por todo o Brasil. O SUAS traz uma perspectiva de modernização e de transversalidade às políticas de assistência social do país, com o objetivo de emancipar as famílias da pobreza e da vulnerabilidade social. Sendo assim, o estágio de implementação do SUAS em cada cidade participante influenciou os resultados do projeto Ação Proteção.

Considerando o contexto dos municípios que aderiram à proposta, Luane identifica uma série de características como elementos favoráveis ao desenvolvimento do projeto: o engajamento dos profissionais; a existência de um CMDCA organizado e cujo trabalho é reconhecido e legitimado na cidade; a priorização das ações na área da infância e da adolescência por parte da Prefeitura; o respeito ao conhecimento dos profissionais que atuam na execução dos serviços e conhecem a realidade de cada território; a conexão entre esses profissionais e os gestores das políticas, valorizando e aproveitando as competências e os conhecimentos próprios da atuação de cada um. Para ela, o desempenho do projeto Ação Proteção esteve sempre vinculado à compreensão da realidade que vive cada município em relação a cada um desses fatores, porque foi necessário entender os limites reais e os potenciais de cada contexto para exigir mudanças tangíveis e para compreender que produtos finais diferentes poderiam ser igualmente significativos. “Em alguns casos, a eleição do Conselho ou a formação de uma comissão local com representantes de diversos setores das políticas já consistiu em um passo muito importante”, conclui.

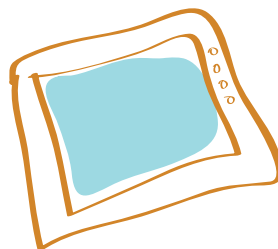
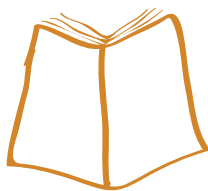
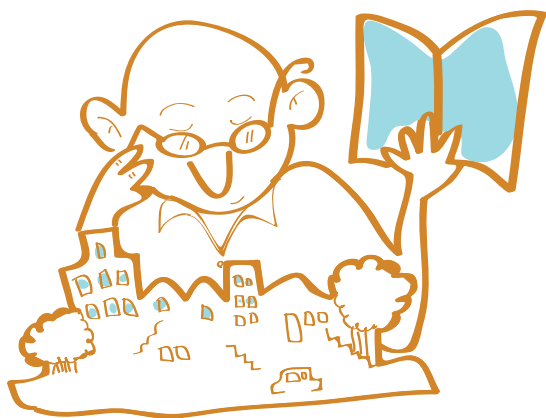
O terceiro desafio mencionado por Gabriella está associado novamente ao tema, pois a violência sexual contra crianças e adolescentes é ainda um tabu que dificilmente é assu-

mido ou mesmo identificado. Para ela, os municípios participantes do projeto foram muito corajosos ao reconhecer publicamente a existência do problema e se dispor a tratá-lo com profundidade e clareza.

No desenvolvimento prático das ações, houve, ainda, o desafio de estabelecer uma conexão entre os três eixos do projeto. O objetivo era o mesmo e, estrategicamente, todas as ações foram estruturadas de maneira complementar. No cotidiano do projeto, porém, a sintonia entre todas as partes não foi homogênea e regular em todos os municípios participantes. Uma das dificuldades foi, por exemplo, que em vários municípios os participantes da etapa de capacitação e aqueles envolvidos no trabalho de diagnósticos e planos nem sempre foram os mesmos ou trabalharam de forma integrada. Entre os participantes da capacitação que responderam à pesquisa de avaliação do projeto, metade (51,1%) teve alguma atuação também na etapa seguinte.

Patricia lembra que os perfis dessas duas atividades são naturalmente diferentes. O público da capacitação é mais amplo e a convocatória foi dirigida aos profissionais e agentes que atuam diretamente no atendimento aos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Por outro lado, a metodologia utilizada na etapa de diagnósticos e planos prevê que esse trabalho seja realizado por uma comissão formada por membros do CMDCA e do Conselho Tutelar, além de alguns profissionais com experiência em gestão de informação. Esse é um grupo de pessoas que deve ter uma compreensão geral do SGDCA e que está mais associado à responsabilidade pela tomada de decisão e é, portanto, mais restrito. Por outro lado, a gerente da Fundação Telefônica Vivo entende que a aprendizagem dessa experiência sugere que cada grupo pode ser mais bem preparado para o conjunto geral de um projeto dessa natureza, aproveitando melhor, inclusive, novas competências adquiridas em cada etapa.

Houve também aprendizagens para o próprio trabalho da Fundação Telefônica Vivo em outros projetos que a organização desenvolve. Luane reforça que a metodologia adotada tirou a Fundação da posição de financiadora para a de parceira de desenvolvimento no trabalho com essas cidades, em uma experiência que enriqueceu a intervenção e pode ser repetida em outros projetos. Patricia menciona o exemplo de um laboratório de erradicação do trabalho infantil, que está em implantação em três municípios desde 2012. Segundo ela, muitas experiências vividas durante o projeto Ação Proteção estão sendo utilizadas como referência para incrementar a nova estratégia, do mesmo modo que as questões de exploração sexual, reconhecidas no escopo do trabalho infantil, passaram a contar com muito mais referências e conhecimento ampliado em sua fundamentação e estratégia.





Abuso sexual



Redes



Violência doméstica



Exploração sexual



Tráfico de pessoas



Cuidados com o profissional



Políticas públicas



Planos de enfrentamento



Sexualidade



Família SGDCA

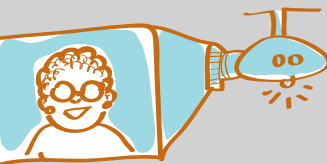


Abuso online e uso ético da internet



Infância e adolescência na contemporaneidade

Capacitação presencial



Curso à distância



capítulo 3

CAPACITAÇÃO

Apresentação: Educar, informar e prevenir

A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma grave violação dos direitos humanos. Trata-se de um fenômeno que ocorre em todo o mundo, tem causas diversas e múltiplas e, muitas vezes, acontece de forma silenciosa, comprometendo a qualidade de vida e o desenvolvimento físico, sexual e psicossocial da criança e/ou adolescente.

É preciso envolver toda a sociedade para enfrentar essa violência, impactando os profissionais que atuam em diferentes frentes e que lidam diretamente com crianças e adolescentes. Estes são responsáveis não apenas por identificar os sinais físicos de abuso, mas também outros mais subjetivos, como comportamentos, gestos, palavras e até desenhos.

A proteção de crianças e adolescentes passa por um amplo processo de capacitação continuada destes profissionais e, dessa forma, se articula uma grande rede que contribui para a aplicação das leis e redução dos índices de violência.

Temos a convicção de que, por meio de educação e informação, estamos ampliando a estratégia de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Experiência da Childhood Brasil

Após pesquisar e constatar as principais dúvidas e dificuldades encontradas na proteção de crianças e adolescentes contra a violência sexual, a Childhood Brasil desenvolveu uma metodologia para sensibilizar e capacitar de forma continuada os conselheiros tute-

lares, educadores, assistentes sociais, psicólogos e profissionais ligados às áreas de saúde, justiça e segurança pública.

Em 2005 foi desenvolvida uma iniciativa de capacitação de profissionais na cidade de São José dos Campos (Vale do Paraíba, em São Paulo), realizada em parceria com a Prefeitura e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Dois anos depois, esta iniciativa, chamada “Laços de Proteção”, se tornou política pública do município.

Desde então, nossa metodologia se expandiu para outros 21 municípios e já capacitou cerca de dois mil profissionais do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA).

O projeto é uma ferramenta estratégica para a construção de uma nova cultura de práticas responsáveis e compartilhadas na proteção de crianças e adolescentes. As capacitações têm propiciado a desconstrução de muitos mitos sobre agentes causadores, causas e consequências da violência, em discursos presentes na fala de professores, familiares e de moradores das comunidades. A informação é fundamental para jogar luz no entendimento do fenômeno da violência sexual. Muitas vezes, ele não é associado à violação de direitos de crianças e adolescentes e muitos se esquecem de que cabe ao adulto protegê-los. Além disso, os agentes capacitados tendem a articular as redes locais e regionais, o que reflete seu sentimento de corresponsabilidade na prevenção.

Essa experiência da Childhood Brasil, conhecida como “Laços de Proteção”, foi desenvolvida em seis estados brasileiros: Pará (Juruti); São Paulo (na capital e em sete cidades da região do ABC); Amazonas (Manaus); Mato Grosso (Cuiabá); Pernambuco (Cabo de São Agostinho, Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré, São José da Coroa Grande e Barreiros, Vitória de Santo Antão e Bom Conselho, na Zona da Mata) e Rio Grande do Norte (Tibau do Sul).

Childhood Brasil e Ação Proteção

Considerando essa importante estratégia aos profissionais que atuam no Sistema de Garantia de Direitos, não somente na implantação de políticas, mas também na constituição de uma cultura de cidadania em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, a Childhood Brasil atuou como parceira da Fundação Telefônica Vivo e do Ministério Público do Estado de São Paulo na elaboração do projeto Ação Proteção. Com isso, trouxe metodologias e experiências relativas a capacitações de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Outros conteúdos, como publicações da Childhood Brasil e 13 módulos de cursos online, compuseram o conteúdo integral dessa formação.

Temos a forte convicção de que este projeto possibilitou a superação e mudanças de

atitude em frente à violência sexual contra crianças e adolescentes, bem como o fortalecimento da rede de proteção de cada um dos 30 municípios em que o projeto chegou. A riqueza da experiência se deve ao grande desafio imposto pelo projeto: o de levar o tema e a cultura de planejamento e elaboração dos planos municipais através de um novo olhar para o atendimento integral à criança e ao adolescente vítima de violência sexual.

Ana Maria Drummond
Diretora Executiva da Childhood Brasil

CAPACITAR PARA ROMPER O SILÊNCIO

“ Eu não enxergava os abusos sexuais, eu achava que eles aconteciam esporadicamente; hoje eu sei que acontecem diariamente. ”
“ Era uma coisa de que ninguém queria falar. ”
“ Hoje, por causa dessa questão de mídia, de cursos, isso está sendo mais possível de ser falado pelas crianças e pelos profissionais. ”
“ A existência de um curso sobre a temática 'autoriza' que o tema seja tratado publicamente. ”

As declarações que abrem este capítulo foram coletadas durante os grupos focais realizados para avaliação dos resultados das atividades de capacitação do projeto Ação Proteção. Eliane Schütt, coordenadora da iniciativa, diz que esse eixo tinha exatamente a intenção de desmistificar preconceitos, ampliar o conhecimento e facilitar a abordagem ao tema da violência sexual contra crianças e adolescentes no ambiente de atendimento direto ao problema. Na pesquisa, muitos foram os testemunhos que corroboraram a evidência da violência sexual como um tabu, difícil de ser abordado. Além de confirmar a dificuldade de tratar o tema, diversos participantes mencionaram que seus municípios nunca tinham realizado uma atividade para falar abertamente sobre o problema.

Essa dificuldade se apresenta, em muitos municípios, pela falta elementar de uma homogeneização da linguagem relacionada à violência sexual. As violações são identificadas e registradas de forma distinta por diversos atores da rede, o que contribui para a subnotificação e compromete o correto encaminhamento. Flávia Domenica, gestora de Assistência Social em Bertiooga, revela que esse foi um dos maiores desafios enfrentados pela equipe no projeto. “Começamos com uma dificuldade enorme em levantar os dados sobre as violações, passamos pelo desafio de explicar a cada membro da rede a razão por que necessitávamos dessas informações, e acabamos tendo um ganho muito importante de consciência da emergência de fazer com que todos esses atores tenham a mesma compreensão sobre a natureza das violações”, conta.

Ela lembra que, como gestora do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), ficou surpresa em ver um número tão alto de registros de estupro no Conselho Tutelar quando, em seu órgão, havia uma quantidade muito menor desse tipo de violação em um mesmo período de tempo. Ao rever os dados com os conselheiros, eles chegaram à conclusão de que o problema era que tipo de violação estava sendo catalogada como estupro.

O projeto ofereceu uma oportunidade para identificar essa divergência de notificação e conhecer melhor o tema, de modo a estabelecer os consensos que seu enfrentamento requer.

Segundo a avaliação feita pela Move, mais de 70% dos participantes da capacitação consideraram que a atividade teve boa abordagem conceitual e boa orientação para a prática (Tabela 4). Quase 80% dos respondentes afirmaram que continuaram a utilizar o material oferecido no curso como referência e que compartilharam os conteúdos com suas equipes de trabalho ou em outros espaços de debate nos municípios. Por exemplo, em Mirassol, um grupo de estudos sobre o tema foi criado depois que os representantes do município participaram do módulo presencial, e as equipes de Presidente Prudente e Caraguatatuba aplicaram os conteúdos em outros programas locais.

TABELA 4 : DISTRIBUIÇÃO DOS RESPONDENTES POR ALTERNATIVA QUE MELHOR DEFINE O CURSO

	N	%
Total	76	100,0
É um curso teórico, mas com pouca aplicação prática	5	6,6
É um curso teórico e prático, com boa abordagem conceitual e boa orientação para prática	55	72,4
É um curso prático, com muita orientação sobre aplicações práticas no cotidiano dos profissionais	14	18,4
Nenhuma das alternativas define a minha visão do curso	2	2,6

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Projeto Ação Proteção (Move, 2012).

“ Os setores puseram a cara, foram identificados. Antes, vocês sabia que existia algum lugar, não sabia quem era. A partir deste curso, você identificou quem era o outro. ”
(declaração captada durante a realização de um grupo focal da avaliação)

A capacitação também estimulou o envolvimento ou o fortalecimento do trabalho em rede nos municípios (Tabela 5). Entre os participantes da avaliação, 80% declararam que passaram a participar mais das atividades da rede. Segundo eles, o programa ajudou a perceber a diversidade de atores que fazem parte do Sistema de Garantia de Direitos.

Em Mirassol, todo o processo deve conduzir à construção de um protocolo de atendimento, que identifique e oriente sobre os caminhos que cada caso ou suspeita de violação

deve percorrer na rede do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) para alcançar as melhores soluções. Maria Paula Castro, membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) da cidade, considera que esse passo trará benefícios para o enfrentamento da violência sexual e também para o combate e o atendimento a todas as violações contra crianças e adolescentes.

TABELA 5: RELAÇÃO COM REDES

	N	%
Total	60	100,0
Me estimulou e passei a participar mais de atividades da rede (como fóruns, reuniões em outras organizações, conselhos e outros)	48	80,0
Me estimulou, mas não mudei minha relação com a rede	12	20,0
Não sei	1	
Não se aplica	15	

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Projeto Ação Proteção (Move, 2012).

CAPACITAÇÃO PRESENCIAL

As oficinas presenciais de capacitação contaram com a participação de 372 profissionais, entre gestores e técnicos da Assistência Social, Saúde, Educação, Organizações Sociais, Judiciário, Ministério Público, conselheiros tutelares e conselheiros de direitos. Elas foram realizadas entre julho e setembro de 2010, nas cidades de Registro, Santos, São José dos Campos, Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Caraguatatuba, reunindo os grupos de municípios que faziam parte de cada região demarcada durante a etapa de mobilização (Figura 2).

Cada oficina teve a duração de três dias e cada município tinha de oito a 12 vagas para seus profissionais, de acordo com o tamanho da cidade. O programa incluiu temas como: Sistema de Garantia de Direitos, princípios norteadores do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), família, conceitos de infância, elaboração de diagnósticos, plano de ação, trabalho em rede, mapeamento dos fluxos de atendimento, orçamento público, exploração sexual, abuso sexual, tráfico de pessoas, Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (Quadro 7).

Para cerca de 40% dos participantes da avaliação realizada pela Move, a capacitação

teria sido melhor se fosse mais longa e tivesse mais encontros presenciais. Segundo essa mesma pesquisa, a importância dos módulos presenciais está associada a três aspectos fundamentais: (i) a identificação e o reconhecimento de profissionais do mesmo município e de municípios vizinhos; (ii) a troca de experiências; (iii) a promoção do debate. Luane Natalle, membro da equipe de gestão do projeto Ação Proteção, reforça esses aspectos. Ela pondera que a capacitação é importante porque produz e aprofunda os conhecimentos dos participantes, porém, o que é realmente fundamental é promover o debate entre os profissionais e melhorar a prática no cotidiano dos serviços. “Os conceitos podem mudar; então, o que é mais importante é se os profissionais aprenderam ou adquiriram o hábito de falar sobre as dúvidas que encontram no seu trabalho diário, de confrontar os conteúdos com aquilo que vivem e refletir sobre essas práticas com seus pares”, reflete. Luane destaca, ainda, a ênfase que o eixo de capacitação do projeto deu à prevenção, considerando-a tão importante quanto as medidas para encaminhamento e tratamento dos casos de violação de direitos.

QUADRO 7: MÓDULOS DA CAPACITAÇÃO PRESENCIAL DO PROJETO AÇÃO PROTEÇÃO	
OS MÓDULOS DA CAPACITAÇÃO PRESENCIAL	
MÓDULO 1: INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NA CONTEMPORANEIDADE	<ul style="list-style-type: none"> - Antecedentes históricos - Questões da atualidade - Os desafios do presente
MÓDULO 2: SEXUALIDADE	<ul style="list-style-type: none"> - O desenvolvimento da sexualidade - A abordagem da sexualidade no espaço público - Sexualidade – ampliando a visão - Por que ações educativas sobre sexualidade podem prevenir situações de violência doméstica e social - Direitos sexuais e reprodutivos - A centralidade da discussão de gênero
MÓDULO 3: FAMÍLIA	<ul style="list-style-type: none"> - Família como valor universal - Família como questão complexa - A centralidade da família na legislação, nas políticas públicas e na ação profissional
MÓDULO 4: SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (SGDCA)	<ul style="list-style-type: none"> - Histórico do SGDCA - Objetivo do SGDCA e o eixo da Defesa - Eixo da Promoção e do Controle
MÓDULO 5: REDES	<ul style="list-style-type: none"> - Conceitos e fundamentos do trabalho em rede - A rede no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes - Metodologias que consolidam a rede interinstitucional

>

MÓDULO 6: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	<ul style="list-style-type: none"> - Conceito de violência - Tipos de violência doméstica - Sinais de violência e atuação dos profissionais
MÓDULO 7: ABUSO SEXUAL	<ul style="list-style-type: none"> - Conceito - Formas, locais e atores - Atendimento - Prevenção
MÓDULO 8: EXPLORAÇÃO SEXUAL	<ul style="list-style-type: none"> - Histórico de lutas e conceitos - Categorias explicativas - Aspectos psicológicos e políticas de enfrentamento
MÓDULO 9: ABUSO ONLINE E USO ÉTICO DA INTERNET	<ul style="list-style-type: none"> - A visão da internet como grande rede de pessoas - Riscos da navegação desassistida - Novas formas de abuso e violência sexual na internet - Aliciamento sexual pela internet; segurança e denúncias
MÓDULO 10: CUIDADOS COM O PROFISSIONAL	<ul style="list-style-type: none"> - Definições e dimensões do cuidado com o profissional - O cuidador como profissional - Promoção do cuidado aos profissionais
MÓDULO 11: POLÍTICAS PÚBLICAS	<ul style="list-style-type: none"> - Políticas sociais para a infância e a adolescência - Plano de Enfrentamento da Violência Sexual - Política Nacional e Plano Decenal
MÓDULO 12: PLANOS DE ENFRENTAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> - Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual - Elaboração de Planos Municipais de Enfrentamento - Roteiro básico para elaboração de Planos de Enfrentamento

CAPACITAÇÃO À DISTÂNCIA

A Fundação Telefônica Vivo vem realizando diversas capacitações por meio de plataforma eletrônica, na área dos direitos da criança e do adolescente, em parceria com o CEATS. No desenho do projeto Ação Proteção, essa foi uma estratégia considerada capaz de agregar oportunidades para os próprios participantes da iniciativa, ao ampliar o tempo de formação e oferecer informações adicionais e complementares que eles puderam continuar consultando no decorrer de sua atuação nos municípios. A avaliação realizada pela Move registrou declarações de pessoas que afirmam que, se a capacitação fosse toda presencial, talvez não pudessem participar integralmente. Por outro lado, esse recurso abriu a oportunidade de capacitação para outras pessoas, que não eram as beneficiárias diretas do projeto, mas que também puderam aproveitar e incrementar seu trabalho onde quer que estivessem.

A capacitação à distância foi lançada em outubro de 2010, logo depois da conclusão das oficinas presenciais. Os mesmos temas apresentados na capacitação presencial foram incorporados à plataforma eletrônica e algumas abordagens complementares foram in-

cluídas e disponibilizadas para os agentes do SGDCA dos municípios participantes do projeto, mas também para outros atores, de qualquer lugar do Brasil, interessados pelo assunto. No total, a plataforma eletrônica chegou a ter cerca de 900 pessoas inscritas, acompanhando o programa. Esse número revela a mobilização produzida pelo projeto e a oportunidade que os recursos tecnológicos oferecem para atender à demanda, mas também representa um desafio para as próximas iniciativas semelhantes, pois 10% dos participantes da avaliação disseram que encontraram alguma dificuldade para participar dos fóruns e chats.

O curso virtual ofereceu 13 módulos de atividades. Além dos temas já abordados na capacitação presencial (Quadro 7), essa modalidade trabalhou, ainda, com tema “Tráfico de Pessoas” (Quadro 8).

**QUADRO 8: MÓDULO COMPLEMENTAR DO CURSO ONLINE DO PROJETO
AÇÃO PROTEÇÃO**

MÓDULO 13: TRÁFICO DE PESSOAS	<ul style="list-style-type: none"> - Contextualização do tráfico de pessoas no Brasil - Conceitos e marcos legais - Configuração do tráfico de pessoas
--------------------------------------	---

Cada módulo contemplava seções de leituras obrigatórias, fórum com especialistas em cada tema e chats com a equipe do projeto Ação Proteção. Os participantes tinham uma senha especial para acompanhar as atividades e consultar os materiais depois do encerramento do curso. Todas as atividades foram conduzidas por reconhecidos especialistas no campo dos direitos das crianças e dos adolescentes e/ou no tema específico de seu respectivo módulo.

**QUADRO 9: ESPECIALISTAS DOS CURSOS PRESENCIAL E ONLINE POR MÓDULOS
DA CAPACITAÇÃO**

CURSO PRESENCIAL	CURSO ONLINE
1: Infância e Adolescência na contemporaneidade Maria Aparecida Barbirato	1: Concepção de Infância Irene Rizzini
2: Sexualidade Maria Aparecida Barbirato	2: Sexualidade Yara Sayão e Maria Aparecida Barbirato
3: Família Marco Aurélio T. Queiroz	3: Família Myrian Veras Baptista

>

<p>4: Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) José Carlos Bimbatte</p>	<p>4: Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) Claudio Hortêncio Costa</p>
<p>5: Redes José Carlos Bimbatte</p>	<p>5: Atuação em Rede Rosemary Peres Miyahara</p>
<p>6: Violência Doméstica Jaqueline Soares Magalhães</p>	<p>6: Violências Lígia Vezaro Caravieri</p>
<p>7: Abuso Sexual Jaqueline Soares Magalhães</p>	<p>7: Abuso Sexual Jaqueline Soares Magalhães</p>
<p>8: Exploração Sexual Renata Maria Coimbra Libório</p>	<p>8: Exploração Sexual Renata Maria Coimbra Libório</p>
<p>9: Abuso online e uso ético da internet Rodrigo Nejm</p>	<p>9: Abuso Online Rodrigo Nejm</p>
<p>10: Cuidados com o Profissional Márgarete dos Santos Marques</p>	<p>10: Cuidados com Profissionais Márgarete dos Santos Marques</p>
<p>11: Políticas Públicas José Carlos Bimbatte</p>	<p>11: Políticas Públicas Benedito Rodrigues dos Santos</p>
<p>12: Planos de Enfrentamento José Carlos Bimbatte</p>	<p>12: Planos Municipais José Fernando da Silva</p>
	<p>13: Tráfico de Pessoas Graça Gadelha</p>

Curso online no projeto Ação Proteção

Com a intenção de envolver e contribuir para a formação de profissionais que atuam no enfrentamento da violência sexual no Brasil, o projeto Ação Proteção contou com um ambiente virtual de educação à distância desenvolvido pelo CEATS (Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor, da Fundação Instituto de Administração – FIA).

O curso à distância foi realizado em uma plataforma virtual que utilizou três estratégias de atuação em comunidades virtuais de aprendizagem, para garantir uma formação de qualidade aos operadores do SGDCA. Essas estratégias foram a interação, a formação e os recursos tecnodidáticos.

*A **interação** foi promovida pela criação de uma rede social na plataforma. Esse recurso possibilitou a conexão, a troca de experiências entre os participantes e o desenvolvimento de projetos coletivos que envolveram a criação de planos de ação.*

*A **formação** contou com conteúdos específicos desenvolvidos para os operadores. Composto de 13 módulos formativos, o curso envolveu a participação de inúmeros profissionais renomados na área temática do projeto Ação Proteção. Esses especialistas abordaram conceitos de violência, de trabalho em rede, da importância da família e do cuidado com o cuidador, entre outros. Eles também facilitaram as discussões, apoiaram as trocas de informação e promoveram a construção de conhecimento nas comunidades.*

*O ambiente virtual também contou com **recursos tecnológicos aliados a estratégias didáticas de ensino-aprendizagem**. As aulas foram realizadas por meio de videoaulas (semipresencial), em formato de videopílulas. Gravadas de acordo com a metodologia da equipe do CEATS, tais vídeos se constituem em um poderoso recurso didático que torna a formação mais atrativa e interessante. Além disso, foram utilizados textos especialmente desenvolvidos para o projeto. Adicionalmente, compondo o sistema didático-pedagógico do curso, todas as atividades foram acompanhadas de fóruns de discussão mediados, chats e quizzes, possibilitando a participação de praticamente 900 profissionais nas 30 cidades vinculadas ao projeto.*

A utilização da plataforma de educação à distância permitiu, ainda, levar e estender os conteúdos formativos a operadores de várias partes do Brasil, ampliando de forma significativa a capilaridade e a abrangência do projeto. Ao final, cerca de 70% dos participantes apontaram que a iniciativa promoveu transformações consideráveis em suas atuações no campo de enfrentamento da violência e abuso sexuais.

A metodologia empregada no ambiente virtual do Ação Proteção segue a mesma linha

didático-estratégica do curso ECA na Escola. Também desenvolvida pelo CEATS para a Fundação Telefônica Vivo, tal ambiente já formou mais de cinco mil professores em todo o Brasil em conteúdos relativos ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

O CEATS atua há mais de 20 anos em ensino, pesquisa e consultoria nas áreas de Gestão Social, Cidadania Empresarial e Terceiro Setor. No campo virtual, a organização já desenvolveu várias iniciativas que congregam conhecimento técnico do tema da infância e da adolescência com a produção de ambientes virtuais e redes colaborativas online. Exemplos são a Rede Promenino, que existe desde 2002, os III e IV Encontros (Virtuais) Internacionais contra o Trabalho Infantil e a Rede Internacional contra o Trabalho Infantil (parcerias com Fundação Telefônica Espanha desde 2010).

Propércio Rezende
Coordenador de projetos do CEATS

DESAFIOS E APRENDIZAGENS

A adesão às atividades de capacitação é considerada por Patricia um dos grandes resultados do projeto Ação Proteção. As vagas foram preenchidas rapidamente, em seguida ao anúncio dos cursos. Os índices de acompanhamento também foram altos. Entre os entrevistados da pesquisa da Move, 51,3% fizeram tanto o curso presencial como o oferecido à distância e, entre os que optaram apenas por esta segunda modalidade, quase 90% realizaram de 11 a 13 módulos do programa.

Eliane observa, porém, que houve casos que exigiram mais esforços da equipe de coordenação do projeto. Em alguns municípios, a fragilidade da rede do SGDCA representou dificuldades na seleção de um grupo de participantes que representasse as diversas áreas de atenção aos direitos da criança e do adolescente. Nestes casos, a contribuição do Ministério Público local foi importante para completar o recrutamento. A avaliação realizada pela Move identificou que alguns respondentes consideraram que faltou clareza na distribuição das vagas em alguns municípios.

Outra fragilidade que associa o eixo de capacitação com o de diagnósticos e planos diz respeito ao perfil dos participantes de cada etapa. Como mencionado por Patricia, de fato, cada uma dessas atividades tem objetivos e requer competências bastante diferentes, pois a capacitação tinha foco nos profissionais do atendimento direto aos casos de violência sexual, enquanto a etapa de diagnósticos e planos requeria o envolvimento de membros dos

Conselhos de Direitos e Tutelares, de atores com responsabilidade pela decisão a respeito da formulação das políticas do setor da infância e da adolescência. A falta de articulação entre as duas atividades, porém, se revelou como uma oportunidade mal aproveitada.

Eliane lembra que a convocatória para a capacitação era destinada aos profissionais estratégicos na capacidade de replicar e divulgar os conteúdos dessa etapa. Como não havia disponibilidade de vagas para contemplar todos os possíveis interessados no curso presencial, orientamos aos municípios que indicassem os profissionais do setor público e do terceiro setor, mesclando técnicos e gestores, de acordo com critérios ligados à liderança, à capacidade de diálogo com a rede, à capacidade de disseminar o conteúdo e de participar das demais ações do projeto. No entanto, no momento de formar as comissões para o trabalho de diagnósticos e planos, observamos que nem todos os conselheiros e outros profissionais com as competências requeridas para essa atividade haviam passado pela capacitação.

Raquel Muramatsu, que é membro do CMDCA de Registro, identifica como uma limitação a falta de integração com os participantes da capacitação, que poderiam assumir um papel mais estratégico durante o exercício de diagnóstico e planejamento. Por outro lado, ela acredita que o conhecimento adquirido durante a capacitação ainda pode ser resgatado na medida em que o planejamento comece a produzir efeitos concretos. “Esse modelo é interessante porque permite articular o conhecimento com a prática, porque eu acredito que o diagnóstico põe em ação tudo aquilo que foi debatido durante a capacitação”, conclui.

Em Bertioga, uma experiência bem diferente corrobora essa reflexão. Flávia Domenica conta que membros da comissão de diagnóstico e planejamento que participaram da etapa de capacitação conseguiram promover a continuidade dos debates realizados nos cursos. A cidade formou um grupo com perfis variados para o módulo presencial e muitos desses profissionais acompanharam também a formação na plataforma eletrônica. “Muitos conselheiros atuam na rede do SGDCA, mas carecem de formação aprofundada em temas como a violência sexual; a capacitação deu a eles os subsídios necessários para conhecer melhor o problema”, afirma. Maria Paula Castro, de Mirassol, lembra que seu município teve problemas na formação do grupo que participou da capacitação, o que prejudicou o processo. Mesmo com perdas, porém, ela diz que os profissionais que fizeram os cursos puderam contribuir de forma mais concreta quando foram abordados pela equipe de diagnóstico, no processo de levantamento de informações.

“ A gente precisa, então, de uma segunda parte, de aprofundar esse curso pra gente avançar e saber como trabalhar com isso na prática. A gente fala em rede, mas como eu vou lidar com isso quando chegar no meu serviço? Como eu lido com as minhas questões, porque mexe comigo quando eu ouço essas histórias. Fico pensando em como continuar, o que vai além dos conceitos que a gente já tem. ”

(declaração captada durante a realização de um grupo focal da avaliação)

TABELA 6: CONTRIBUIÇÃO DO CURSO PARA LIDAR COM A SITUAÇÃO

	N	%
Total	64	100,0
Muita contribuição do curso para lidar com a situação	33	51,6
Boa contribuição do curso para lidar com a situação	31	48,4
Pouca contribuição do curso para lidar com a situação	0	0,0
Nenhuma contribuição do curso para lidar com a situação	0	0,0

Fonte: Pesquisa de Avaliação do Projeto Ação Proteção (Move, 2012)

Apesar de todos os respondentes da pesquisa de avaliação terem declarado que a capacitação ofereceu muito ou boa contribuição para lidar com situações de violência sexual identificadas depois da atividade (Tabela 6), muitos ainda sentiram falta de mais elementos de conexão entre a teoria e a prática. Entre os temas que geraram dúvida estão a forma de como trabalhar com o violador, o encaminhamento de situações crônicas ou mesmo o acompanhamento dos casos no âmbito da rede do SGDCA. A secretária municipal de Assistência Social de Presidente Prudente, Regina Penati Cardoso, reconhece essa dificuldade, mas pondera que ela também faz parte de um desafio estrutural relativo a todo tipo de capacitação. “Passar do processo de formação para o de ação e mudança de rotinas é mais complicado, mexe com concepções instituídas e leva tempo”, reflete.

“ Eu não tinha noção da quantidade de pessoas que estão envolvidas nessa rede. Mexeu muito comigo. Você descobre que não está só. ”

(declaração captada durante a realização de um grupo focal da avaliação)

Entre os resultados da pesquisa de avaliação aparece, com destaque, o sentimento de solidão que muitos participantes descrevem como parte da rotina de quem está envolvido com o atendimento às situações de violência sexual contra crianças e adolescentes. Eles dizem que os cursos os levaram a descobrir a rede do SGDCA e suas possibilidades, mas, ao mesmo tempo, sentem-se inseguros sobre a capacidade de pôr e manter em prática todas as articulações disponíveis.

Patricia destaca que, em muitos casos, o momento da capacitação presencial foi a primeira ocasião em que atores de diferentes setores da mesma cidade estiveram juntos, tratando dos direitos de crianças e adolescentes. Um dos objetivos do projeto era exatamente mostrar aos atores que eles não estão sozinhos e estimular que essa prática de encontros seja reproduzida localmente, por iniciativa da própria rede.

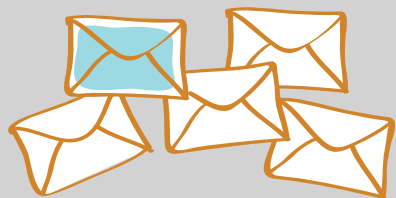
A gerente da Fundação Telefônica Vivo acredita que a utilização da ferramenta de diagnóstico, que também foi aplicada no projeto Ação Proteção, pode ajudar a suprir essa lacuna. Esse exercício envolve a identificação dos problemas e também dos atores que precisam ser acionados para resolvê-los; ele permite a construção e/ou a consolidação de fluxos em que toda a rede precisa funcionar para que as violações sejam reduzidas e eliminadas, e para que novas práticas sejam construídas. Essa pode ser uma resposta a um desafio que também foi exposto durante a avaliação da etapa de capacitação. Os respondentes da pesquisa sugeriram a necessidade de envolver os atores responsáveis pela tomada de decisão em processos de melhoria das estratégias de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

QUADRO 10

A AVALIAÇÃO DO EIXO DE CAPACITAÇÃO

A avaliação do eixo de Capacitação do projeto Ação Proteção buscou responder à seguinte pergunta: **Qual foi a contribuição da formação para a relação dos participantes com o tema violência sexual contra crianças e adolescentes?** A equipe da Move recebeu 76 respostas aos questionários disponibilizados por via eletrônica e conduziu grupos focais com

participantes da Capacitação em oito municípios (Mirassol, São José do Rio Preto, Jacaré, Caraguatatuba, São Sebastião, Cubatão, Registro e Presidente Prudente). Essas atividades procuraram observar percepções gerais sobre a formação, por meio de debates relacionados com diversos temas do processo formativo e reflexões sobre casos práticos, com abordagens a



30 municípios convidados



Identificação de lideranças locais



Inserção de propostas no orçamento público municipal

Aproximação entre conselhos e outros atores da rede



Legitimação dos conselhos de direitos e dos conselhos tutelares



Apropriação da metodologia



Plano de ação



Diagnóstico



algumas questões gerais sobre o curso.

capítulo 4

DIAGNÓSTICOS E PLANOS

Apresentação: Diagnóstico e planejamento como fundamento das políticas de enfrentamento das violências sexuais

Em sintonia com as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, o projeto Ação Proteção buscou promover o desenvolvimento de capacidades dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente para o diagnóstico territorial das necessidades de cada município participante e para a definição de prioridades locais, seguindo a metodologia “Conhecer para Transformar”. Esse exercício permitiu que os Conselhos apontassem necessidades e que as consubstanciassem em propostas de criação ou aprimoramento de programas e serviços a serem executados por organizações governamentais ou não governamentais existentes nos municípios. Como decorrência, os Conselhos passaram a delimitar com maior clareza o montante de recursos necessário à implantação das ações locais e a informar a sociedade com maior precisão sobre como serão empregados os recursos disponíveis nos Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente.

As Comissões de Diagnóstico e Planejamento criadas pelos Conselhos receberam orientações para que, durante os diagnósticos locais, lançassem um olhar especial sobre a ocorrência das diferentes formas de manifestação das violências sexuais e buscassem fundamentos para a proposição de ações integradas para seu enfrentamento e prevenção. Nesse sentido, a experiência do projeto Ação Proteção representou um primeiro passo para que os municípios

comecem a criar estratégias mais efetivas e sustentáveis para o enfrentamento do problema.

Essas Comissões realizaram um primeiro ciclo de mapeamento da ocorrência de violações de direitos nos municípios, entre as quais as violências sexuais, que se configuram simultaneamente como violações do direito à vida e à saúde, do direito à convivência familiar e comunitária, e do direito à liberdade, respeito e dignidade. Ao mesmo tempo, analisaram a situação das instituições e programas de proteção (governamentais e não governamentais) e avaliaram em que medida os municípios contavam com capacidades para o enfrentamento das violações identificadas.

O projeto permitiu observar que vários fatores têm concorrido para a ausência de estratégias mais sólidas de enfrentamento das violências sexuais nos municípios. O conhecimento sobre o fenômeno e suas causas ainda é pequeno nas redes de atendimento. As ocorrências de abuso sexual e de exploração sexual comercial ainda são subnotificadas.

Nesse sentido, várias Comissões constataram que, embora sinais ou sintomas da ocorrência de abuso sexual ou de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes pudessem ser percebidos na vivência cotidiana no município, frequentemente tais ocorrências não eram denunciadas ou se apresentavam registradas de forma precária e com baixo grau de visibilidade e sistematização nos arquivos ou bancos de dados dos órgãos de órgãos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), tais como o Conselho Tutelar, os serviços públicos de saúde, os órgãos de segurança pública etc.

Essas Comissões perceberam que, embora a limitação das informações disponíveis trouxesse restrições ao planejamento de ações e acarretasse a necessidade de busca de informações complementares (por exemplo, por meio de enquetes junto a organizações e profissionais com inserção ou atuação em territórios críticos do município), tal limitação trazia à tona a necessidade e a oportunidade de aprimoramento das fontes locais de informação e dos mecanismos e procedimentos de registro e notificação das violências sexuais e de outras violações dos direitos de crianças e adolescentes. Propostas nesse sentido foram formuladas por várias Comissões, abrindo perspectivas para uma melhoria progressiva na fundamentação dos processos de diagnóstico e planejamento nos municípios.

Sabe-se que, não raro, as violências sexuais estão associadas a outros problemas como as violências domésticas ou o envolvimento de crianças e adolescentes com álcool e drogas. Assim, entre as ações que foram propostas e que passaram a compor os planos municipais de ação figuram, além de programas de enfrentamento direto do abuso e da exploração sexual, a criação ou o aprimoramento de programas de fortalecimento dos vínculos familiares, a estruturação ou o reforço de programas de tratamento e prevenção da drogadição junto a

crianças e adolescentes, a criação de programas para acompanhamento e execução de medidas socioeducativas em meio aberto para adolescentes em conflito com a lei, entre outros.

Sabe-se também que, para alcançar resultados significativos no enfrentamento e na prevenção do abuso e da exploração sexual, as instituições e os programas que, em cada município, integram o SGDCA, devem atuar de forma articulada e desenvolver capacidades de trabalho em rede. No entanto, na maioria das localidades, as ações das instituições do SGDCA que podem fazer frente ao problema ainda não estão suficientemente estruturadas e integradas.

Por isso, as Comissões de Diagnóstico receberam, também, orientações para que pudessem avaliar a situação dos fluxos operacionais que devem articular as ações das instituições do SGDCA instaladas nos municípios (Conselho Tutelar, órgãos de segurança, Ministério Público, Juizado, programas e serviços das áreas da assistência social, saúde e educação, entre outros), de forma a propor caminhos para uma melhor integração dos agentes para o enfrentamento do abuso e da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

Como resultado, em alguns municípios foram propostas ações especificamente voltadas ao enfrentamento das violências sexuais, tais como a realização de campanhas de informação que favoreçam a realização de denúncias, a orientação de profissionais da rede de atendimento para identificação de sinais e notificação de casos de violência sexual, e a criação de programas de acolhimento e redução de danos para crianças e adolescentes que sofreram esse tipo de violação. É digno de nota o caso de uma iniciativa proposta por um conjunto de municípios situados em uma das regiões mais críticas do estado de São Paulo, que prevê uma ação intermunicipal articulada para a identificação e a prevenção de casos de exploração sexual comercial de adolescentes.

Segundo o ECA, o planejamento e o controle das políticas de proteção, promoção e defesa de direitos devem ser coordenados, em cada município, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Ao realizá-los, esse Conselho exercita o papel gestor que o Estatuto lhe atribui. Para que possam desempenhar a contento esse papel, os Conselhos dos municípios, apoiados pelo projeto Ação Proteção, iniciaram um trabalho participativo e transparente de diagnóstico da realidade local, definição de prioridades, proposição de ações, acompanhamento da inclusão de programas de ação no ciclo orçamentário municipal e avaliação de resultados.

Sabe-se que esse trabalho não deve ser pontual e não se esgota em um único ciclo anual. Na verdade, envolve um esforço permanente de qualificação da gestão das políticas públicas nos municípios, que precisa ser sustentado no decorrer das várias administrações

municipais. Assim, espera-se que esse processo possa ser mantido e aprimorado em anos vindouros, retomado e aprofundado entre os municípios que tiveram maior dificuldade em desenvolvê-lo. Somente dessa forma será possível contribuir para a geração do resultado mais importante: a redução sistemática dos casos de violência sexual e de toda e qualquer violação dos direitos de crianças e adolescentes.

Como apontado no guia **Conhecer para transformar**, “muitos obstáculos ainda precisam ser removidos para tornar realidade em todo o Brasil os princípios e objetivos estabelecidos no ECA. A ausência de diagnósticos mais completos e detalhados sobre as realidades locais, que fundamentem a formulação de políticas consistentes, certamente está entre os mais importantes. Bons diagnósticos municipais revelarão como os problemas se manifestam em cada contexto, apontarão prioridades e permitirão mobilizar forças locais e regionais para a ação, estimulando em todo o país a articulação entre o Estado e a sociedade civil, em torno da melhoria das condições de vida de crianças e adolescentes”.

Fabio Ribas

Diretor Executivo

Prattein – Consultoria em Desenvolvimento Social

OLHAR E ENTENDER A REALIDADE PARA TRANSFORMÁ-LA

A ideia de motivar os municípios a elaborar planos de ação, no escopo do projeto Ação Proteção, está vinculada à perspectiva de fortalecer as políticas públicas do setor e incluir suas necessidades nos orçamentos municipais. Esse eixo foi inspirado, sobretudo, na experiência prévia da Fundação Telefônica Vivo no apoio a Conselhos Municipais em seu processo de diagnóstico e planejamento, em diversos municípios paulistas, e em recentes determinações do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), com seu Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes 2011-2020 e com sua Resolução 137. Ambos os documentos recomendam e buscam o fortalecimento do papel e do protagonismo dos Conselhos de Direitos como formuladores da política relativa à infância e à adolescência em todos os níveis (federal, estadual e municipal). Eles destacam, ainda, a necessidade e a relevância do desenvolvimento de planos que superem os prazos de uma gestão governamental e observem a transversalidade da política nesse setor.

Uma das contribuições que o Plano Decenal espera oferecer à implementação do ECA é, efetivamente:

“ a passagem de uma experiência de elaboração de planos temáticos (Erradicação do Trabalho Infantil, Enfrentamento da Violência Sexual, Sistema Socioeducativo, e Convivência Familiar e Comunitária) para elaboração de uma Política Nacional e de um Plano Decenal voltados para todo o segmento infância e adolescência e não para os chamados 'grupos vulneráveis'. ”¹

A reflexão também procurou considerar a evolução e o amadurecimento da implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que vem ganhando mais consistência e abrangência na última década. Entre as diretrizes do SUAS está a intersetorialidade, que parte do pressuposto de que a vulnerabilidade não decorre de uma única causa e que, portanto, precisa ser combatida de forma integrada pelas diferentes políticas e programas sociais. Essa perspectiva evoca também a matriz sociofamiliar das políticas, em que a situação da família aparece na raiz dos problemas que afetam crianças e adolescentes, mas igualmente em suas soluções.

A valorização dessas prerrogativas conceituais levou a equipe a optar por um modelo de planejamento focado, portanto, em ações integradas e orgânicas, envolvendo os diferentes atores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA). Os municípios participantes do projeto Ação Proteção foram convidados a tomar parte do

desenvolvimento de diagnósticos e planos a partir da metodologia “Conhecer para Transformar”, que a Fundação Telefônica Vivo já vinha utilizando em municípios apoiados em seu programa de combate ao trabalho infantil. Esse trabalho foi conduzido pela Prattein Consultoria e envolveu 26 municípios.

O eixo de diagnósticos e planos consistiu na realização de três oficinas presenciais de capacitação e acompanhamento, com duração de dois dias cada uma, com os membros das comissões de cada município. Inicialmente havia, em cada oficina, um momento de trabalho particular, por região, e, no decorrer do processo, por estágio de desenvolvimento do diagnóstico e do planejamento. Os participantes contaram com a publicação **Conhecer para transformar: Guia para diagnóstico e formulação da política municipal de proteção integral das crianças e adolescentes** e com vídeos de cada um de seus capítulos como material de apoio para suas atividades. Além disso, a equipe da Prattein ofereceu monitoramento remoto, por meio de telefone e da internet, para resolver dúvidas e solucionar problemas.

O DIÁLOGO COM O CONTEXTO LOCAL

O primeiro passo desta etapa foi a repactuação do compromisso estabelecido no início do projeto, por meio da assinatura de um Termo de Cooperação com cada município. Essa formalidade buscou dar objetividade tanto à descrição do percurso que todas essas cidades deveriam percorrer nesse processo como ao produto final que se esperava delas, que consistia na produção de um diagnóstico, de um plano de ação e na inserção de propostas no orçamento público municipal. Todo esse trabalho tomou o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes como prioridade, mas foi conduzido de modo a construir os resultados com base no contexto real de cada cidade, englobando todas as violações de direitos que pudessem ser observadas.

Uma vez assumido o compromisso, os municípios passaram a seguir o percurso proposto pela metodologia “Conhecer para Transformar” (Quadro 11). A primeira tarefa foi a formação das comissões municipais, que envolvem, geralmente, membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Conselho Tutelar, de diferentes setores das políticas sociais e profissionais de gestão de informação. Esse exercício já revelou alguns dos desafios pertinentes à atividade. Maria Paula Castro, da Coordenadoria de Ação Social da Prefeitura de Mirassol, conta que a demanda esbarrou na dificuldade recorrente da

administração pública, que é identificar pessoas que tenham o perfil para assumir as responsabilidades da comissão e, igualmente, tenham disponibilidade de tempo em meio às muitas atribuições regulares de suas funções. Em Registro, por exemplo, a área da educação não aderiu ao convite de integrar a comissão, fato que Raquel Muramatsu, que é membro do CMDCA local, considera como um elemento inicial de diagnóstico, que diz respeito aos desafios estruturais presentes no município. Lá, a administração local demorou a liberar a contratação dos técnicos requeridos para o serviço e isso atrasou bastante o andamento das atividades.

A pesquisa da Move identificou esse aspecto como uma fragilidade presente nesta etapa. Ainda que a metodologia reforce a centralidade dos Conselhos de Direitos e Tutelares na formulação da política, essas instâncias estão inseridas em um contexto político e burocrático local e agem de acordo com essa cultura. Na maior parte dos municípios em que o SGDCA era originalmente muito frágil e contava com pouco apoio dos órgãos responsáveis pela gestão da política da infância e da adolescência, o processo de diagnósticos e planos demorou a decolar ou teve resultados menos expressivos. Neste sentido, o projeto demonstrou pouca capacidade de provocar mudanças estruturais.

Luane Natalle, membro da equipe de gestão do projeto Ação Proteção, lembra que esse elemento esteve presente, na verdade, desde a mobilização dos municípios. “A limitação das equipes, o tempo reduzido, a dificuldade de alinhar os perfis necessários com as competências disponíveis, tudo isso configura um desafio real no contexto dessas cidades”, pondera. Para ela, porém, observar esse estágio em que o processo todo foi iniciado é fundamental para compreender e valorizar as conquistas alcançadas, que são proporcionais ao nível de complexidade dos problemas estruturais que cada município teve de enfrentar, logo de saída, para aderir à iniciativa. “Alguns municípios demoraram mais para avançar nas etapas da metodologia, mas se a cultura de diagnóstico e planejamento foi incorporada, esse é um benefício que vai permanecer ali e esse era o objetivo do projeto”, diz.

A avaliação reconhece a legitimação dos dois conselhos e a aproximação que a metodologia provoca entre eles e junto a outros atores da rede. Esse é um elemento destacado por muitos municípios, mesmo aqueles que tiveram dificuldades iniciais para formar suas comissões. “O exercício de diagnóstico nos aproximou, nos pôs em contato, definiu o papel de cada um e a importância de haver comunicação permanente entre todos os atores da rede”, explica Raquel. Flávia Domenica, gestora de Assistência Social em Bertiooga, considera que os maiores méritos do projeto Ação Proteção foram o fortalecimento do Conselho de Direitos e do Conselho Tutelar e o estabelecimento de uma relação mais estreita entre

eles. Diversos membros das comissões declararam que o trabalho desses grupos ajudou os atores a se reencontrarem, a se verem e a se reverem.

Vários participantes do projeto também identificaram como um de seus pontos positivos a troca de experiências com profissionais e membros das redes de outras cidades. Regina Coelho, gestora de Assistência Social de Bady Bassitt, declara que “vai copiar” iniciativas de outros municípios que ela conheceu durante as oficinas do projeto Ação Proteção. Ela diz que “conviver com o diferente é importante para aprender e para tomar consciência de que temos pontos comuns e que podemos superar os problemas, pois outros já desenvolveram algumas soluções que podem ser aproveitadas”. Regina Penati Cardoso, secretária municipal de Assistência Social de Presidente Prudente, completa que, muitas vezes, os atores da rede se sentem solitários por causa da dimensão dessa cidade em comparação com as vizinhas. Para ela, o contato motivado pelo projeto permitiu compartilhar temas, comparar estratégias e desenhar novas referências de atuação.

Os municípios da região sul do estado de São Paulo deram um passo a mais nessa experiência coletiva. A comissão de diagnóstico de Cajati elaborou um plano de ação em parceria com outros cinco municípios do Vale do Ribeira. Ao ouvir os envolvidos e conhecer a situação de crianças, adolescentes e famílias tocadas pela violência sexual, a equipe identificou que o problema é recorrente em toda essa região. Desde então, iniciou-se um trabalho de diálogo para superar limites burocráticos, políticos e técnicos, de modo a pôr em marcha uma ação em rede. Além de propiciar essa leitura abrangente da realidade regional, o exercício do diagnóstico também favoreceu a identificação de lideranças locais que estão conduzindo e animando essa nova etapa de trabalho conjunto. O plano é realizar uma intervenção junto à população residente às margens da BR-116.

A APROPRIAÇÃO DA METODOLOGIA

Em muitas dessas cidades, esta foi a primeira vez que se realizou um diagnóstico a respeito da situação da infância e da adolescência. Em outras tantas, foi a primeira vez que esse processo foi conduzido pelos próprios atores locais. A pesquisa da Move identificou que uma das vantagens dessa estratégia foi a apropriação da metodologia. A maior parte dos municípios incorporou o modelo e as equipes envolvidas se declaram capazes de replicar o processo de forma autônoma, especialmente no que se refere à parte de diagnóstico da realidade. Durante a avaliação, houve registro de locais em que a comissão não havia

conseguido chegar à estruturação de um plano de ação, mas, ainda assim, os atores envolvidos valorizaram os resultados do exercício de diagnóstico, pela capacidade adquirida de observar a realidade e promover um debate coletivo sobre os principais problemas e suas possíveis soluções.

FIGURA 3: RESULTADOS DO PROJETO AÇÃO PROTEÇÃO – DIAGNÓSTICOS



Fonte: Pesquisa de avaliação (Move, 2012).

Regina Penati Cardoso define Presidente Prudente como uma cidade com um bom histórico de ações na área dos direitos da criança e do adolescente. Ela resgata um convênio com o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) no fim da década de 1990, que exigia a elaboração de diagnósticos para determinação das zonas de vulnerabilidade locais, em que deveriam ser estabelecidos centros de atenção à criança e ao adolescente. Para isso, a Universidade do Estado de São Paulo (Unesp) realizou um trabalho que ficou conhecido como

o mapa da exclusão social. Ela considera que o modelo utilizado no projeto Ação Proteção aporta muitas aprendizagens, que podem ser observadas pela riqueza das questões e das reflexões que aparecem nas reuniões da comissão municipal. “Essa metodologia favoreceu o diálogo entre o Conselho e o SGDCA, permitiu uma apropriação do sentido de rede, que é mais que uma relação de serviços disponíveis, mas passa a consistir efetivamente em um movimento entre esses serviços, que compreende as relações, as ausências e se torna capaz de resolver os problemas”, descreve.

“Esse viés da necessidade de que o poder público esteja presente e que ocorra essa interseccionalidade tem ficado cada vez mais claro e mais latente. Tem alguns setores que não estão tão envolvidos, como o Esporte, mas mesmo a Saúde que era difícil de agregar, hoje está aqui. Essa construção está sendo feita.”

(declaração captada durante a realização de um grupo focal da avaliação)

Em Bertiooga, o projeto Ação Proteção conduziu à realização do primeiro diagnóstico do setor na cidade. Flávia avalia que o benefício foi muito grande porque “foi a primeira vez que a equipe de todos os serviços parou para refletir sobre quem são a criança e o adolescente que estão sendo atendidos, quais são as violações prevalentes, quem são os agressores e que papel tem cada um dos membros da rede”. Maria Paula conta que a condução do diagnóstico pelos próprios atores da rede produz resultados mais consistentes. A equipe de Mirassol já havia experimentado a opção de realizar o trabalho por meio de uma assessoria externa. Ela valoriza a capacidade que os membros da equipe adquirem e aplicam para analisar os dados, contextualizando-os com aquilo que cada setor já conhece da realidade. “Essa reflexão e a discussão na comissão favorecem que o diagnóstico vá além da compilação de informações e, no nosso caso, permitiu que produzíssemos mais do que o próprio projeto demandava”, conclui.

Segundo Maria Paula, o exercício permitiu superar o “olhar viciado” sobre os problemas e estabelecer um mapa, em que todos os atores puderam identificar as principais situações de vulnerabilidade, assim como a situação dos equipamentos disponíveis para solucioná-las. Em Mirassol, o diagnóstico levou à definição de uma ação prioritária que deu origem ao “Projeto Qualificação para a Rede de Atendimento: Criança e Adolescente com Direitos Violados”. A iniciativa pretende qualificar os trabalhadores da rede de atendimento das

áreas de assistência social, saúde, educação, esporte, cultura, organizações não governamentais, Poder Judiciário, Conselho Tutelar etc. O objetivo é melhorar o atendimento em cada ponto da rede e fortalecer sua ação conjunta, a partir de um fluxo mais bem estruturado e integrado de ações, desde os registros dos casos de violação de direitos até o monitoramento do atendimento.

No momento de realização da avaliação, no início do segundo semestre de 2012, os municípios ainda estavam no processo de elaboração dos planos e uma fragilidade identificada foi a de que muitas equipes tinham dificuldades para transformar as informações recolhidas e processadas em propostas concretas de ação. Havia cidades que estavam na etapa final do processo e previam incluir suas propostas já no orçamento público seguinte, enquanto outras demonstravam dúvidas e necessidade de apoio para completar todas as etapas. Graças a essa avaliação, a equipe da Fundação Telefônica Vivo decidiu realizar mais um rodada de oficinas, de modo a oferecer o acompanhamento necessário às cidades que ainda precisavam de ajuda para concluir o processo. Até o fim de 2012, dois terços dos municípios participantes do projeto já tinham planos de ação elaborados e alguns já haviam iniciado as negociações para sua inclusão no orçamento público local.

O ACESSO À INFORMAÇÃO

Um dos desafios mais recorrentes da etapa de diagnósticos e planos do projeto Ação Proteção foi o acesso e a padronização das informações a respeito da situação de crianças e adolescentes e dos atendimentos realizados pelos atores do SGDCA nos municípios. Em alguns casos, esse problema foi revelador da fragilidade do funcionamento do sistema, principalmente quando indicavam a falta de algum registro a respeito da existência de violações e do tipo de atendimento realizado. Em outras situações, o problema estava mais relacionado com a linguagem e com os conceitos aplicados, que eram diferentes em variados órgãos.

A comissão de Bertióga foi uma das que encontraram muitas dificuldades de acesso às informações, inclusive porque, na falta de alguma sistematização de dados anterior, não havia registros adequados e muitas informações não eram padronizadas. Flávia relembra, ainda, que alguns atores não entendiam, inicialmente, o motivo do interesse pelos dados e chegaram a se preocupar que o processo de diagnóstico pudesse ser uma forma de fiscalização dos serviços prestados. Ela observa que a dificuldade para levantar informações

apareceu no caso da violência sexual, mas também no que se refere a outras violações, desde as básicas, como o acesso a creche, até as mais complexas, como o trabalho infantil. Particularmente, a complexidade das violações estava associada também à subnotificação, decorrente da pouca frequência de denúncias.

Raquel diz que a comissão de Registro também passou pelo desafio de estabelecer uma linguagem comum para definir cada tipo de violação. A equipe de Mirassol, por sua vez, utilizou modelos do guia **Conhecer para transformar** para obter informações padronizadas de todos os equipamentos de atendimento a crianças e adolescentes e também fez um trabalho amplo para explicar como os dados seriam utilizados em muitas organizações. Todo esse esforço, por outro lado, consistiu em uma dificuldade original que se transformou em competência adquirida. Os membros da comissão de muitos municípios dizem que esse processo mudou procedimentos ou abriu a perspectiva para continuar um trabalho de motivação ao registro e ao uso de informações para a gestão das políticas do setor. No que se refere especificamente à violência sexual, em algumas das cidades somente o fato de padronizar as informações já permitiu mais clareza sobre a dimensão do problema. No caso de Mirassol, Maria Paula conta que uma das propostas do plano elaborado durante o projeto é exatamente estruturar um protocolo de atendimento, que permita acompanhar cada ação realizada por meio da geração e do processamento de informações.

“ Eu acho que o diagnóstico vem oficializar uma situação que é de conhecimento empírico, mas que a gente não tem numericamente isso oficializado. Hoje, é importante porque qualquer projeto que você vai desenvolver, você precisa ter isso tabulado, pra ser analisado. ”

“ O diagnóstico ensina a gente a sistematizar. ”

(declarações captadas durante a realização de grupos focais da avaliação)

Regina Coelho aponta como um dos principais aprendizados do projeto Ação Proteção a tomada de consciência da necessidade de realizar uma leitura consistente da realidade para que as ações sejam bem elaboradas. “Essa é uma herança que vai ficar para toda a rede do SGDC, orientando que todo planejamento depende de um bom diagnóstico, pois esse recurso facilita a tomada de decisão e permite que ela ataque as situações que estão realmente descobertas”, define.

Em Bady Bassitt, a comissão de diagnóstico propôs como ação prioritária o “Projeto Ciranda”, que tem como objetivo o enfrentamento de situações de violência psicológica, física, sexual e de negligência que ocorrem no âmbito familiar. A proposta está fundamentada em constatações que emergiram no trabalho de diagnóstico, tais como o elevado número de denúncias recebidas pelo Conselho Tutelar, formuladas por profissionais da rede ou vizinhos, e por informações que chegam ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Por exemplo, dentre 131 casos de violações de direitos registrados pelo Conselho Tutelar do município em dado período de tempo, 75% deles se referiam a formas variadas de violência doméstica.

As informações coletadas junto a diferentes fontes referem-se a situações ocorridas no contexto diário de famílias disfuncionais. Os dados mostraram que a violência doméstica atinge crianças e adolescentes de ambos os sexos, especialmente na faixa etária de sete a 14 anos. A comissão detectou, ainda, que alguns sinais de maus-tratos puderam ser constatados por educadores das escolas e profissionais que atuam nos projetos sociais frequentados pelas crianças. Em geral, as vítimas convivem com pais ou familiares que fazem uso de substâncias químicas, lícitas e ilícitas, o que favorece o desencadeamento de comportamentos agressivos nas relações familiares, os adultos com frequência usando a força física ou a ameaça psicológica para lidar com os filhos. Uma vez que os dados foram levantados em perspectiva territorial, foi possível identificar os bairros mais críticos do município em que as crianças e os adolescentes se encontram em situação de maior vulnerabilidade.

Regina Coelho observa que o levantamento de informações é importante para a observação concreta das violações ocorridas no município, mas também permite, por um lado, constatar os pontos falhos da rede de atendimento e, por outro lado, orientar as energias dessa rede para a solução de problemas a partir de uma perspectiva compartilhada. Ela cita o exemplo das violações relacionadas às drogas e à violência sexual na cidade. “Antes, a assistência social abordava de um jeito, a educação de outro e a saúde de outro; com o diagnóstico, pudemos construir um olhar comum para o problema e formular uma estratégia em que cada competência é bem utilizada”, explica.

QUADRO 11

A METODOLOGIA “CONHECER PARA TRANSFORMAR”

O eixo de diagnóstico e planejamento do projeto Ação Proteção foi baseado na metodologia “Conhecer para Transformar”, sistematizada pela Prattein e publicada pela Fundação Telefônica Vivo, sob a forma de um guia para diagnóstico e formulação da política municipal de proteção integral de crianças e adolescentes. A metodologia propõe que Comissões Municipais, instituídas e coordenadas pelos respectivos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, e compostas de representantes desse Conselho, do Conselho Tutelar e das outras políticas setoriais do município, desenvolvam um processo participativo de conhecimento da realidade, diálogo e planejamento, envolvendo os gestores e demais membros dos órgãos e instituições responsáveis por ações locais direcionadas a esse segmento da população.

Essa metodologia baseia-se no pressuposto estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente, reiterado na Resolução 137/2010 do Conanda², segundo o qual cabe aos Conselhos dos Direitos “promover a realização periódica de diagnósticos relativos à situação da infância e da adolescência bem como do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente no âmbito de sua competência” e, ainda, “elaborar planos de ação anuais ou plurianuais, contendo os programas a serem implementa-

dos no âmbito da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, e as respectivas metas, considerando os resultados dos diagnósticos realizados e observando os prazos legais do ciclo orçamentário”.

Ao mesmo tempo, a metodologia “Conhecer para Transformar” fundamenta-se nos princípios de valorização das estratégias de diagnóstico e planejamento estabelecidos no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil³. Segundo esse plano, entre as estratégias fundamentais para o sucesso do processo de mobilização da sociedade para o enfrentamento das violências sexuais, destacam-se “a sensibilização dos atores e instituições por meio da socialização de dados e análise de situação e do diagnóstico da exploração e do abuso sexual contra crianças e adolescentes no município”, e ainda “o mapeamento, com a participação dos atores e instituições envolvidos, da forma como o enfrentamento da exploração e do abuso sexual vem sendo realizado no município (quem recebe as denúncias dos casos, para onde elas são encaminhadas, quais os serviços existentes etc.)”.

O Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes reconhece que o avanço da implementação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violên-

cia Sexual Infantojuvenil depende fortemente de ações que partam dos próprios municípios. Esse comitê recomenda a organização de uma comissão para a construção do Plano Municipal, com participação de pessoas representativas de diversos setores, bem como a elaboração de diagnóstico da situação de cada município sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes⁴.

A metodologia “Conhecer para Transformar” mobiliza o protagonismo dos atores locais para o levantamento e a análise de informações da realidade da população infantojuvenil, no contexto das políticas básicas, de proteção especial, de medidas socioeducativas e do sistema de justiça. Ela também promove um diálogo colaborativo entre os diversos atores com base no envolvimento nos trabalhos e nas decisões, possibilitando maior conhecimento mútuo e uma leitura comum e compartilhada da realidade. Dessa forma, produz uma visão global, intra e interterritorial do município, dos seus condicionantes e recursos, o que deve favorecer ainda mais a consistência e a efetividade da política de atendimento em (re)construção.

A metodologia é desenvolvida em 10 etapas:

- 1ª Etapa – Formação da Comissão de Diagnóstico e Planejamento
- 2ª Etapa – Autoavaliação dos Conselhos
- 3ª Etapa – Formulação de um quadro de referência orientador do diagnóstico

4ª Etapa – Mapeamento e análise das violações de direitos

5ª Etapa – Mapeamento e análise do sistema de atendimento

6ª Etapa – Formulação de propostas de ação na esfera da proteção especial

7ª Etapa – Análise das políticas básicas à luz dos mapeamentos anteriores

8ª Etapa – Revisão das propostas de ação

9ª Etapa – Consolidação do plano de ação: uma política para o município

10ª Etapa – Inclusão dos programas de trabalho no ciclo orçamentário municipal

As etapas percorridas fecham o ciclo de um processo que não se esgota ao seu término. Ao final, o que se anuncia é o seu recomeço. Ou seja, diagnosticar, implantar e acompanhar o plano de ação e avaliar os seus resultados é um processo cíclico e permanente, pelo qual o sistema municipal de promoção e defesa de direitos vai progressivamente ampliando sua capacidade de conhecer e transformar a realidade em prol da proteção integral da criança e do adolescente.

Essa metodologia foi desenvolvida pela Prattein, a partir de sua experiência no apoio a Conselhos de Direitos por todo o país. Ela foi aplicada em parceria com a Fundação Telefônica Vivo em 27 municípios do estado de São Paulo, no contexto de seu programa de combate ao trabalho infantil.

A VIOLÊNCIA SEXUAL NO CONTEXTO DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS

As atividades do eixo de diagnósticos e planos do projeto Ação Proteção mantiveram um foco especial sobre o problema da violência sexual contra a criança e o adolescente, tratando de motivar os municípios a observar sua ocorrência em um contexto mais amplo de todas as violações de direitos observáveis em seus territórios. Considerando o levantamento original, utilizado pelo Ministério Público para fundamentar a demanda do projeto, as oficinas procuraram motivar os membros da comissão a dedicar atenção especial ao tema, inclusive fazendo um esforço adicional para tentar sobrepor-se a dificuldades como a subnotificação e a possível falta de compreensão conceitual sobre sua ocorrência. Por outro lado, esse exercício também buscou orientar os participantes a observar as possíveis relações entre as diferentes violações, de modo a favorecer que os planos incorporassem estratégias que atacassem problemas cuja solução poderia gerar efeitos também para o combate à violência sexual. O estudo da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a violência contra crianças e adolescentes⁵ associa a natureza complexa e multicausal desse fenômeno com a necessidade de observar fatores de incidência direta e indireta sobre sua manifestação para elaborar políticas mais eficientes. Segundo o documento, a violência contra crianças e adolescentes deve ser prevenida e tratada de forma integral, pois fatores de incidência indireta podem inibir ou incrementar a probabilidade de violações.

Eliane Schütt, coordenadora do projeto Ação Proteção, confirma que as violações estão muito próximas umas das outras e que o aspecto de prevenção costuma ser muito frágil no caso da violência sexual. “Observamos que o exercício de diagnóstico nos municípios revela a exploração sexual relacionada a outras violações como, por exemplo, o uso abusivo de drogas ilícitas. Então, se o diagnóstico aponta que, na ordem das prioridades, o problema a ser enfrentado é a dependência química, é possível que tratar dessa violação resulte na interrupção da exploração sexual. Quem estabelece a prioridade, e deve fazê-lo com base no diagnóstico, é o Conselho Municipal dos Direitos”, ilustra. Regina Penati Cardoso considera positivo que o eixo de diagnósticos e planos tenha provocado essa análise ampla. Para ela, não é possível olhar para o problema da violência sexual sem olhar para o conjunto, ainda que seja necessário reconhecer que esse tipo de violação de direitos tem, sim, aspectos específicos. “A violência é um fato concreto, mas quando você se aprofunda no universo familiar, pode encontrar outros aspectos que podem ter interferido nessa situação”, explica.

Flávia diz que a comissão de Bertiooga já sabia que dificilmente a violência sexual contra crianças e adolescentes apareceria de maneira destacada no diagnóstico, especialmente

por causa da subnotificação. Por outro lado, o trabalho de diagnóstico levou a comissão local a perceber que uma articulação com a área de educação pode favorecer esse trabalho porque, se uma parte dos casos acontece dentro de casa, a família passa a ser um agente que dificilmente fará a denúncia e é a escola que, talvez, possa ser o ator mais capaz de identificar e encaminhar as violações. Ela espera que o movimento iniciado pelo trabalho de diagnósticos e planos continue depois da conclusão do projeto Ação Proteção, para que a articulação da rede local se consolide e envolva todos os órgãos que atuam no setor.

Em Bady Bassitt, o plano resultante dessa etapa do projeto inclui a criação de um serviço de “disque denúncia” local. Regina Coelho confirma a dificuldade de abordar o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes, mas diz que as atividades do projeto já começaram a provocar o surgimento de informações e denúncias. Ela concorda que esse trabalho tem de continuar, que pode ser favorecido pelo canal local de denúncias, e que deve envolver a sensibilização tanto dos atores da rede como da sociedade. Mesmo que os dados ainda sejam poucos sobre esse tema, a comissão municipal espera que as ações de fortalecimento da rede, de aprimoramento dos equipamentos locais, de criação de um banco de dados sobre as violações de direitos em geral, todas propostas integrantes do plano, ajudem a abordar e a enfrentar o problema.

Regina Penati Cardoso destaca que o diálogo entre o geral e o específico faz parte da dinâmica própria do trabalho com políticas públicas, em que é fundamental olhar para o sujeito que é o foco da intervenção e fazer um exercício perene entre o global e o específico, para que a integralidade de suas necessidades seja atendida. Ela reforça que esse não é um trabalho simples nem fácil, mas que é necessário para que as políticas tenham qualidade. Em Presidente Prudente, o desenho de um grande quadro descritivo da evolução da vulnerabilidade, nas distintas regiões da cidade, levou à formulação do “Projeto de Fortalecimento da Rede de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente do Território Cambuci”. A iniciativa tem como foco a superação das violações caracterizadas como maus-tratos, violência física ou psicológica, abandono e negligência, e do envolvimento de crianças e adolescentes com o consumo ou dependência de álcool e drogas.

O projeto foi formulado a partir de dados quantitativos e de percepção coletados junto aos Conselhos Tutelares existentes no município, profissionais das áreas de saúde, educação, de instituições da rede de atendimento, da Defensoria Pública, da Polícia Militar, do Ambulatório de Atendimento a Vítimas de Exploração e Abuso Sexual (AAVEAS) e da Fundação Casa. Entre outras informações, o diagnóstico permitiu observar que as violações mais frequentes no município são 1) crianças e adolescentes envolvidos com o consumo ou

dependência de álcool e drogas e 2) maus-tratos: violência física ou psicológica, abandono, negligência. O exercício também indicou que a maior parte dessas violações acontece em ambiente familiar.

Finalmente, o mapeamento das ocorrências levou a conclusões importantes para a orientação dos trabalhos no município. A desigualdade entre os diversos territórios sugeriu a necessidade de criação e fortalecimento de microrredes que, a partir da articulação entre instituições do poder público e da sociedade civil, funcionem por meio de comissões locais de defesa e proteção à criança e ao adolescente. A função dessas microrredes será manter constante vigilância sobre as dinâmicas territoriais que geram violações dos direitos.

DESAFIOS E APRENDIZAGENS

Todos os 26 municípios que firmaram o compromisso de realizar os diagnósticos e planos chegaram a um produto final, porém com variados resultados, que, de modo geral, podem ser relacionados com a grande variedade de perfis do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) em cada cidade. Em alguns municípios, a rede já estava articulada, havia algum tipo de exercício de diagnóstico, os atores compartilhavam informações, entre outras estratégias. Em outros, ao contrário, mal se conhecia o conceito de rede e a maioria dos atores estava concentrada nas atividades de seu próprio campo de atuação. A pesquisa de avaliação chegou mesmo a identificar situações de grave conflito e competição entre Conselhos de Direitos e Tutelares ou entre estes e os demais atores do SGDCA, comprometendo o desenvolvimento das ações do projeto. Em alguma medida, essa situação está relacionada com o estágio de implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nesses municípios, como mencionado antes. Por outro lado, a experiência de execução das atividades do Ação Proteção demonstra evidências de que a cultura política e administrativa local também é um fator que influencia a forma pela qual os diversos atores se envolvem na elaboração, na execução e na decisão sobre as intervenções sociais.

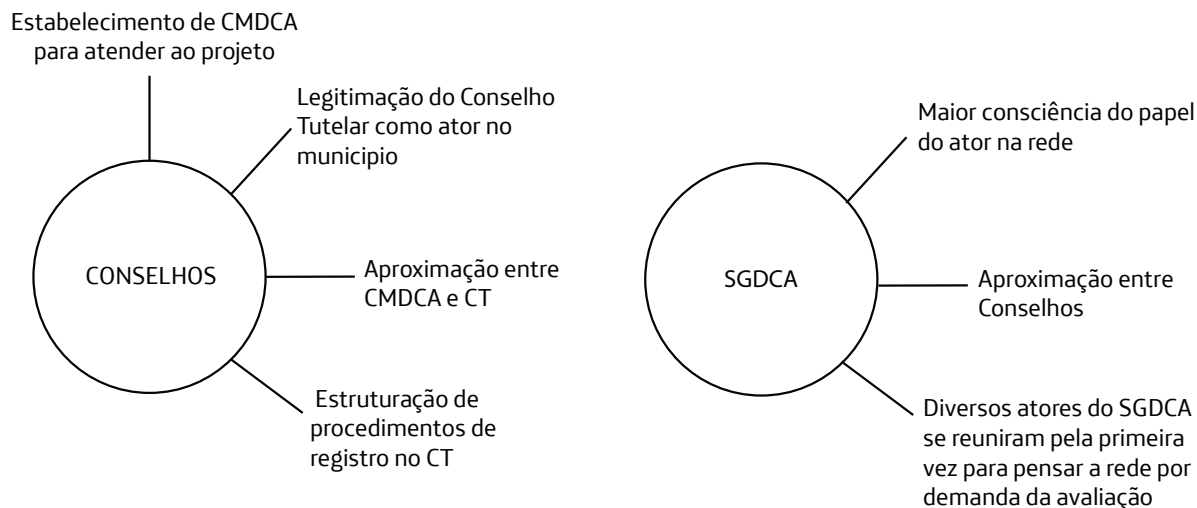
Patricia Santin, gerente da área de Infância e Adolescência da Fundação Telefônica Vivo, acredita que o maior desafio do projeto residiu na conclusão desta fase de diagnósticos e planos, porque ela exige pôr em prática tudo o que foi aprendido da metodologia e articular as informações obtidas, nessa etapa e na de capacitação, com ações concretas de intervenção. A metodologia “Conhecer para Transformar” oferece ferramentas para parti-

cipar do planejamento de políticas públicas na área da infância e da adolescência, prática que, segundo ela, não é simples e cuja complexidade já vem sendo observada em outros projetos apoiados pela Fundação.

A avaliação realizada pela Move corrobora essa ponderação. Reunir e gerenciar informações, escolher as melhores medidas de intervenção para cada problema, acionar e articular todos os atores que precisam participar da solução considerando todas as suas especificidades, acompanhar calendários e rotinas do orçamento público são atividades difíceis e com as quais a maior parte dos atores do SGDCA não está acostumada. É preciso, porém, considerar, como relembra Patricia, que esse resultado depende de uma mudança de cultura e que, portanto, pode levar muito tempo. Aspectos como a legitimação dos Conselhos, a aproximação entre Conselhos de Direitos e Tutelares, a estruturação de procedimentos para o trabalho no SGDCA, que foram observados durante a pesquisa, podem ser indícios de amadurecimento da atuação no setor. A análise da Move convida, por outro lado, a observar os contextos político, burocrático e cultural de cada cidade como elementos que tendem a interferir no resultado do projeto como um todo e que, portanto, podem requerer estratégias de abordagem diferenciadas.

A variedade dos resultados finais obtidos pelos municípios é um indicador dessa reflexão. A equipe gestora do projeto observou que cidades em que os Conselhos já estavam bem estruturados e onde já existia, ainda que de forma desestruturada, alguma forma de articulação entre os membros do SGDCA demonstraram tendência a avançar mais rápido nas etapas propostas pela metodologia. A pesquisa da Move também concluiu que as características do contexto político-institucional foram determinantes para a obtenção dos resultados. Alguns municípios tiveram seu exercício atrasado por dificuldades de diálogo e de participação dos diversos atores. Outros, ao contrário, conseguiram estabelecer essa dinâmica em todo o processo. Em Praia Grande, por exemplo, os membros da comissão de diagnóstico abriram os debates com as secretarias municipais desde as fases iniciais do processo, o que permitiu ouvi-los e incorporar suas recomendações. O resultado foi a reavaliação dos planos governamentais já existentes e a incorporação completa de todas as propostas da comissão ao Orçamento Público. Para os pesquisadores da Move, esse quadro sugere que a metodologia pode se aperfeiçoar para atender melhor às particularidades do contexto dos municípios ou ajudar os atores a se ajustar melhor à sua singularidade.

FIGURAS 4 E 5: RESULTADOS DO PROJETO AÇÃO PROTEÇÃO – CONSELHOS E SGDCA



Fonte: Pesquisa de avaliação (Move, 2012).

Em relação ao tema, alguns planos municipais concentram seu foco na violência sexual contra crianças e adolescentes, enquanto outros o atacam indiretamente e alguns não o abordam de nenhuma forma. Gabriella Bighetti, diretora de Programas e de Ações Sociais da Fundação Telefônica Vivo, afirma que é preciso olhar com muito cuidado para este resultado, porque ele pode revelar duas situações. Uma possibilidade é que um município tenha identificado, em seu diagnóstico, que o problema da violência sexual existe em grandes proporções e, mesmo assim, tenha optado por atacar outro tipo de violação. Neste caso, é preciso saber se as razões que conduziram a essa decisão são coerentes ou se houve pressões particulares no contexto local. A outra possibilidade é que, ao conhecer com mais profundidade a situação das crianças e dos adolescentes em um município, outros problemas tenham aparecido como mais graves e mais relevantes no momento. Neste caso, o objetivo do projeto pode ser considerado alcançado, pois o eixo de diagnósticos e planos buscava exatamente dar condições para que boas decisões fossem tomadas com base em um conjunto amplo e consistente de informações. O teor dos projetos elaborados pelos municípios sugere que a segunda opção é a predominante.

Gabriella relembra que a proposta original do Ministério Público estava pautada em uma análise específica, que era o mapeamento da Polícia Rodoviária Federal a respeito da violência sexual contra crianças e adolescentes. O exercício do diagnóstico procurou dar

aos atores locais as ferramentas necessárias para que eles olhassem, de maneira crítica, para sua realidade, para que pudessem tomar decisões estratégicas para atacar este e/ou outros problemas. "A relevância do projeto está em dar as ferramentas adequadas a quem tem a responsabilidade de tomar as decisões sobre as políticas e ações de atendimento às crianças e aos adolescentes em cada município", resume a diretora da Fundação.

Patricia lembra que a Fundação Telefônica Vivo já viveu situação semelhante em suas ações de combate ao trabalho infantil. Ao realizar uma formação, aplicando a mesma metodologia, para fomentar o desenvolvimento de diagnósticos e planos em 27 municípios, nem todos identificaram esse problema como o mais prioritário em seu contexto, apesar de o motivo original da atividade ser o trabalho infantil. Uma das razões para essa baixa priorização, seja neste tema ou no da violência sexual, pode ser a subnotificação.

No contexto dos municípios participantes do projeto Ação Proteção, diversos gestores revelaram que uma de suas primeiras tarefas foi estabelecer uma linguagem comum para ser aplicada em todas as áreas de atendimento às violações, com o intuito de gerar dados também compatíveis. Enquanto esse processo se desenvolve, porém, Patricia não vê como problema os planejamentos se concentrarem na garantia de outros direitos. Para ela, a proteção de um direito básico, como o acesso à creche, pode ter efeito no combate à violência sexual, por exemplo, porque reduz a vulnerabilidade das crianças.

O estudo das Nações Unidas sobre a violência contra crianças e adolescentes destaca que toda violência pode ser prevenida e que, para isso, é necessário saber o que provoca o fenômeno e agir sobre suas causas. Partindo do princípio norteador do SUAS, de ações integradas para combater a vulnerabilidade, o projeto Ação Proteção contribuiu para esse fim, porque ofereceu ferramentas para que os atores do SGDCA ampliem o olhar para a situação em que a violência sexual ocorre e identifiquem que elementos influenciam sua ocorrência e, portanto, devem ser atacados para enfrentá-la.

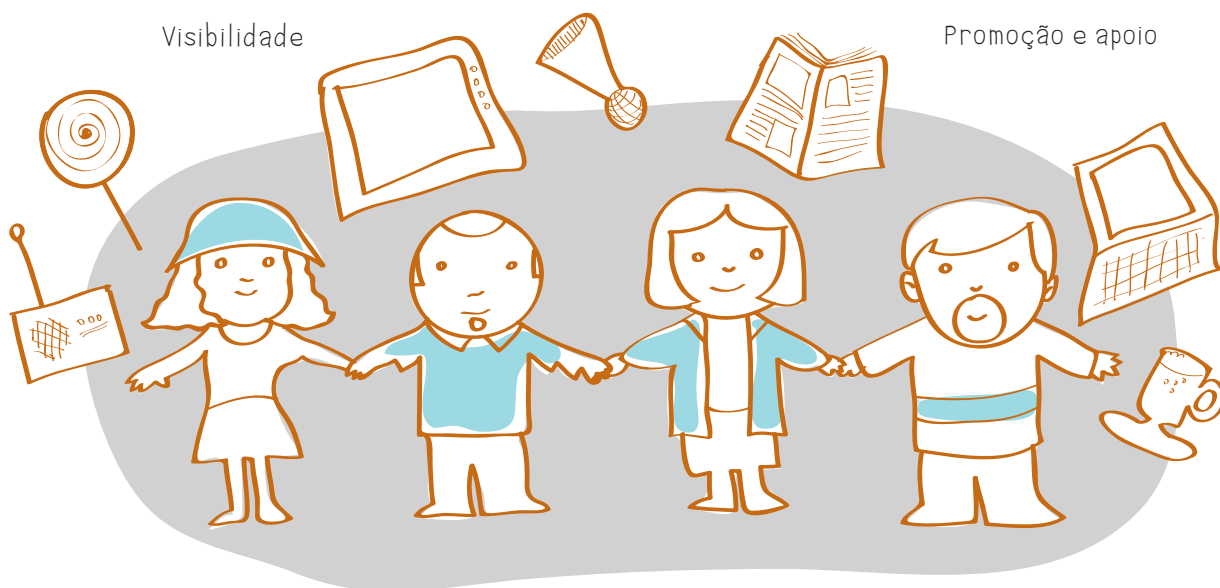
NOTAS

1. Brasil, 2010b, p.4.
2. Brasil, 2010c.
3. Brasil, 2007a.
4. Brasil, 2007a.
5. Naciones Unidas, 2006, p.26.

Estratégia integrada a todo o desenvolvimento do projeto

Visibilidade

Promoção e apoio



Aumento da sensibilidade das pessoas para ocorrência da violação e para a necessidade de tomar alguma providência

Legitimação pública

Partilha de experiências

Promoção do diálogo

capítulo 5

COMUNICAÇÃO

Apresentação: Comunicar para mobilizar

Foi-se o tempo em que se podia compreender e gerenciar a comunicação de um projeto ou de uma ação como um exercício de “dar publicidade” ou “dar notícias” a respeito de um feito ou de um resultado. E isso é ainda mais relevante quando o contexto é o de iniciativas que buscam produzir transformações na sociedade. Comunicar precisa ser uma estratégia integrada a todo o desenvolvimento do projeto e, mais do que isso, deve promover e apoiar sua realização e o alcance de seus objetivos. Toda a comunicação de projetos sociais precisa estar igualmente comprometida com suas causas e com cada uma de suas atividades.

*Na prática, a comunicação precisa estar sintonizada com a iniciativa de transformação social, de preferência, desde a sua concepção. Essa atitude permite identificar oportunidades em que diferentes ferramentas – campanhas publicitárias, boletins, notícias em jornais e outros meios de comunicação, ações coletivas presenciais ou virtuais etc. – podem se somar às intervenções, fortalecendo-as pela **legitimação pública** de sua relevância, pela **promoção do diálogo** com os grupos sociais a quem o projeto se destina e pela **partilha de experiências** que ajudem a amadurecer as estratégias de ação.*

A legitimação pública

Quando uma iniciativa como o projeto Ação Proteção transmite mensagens que abordam a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes em meios de comunicação massivos, como o rádio, a televisão e a internet, podem ser produzidos dois tipos de legitimação. O primeiro está relacionado ao tema: tratá-lo de forma pública e aberta ajuda a tornar o assunto real, concreto, identificável no tempo e no espaço. A violação de direito

passa a ter uma cara, um elemento visual, um som que rompe o silêncio e a obscuridade dos fatos. É como se a comunicação desse a licença que faltava para tocar no assunto.

Por outro lado, dar visibilidade à questão legítima o discurso de todos os atores que trabalham nesse campo. Eles podem aproveitar o “barulho” para perguntar mais, para motivar as pessoas com quem têm contato direto a expor suas histórias e suas percepções sobre ocorrências, suspeitas e vulnerabilidades. Nesse contexto, a comunicação, muitas vezes, também funciona como elemento aglutinador que faz com que cada ator deixe de se sentir sozinho. Ao ver o problema de que trata todos os dias em uma campanha publicitária ou em notícias nos jornais, um profissional da área de direitos da criança e do adolescente pode se sentir fortalecido por saber que há outras pessoas comprometidas com essa causa. É sua própria ação cotidiana que é legitimada.

A promoção do diálogo

O sucesso de todo projeto social depende muito de atingir as pessoas cujas vidas se pretende transformar: sejam aquelas a quem um benefício é posto à disposição – a oferta de um curso, a distribuição de uma medicação etc. –, sejam as de quem se espera uma mudança de comportamento ou de preferência – deixar de fumar, separar o lixo, denunciar infrações etc. É fundamental, portanto, criar formas de dialogar com essas pessoas, algo que pode parecer simples, mas geralmente é muito desafiador. A maneira de abordar crianças é diferente do modo de falar com adultos e o mesmo vale para todos os perfis que se possa imaginar: profissionais de diferentes campos se interessam por aspectos variados de um mesmo problema, homens e mulheres podem ser sensibilizados por distintos elementos e assim por diante. A estratégia de comunicação precisa ser desenvolvida de acordo com esses perfis.

Daí a opção de utilizar diferentes recursos, como aconteceu com o projeto Ação Proteção, que mesclou campanhas em rádio e televisão com leques para quem estava desfrutando do sol na praia, saquinhos de pão que entraram na casa das famílias e até pirulitos. Cada uma dessas e outras ferramentas aplicadas buscava despertar um tipo de sensibilidade diferente. E a linguagem também é importante. Nem todo mundo quer ouvir falar de violência sexual contra crianças e adolescentes – reside aí um dos grandes desafios desse campo – e a comunicação do projeto precisou encontrar uma forma de tocar no assunto que fosse, ao mesmo tempo, direta e delicada, para suscitar reações sem chocar ou ferir suscetibilidades.

Essencialmente, comunicação precisa produzir diálogo. Como em todas as relações humanas que pressupõem interação entre pessoas, é necessário conhecer o interlocutor,

saber como ele gosta de ser abordado, que língua ele fala e em que momentos e circunstâncias está mais aberto a tratar determinados assuntos.

A partilha de experiências

Finalmente, como projetos relacionados a causas buscam transformações na sociedade, a comunicação precisa ajudar os atores envolvidos a conhecer os sucessos e as fragilidades das intervenções. É importante dar visibilidade às iniciativas, para valorizar os esforços empreendidos. Entretanto, é necessário ter em mente que a lembrança de um fato pode ter vida curta, enquanto a partilha de experiências pode servir de referência e consulta por um longo tempo.

O exercício de partilhar informações fortalece a mobilização e também contribui para o processo de legitimação dos projetos. Ele fortalece as conexões já estabelecidas, entre profissionais de uma mesma área ou defensores de uma mesma causa, e ainda promove novos laços com pessoas que podem se identificar com as histórias narradas. Partilhar experiências é uma atitude inclusiva, porque permite que mais pessoas entendam que elas também são capazes de fazer o que os outros fizeram, que elas também podem ser ajudadas ou contribuir para a solução de um problema.

Sendo assim, comunicar passa a ser um exercício de mobilizar, porque está embebido das intenções das iniciativas de transformação da sociedade e se adapta de acordo com suas fases, seus públicos e seus resultados, para potencializá-los. Comunicar não tem um fim em si, mas adota os fins dessas iniciativas e faz de seu cumprimento a medida de seu sucesso. Esse foi um dos desafios do projeto Ação Proteção, que tratou de fazer da comunicação parte da estratégia. A experiência realizada, certamente, servirá para reflexões e para novos planejamentos.

Ana Cristina Suzina
Jornalista e mestre em Ciência Política

COMUNICAR PARA TRANSFORMAR A SOCIEDADE EM ALIADA

Se os dois primeiros eixos do projeto Ação Proteção procuraram fortalecer os profissionais e agentes diretamente envolvidos com o trabalho de identificar, tratar e desenvolver políticas para combater a violência sexual contra crianças e adolescentes, a estratégia de comunicação tinha seu objetivo focado em um público muito diferente. A ideia era atingir os "ainda não convencidos", aquelas pessoas que não sabem que a situação existe ou que preferem não tocar no assunto por preconceito ou por achar que o problema está muito longe delas.

Eliane Schütt, coordenadora do projeto Ação Proteção, explica que a principal intenção das campanhas de mídia foi dar visibilidade ao assunto, torná-lo conhecido e aumentar a sensibilidade das pessoas comuns para a ocorrência da violação e para a necessidade de tomar alguma providência. Neste sentido particular, fazia parte dos objetivos posicionar o Conselho Tutelar como uma referência para o encaminhamento de informações a respeito das suspeitas e casos de violência sexual contra crianças e adolescentes.

As peças foram criadas pela agência Young & Rubicam, sob supervisão da equipe de comunicação do Grupo Telefônica Vivo e da equipe de coordenação do projeto Ação Proteção, e buscaram abordar o tema de forma delicada, que transmitisse a informação, mas não provocasse ou confirmasse os tabus que já existem, de alguma maneira, em relação à violência sexual. As campanhas envolveram materiais diversos, focados em variados públicos e motivavam a denúncia por meio do Disque Direitos Humanos (Disque 100).

QUADRO 12

PESQUISA DE MERCADO

O eixo de comunicação também foi avaliado, porém, por meio de uma pesquisa de mercado conduzida por uma equipe da Bridge Research, empresa especializada em análise de impacto de ações dessa natureza, sob supervisão da Diretoria de Imagem e Comunicação do Grupo Telefônica Vivo. A pesquisa envolveu métodos qualitativos e quantitativos e foi realizada em quatro dos municípios participantes

do projeto (Guarujá, São José dos Campos, Registro e Presidente Prudente). As entrevistas qualitativas foram realizadas com oito pessoas, profissionais que trabalham no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), enquanto as quantitativas abordaram 240 pessoas, selecionadas aleatoriamente entre a população.

CAMPANHAS

A primeira campanha foi realizada em 2011, na semana do 18 de maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (Quadro 13). A estratégia esteve concentrada, sobretudo, em filmes para televisão, spots para rádio e material visual em pontos de grande circulação nas cidades participantes do projeto.

Em 2012, a campanha foi reforçada com ações realizadas durante o Carnaval e, novamente, na semana do 18 de maio. Nesse ano, ocorreram também ações nos municípios, com promotores distribuindo materiais em pontos de concentração de pessoas – foram as chamadas “ações de guerrilha” e “OOH – Out of home (fora de casa)”, como classifica João Guerrero, que era Gerente de Publicidade da Telefônica Vivo à época e participou, com a equipe do projeto Ação Proteção, da elaboração das campanhas. Esse tipo de estratégia é caracterizado por atividades criativas de curta duração, em locais públicos, com potencial para chamar a atenção de um grande número de pessoas.

As datas foram selecionadas para somar mais este esforço às mobilizações que muitos municípios e organizações já fazem para marcar o Dia Nacional relacionado ao tema e, no caso do Carnaval, por ser uma festa que atrai grande público e que pode produzir situações de oportunidade para violações.

A pesquisa de mercado identificou que, especialmente entre os profissionais, a primeira data registrou ampliação da receptividade a mensagens como as propostas pela campanha, porque esse grupo espera, naturalmente, ver o assunto mais exposto nesse momento. Raquel Penati Cardoso, secretária municipal de Assistência Social de Presidente Prudente, considera o modelo da campanha muito pertinente e útil para um projeto como o Ação Proteção. Ela avalia, porém, que poderia ter sido mais bem aproveitada se tivesse sido realizada em um momento posterior do calendário do projeto, quando as equipes locais já estivessem mais envolvidas na iniciativa e pudessem também favorecer a disseminação das mensagens.

QUADRO 13

18 DE MAIO

O dia 18 de maio é a data anual dedicada a destacar a necessidade de combater a violência sexual contra crianças e adolescentes. Esse dia foi escolhido em memória ao “Crime Araceli”, nome de uma menina de oito anos de idade que foi estuprada e assassinada em Vitória (ES), em

1973. Os autores dessa violência nunca foram punidos e, desde o ano 2000, o governo brasileiro e diversas organizações vinculadas à proteção dos direitos de crianças e adolescentes adotaram a data como um momento para fortalecer as ações de enfrentamento desse tipo de violação.

PEÇAS

As campanhas de comunicação do projeto Ação Proteção reuniram um conjunto de peças bastante variado, de acordo com diferentes estratégias de aproximação com os grupos sociais que se pretendia atingir. Segundo a pesquisa de mercado, o público absorveu a mensagem da campanha e as peças foram avaliadas positivamente: mais de 70% dos entrevistados as avaliaram como ótimas. Algumas delas ficaram também disponíveis no hotsite do projeto Ação Proteção.

HOTSITE DA CAMPANHA E USO DE REDES SOCIAIS

O projeto Ação Proteção contou com uma página eletrônica (<http://www.acaoprotecao.com.br/>), em que materiais explicativos sobre o projeto podiam ser acessados pelo público em geral. Mensagens da campanha também foram publicadas em redes sociais como o Facebook e o Twitter, estimulando as pessoas a compartilhar informações sobre o tema. As ações envolveram, ainda, esforços de articulação junto a blogs e páginas de formadores de opinião, de modo a ampliar o alcance e a disseminação da mobilização junto a diversos públicos estratégicos. A campanha convidava as pessoas a tomar parte da rede de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

AUDIOVISUAIS

Dois comerciais de televisão foram produzidos no contexto do projeto Ação Proteção e exibidos em rede nacional nos períodos das campanhas. Eles estão entre as peças mais lembradas pelos entrevistados na pesquisa de mercado. O filme chamado “anjinho” reforçou a mensagem de vulnerabilidade e risco que vivem muitas crianças, enquanto o nomeado “assalto” fez as pessoas pensarem na responsabilidade de pais, professores, policiais e outros atores com relação à segurança de crianças e adolescentes. Esta segunda peça foi considerada mais clara e mais madura em sua abordagem.

Em 2012, os comerciais foram exibidos em quatro emissoras de televisão, entre 11 de fevereiro e 2 de março, e, novamente, de 10 a 25 de maio. Na campanha de maio, as peças também foram vistas em salas de cinema de alguns dos municípios envolvidos no projeto.

Além dos comerciais foram produzidos dois spots de rádio, que foram veiculados nas principais rádios dos municípios envolvidos no Ação Proteção. Em 2011, os spots foram transmitidos em sete emissoras de rádio, durante três semanas. Em 2012, a transmissão aconteceu nos períodos de 13 de fevereiro a 2 de março e de 11 a 24 de maio.

PAINEL RODOVIÁRIO, OUTDOOR E BUSDOOR

As mensagens da campanha foram exibidas em painéis fixos e móveis em pontos de grande tráfego de veículos e pessoas, nas estradas e nas cidades. Essa estratégia foi utilizada somente na campanha de 2011, com 292 peças exibidas durante oito semanas em 17 municípios, entre os meses de fevereiro e agosto.



LEQUES, PIRULITOS, BICICLETAS ERGOMÉTRICAS, BOLACHAS DE CHOPE, EMBALAGENS (PACKS) DE CERVEJA

Um conjunto de peças foi desenvolvido para ações em locais de grande circulação de pessoas. Pirulitos com mensagens da campanha foram distribuídos na saída de cinemas, terminais rodoviários e praias; bicicletas ergométricas cujo uso produzia energia para fabricar algodão-doce foram instaladas em praças; leques e bolachas de chope foram distribuídos em praias e restaurantes e, nos supermercados, a mensagem era encontrada em packs



de cerveja. Em 2012, entre fevereiro e março, 154 mil pirulitos e 216 mil leques foram distribuídos nas praias, além de 60 mil pirulitos na Rodoviária do Jabaquara, na capital paulista.

Esse foi o conjunto menos lembrado e menos apreciado na pesquisa de mercado. Algumas pessoas não entenderam a associação ou a mensagem de defesa dos direitos da criança e do adolescente que se buscava transmitir com essas peças.

QUEBRA-CABEÇAS, SACOS DE PÃO, CAIXAS DE PIZZA

Outras peças, como quebra-cabeças, sacos de pão e caixas de pizza, foram elaboradas para que as pessoas levassem para dentro de casa as mensagens da campanha. As embalagens para pão estiveram entre as peças mais lembradas pelo público na pesquisa de mercado, especialmente pelo grupo de profissionais do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA). Em 2012, 900 mil unidades de sacos de pão foram distribuídas em 275 padarias, e 57 mil caixas de pizza circularam em 75 pizzarias no litoral e no interior do estado de São Paulo.

Por outro lado, ainda que produzidas para distribuição durante as campanhas, o estoque dessas peças continua circulando nas cidades. Raquel Muramatsu, do Conselho Muni-



cial dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Registro, diz que ainda ao final de 2012 continuava recebendo suas pizzas e comprando pães em embalagens com a mensagem de orientação sobre como denunciar situações de violência sexual contra crianças e adolescentes. Ela avalia que a estratégia de comunicação do projeto Ação Proteção contribuiu para ampliar e reforçar as iniciativas que o município já realizava em comemoração ao dia 18 de maio.

“Muita gente compra pão e o número da denúncia vai para todas as casas.”
(depoimento coletado durante a pesquisa de mercado, na cidade de Guarujá)

A criação das campanhas: o desafio de achar a medida certa para sensibilizar

O maior desafio para uma comunicação efetiva é encontrar aquela afinidade natural, aquela ressonância orgânica entre aquilo que precisa ser dito para aqueles que precisam ouvir.

O projeto Ação Proteção da Fundação Telefônica Vivo tinha seus objetivos de comunicação bem claros: conscientizar a população quanto à violência sexual infantojuvenil e orientar sobre as formas de denúncia. No entanto, estávamos tratando de um assunto que, apesar da suma importância e seriedade, ainda encontra obstáculos para ser discutido abertamente.

Desenhamos a estratégia de comunicação levando também em consideração um input essencial: a rejeição das pessoas quando um tema delicado é abordado direta e explicitamente. No caso, a população que queríamos conscientizar e informar sobre a denúncia não quer ver a violência sexual estampada em um projeto que defende justamente o contrário, mesmo que o objetivo seja abrir seus olhos.

Por isso, as nossas campanhas precisavam abordar a violência sexual de crianças e adolescentes de maneira inteligente e inovadora, seja na execução das peças, seja nos meios em que elas seriam veiculadas.

A variedade das peças criativas conseguiu, em uma visão do todo, abranger todas as principais necessidades do projeto Ação Proteção, em termos de comunicação. O uso da linguagem de animação tornou a mensagem lúdica e didática, sem apelar para o chocante

nem para o óbvio. Durante o Carnaval – época em que a incidência da violação tende a crescer –, por exemplo, a campanha publicitária foi composta de um enxoval de materiais que comunicaram a nossa mensagem às pessoas em diferentes ocasiões. Além dos filmes de 30 segundos para televisão e editoriais em blogs e redes sociais, produzimos sacos de pão personalizados nas padarias e bolachas de chope em bares e restaurantes, justamente para pôr esse tema, para discussão, “em cima da mesa”. Distribuímos leques e buzinas nas praias do litoral paulista, que estimularam as pessoas a “fazer barulho” contra a violência sexual. Atuamos em supermercados com packs de cerveja remetendo à mensagem de que “Tem coisa que não é para criança” e entregamos pirulitos para as pessoas pensarem o quão fácil é atrair uma criança.

O resultado das campanhas foi essa aceitação natural, amistosa e ativa por parte do nosso público. Mais do que informar sobre o projeto e sua proposta, conseguimos efetividade da mensagem em termos de recordação, assimilação e afinidade. Sabemos que o incentivo à denúncia, por meio do Disque 100, que era um dos objetivos das campanhas, requer reforços tanto de comunicação como de articulações locais e regionais, pois a mudança de comportamento é um processo lento, que precisa ser alimentado no médio e no longo prazo. Consideramos, porém, que as campanhas de comunicação contribuíram para consolidar o projeto Ação Proteção como um forte articulador na luta contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes no estado de São Paulo.

João Guerrero
Gerente de Patrocínios
Incentivados da Fundação Telefônica Vivo

DESAFIOS E APRENDIZAGENS

As ações de comunicação são destacadas no Relatório de Monitoramento 2003-2005 do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil como ferramentas relevantes para produzir a mobilização necessária para combater o problema. Segundo esse documento, “o trabalho da mídia pode ajudar no alerta à sociedade, na cobrança às autoridades, no esclarecimento da questão como fenômeno psicológico e social, na exposição das redes criminosas e clandestinas que atuam de forma cada vez mais sofisticada, na divulgação de projetos e serviços de atendimento a crianças, adolescentes, suas famílias e aos próprios agressores”¹.

A forma de utilizar a comunicação foi também identificada como uma das aprendizagens do projeto Ação Proteção. Os especialistas em mobilização e comunicação ensinam que existe uma diferença importante entre falar com os agentes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), que já conhecem o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que já estão convencidos da importância de promover e viabilizar os direitos da infância e da adolescência, e se dirigir às pessoas que não têm, necessariamente, conhecimento sobre o assunto ou sensibilidade para o tema. Ao buscar transformar a sociedade em aliada do projeto, a estratégia de comunicação deixa de ser uma ferramenta para dar visibilidade à iniciativa e passa a contribuir para o alcance de seus objetivos.

Os profissionais do SGDCA entrevistados na pesquisa de mercado avaliaram a estratégia como algo importante, porque a visibilidade sobre o assunto contribui para o enfrentamento do problema e pode estimular as denúncias. Eles também consideram esse tipo de ação relevante para os atores que trabalham na área, porque suas atividades são legitimadas pelas ações de comunicação. Por outro lado, esse mesmo grupo levantou diversas questões a respeito da campanha. Eles avaliaram que as ações foram curtas demais, o que poderia comprometer os resultados, e que os materiais não abordaram adequadamente como o problema afeta os adolescentes.

“ Teve bastante, na TV, nos ônibus tinha uns painéis, passou bastante comercial na TV, na internet eu recebi alguns, no Facebook, pra compartilhar. O positivo que é bom é assim, é você atingir toda a sociedade, porque todo mundo assiste TV.”

(depoimento coletado durante a pesquisa de mercado, na cidade de Registro)

Para Gabriella Bighetti, diretora de Programas e de Ações Sociais da Fundação Telefônica Vivo, a estratégia de comunicação é, certamente, um investimento alto, mas que traz muita visibilidade para o tema. “A mensagem estava nas televisões, em outdoors nos principais pontos de circulação próximos às cidades, e isso cumpre o objetivo de expor o tema a outras pessoas, além daquelas que já estão convencidas sobre a relevância do problema”, afirma. A avaliação do impacto da campanha identificou que o público entendeu a situação de vulnerabilidade e de necessidade de cuidados às crianças, ainda que nem todos tenham associado esse risco à violência sexual.

QUADRO 14: MÍDIA – IMPACTO DAS CAMPANHAS VEICULADAS EM 2011 E 2012

TV e Rádio	13 milhões de pessoas
Mídia Digital	16 milhões de pessoas

Segundo a pesquisa de mercado realizada sobre as campanhas de comunicação, essa estratégia foi capaz de atingir as pessoas, de tornar o assunto visível a elas. Os entrevistados demonstraram ter entendido e gostado da mensagem de alerta sobre os cuidados que se deve ter com as crianças, sobre a necessidade de reduzir as situações de vulnerabilidade e de denunciar os casos de violação. Contudo, a ação não chegou a provocar mudanças de comportamento. Apesar de declarar que entenderam a importância e sabem que canais usar para fazer uma denúncia, metade dos entrevistados disse que não tomou nenhuma iniciativa nesse sentido. Por outro lado, Patricia Santin, gerente da área de Infância e Adolescência da Fundação Telefônica Vivo, pondera sobre o tempo necessário para atingir um resultado desse porte, que pode ser muito longo. Ela acredita que, para isso, seria necessário aplicar outros recursos de comunicação além das campanhas de mídia.

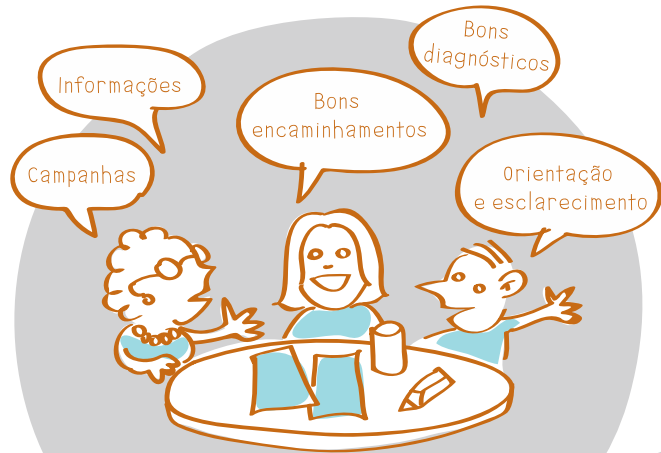
“O que eu mais gostei na campanha é que ela deixa a gente mais alerta para as crianças em casa e nas ruas.”

(depoimento coletado durante a pesquisa de mercado, na cidade de São José dos Campos)

Ainda que tenha apresentado algumas fragilidades, Gabriella considera essa uma das principais aprendizagens do projeto, pois, ao usar a comunicação como estratégia, ela também foi posta a serviço da sustentabilidade de todo o conjunto de ações, uma vez que levava o tema para a sociedade, buscando torná-la aliada de todo o processo. Adotar a comunicação como um eixo modificou sua condição no contexto do projeto; ela deixou de ser um elemento paralelo para integrar o conjunto da reflexão proposta e contribuir para o alcance dos objetivos.

NOTAS

1. Brasil, 2007a, p.18.



O que os Conselhos podem fazer



O que o Estado pode fazer



O que cada indivíduo pode fazer



O que a comunidade pode fazer



O que a família pode fazer

capítulo 6

UM OLHAR PARA O FUTURO

Como declara o **Informe Mundial sobre la Violencia contra los Niños y Niñas**, da Organização das Nações Unidas (ONU)¹, nenhuma violência é justificável e toda violência pode ser prevenida. Para tanto, é preciso que a sociedade assuma o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, todos eles, como uma prioridade absoluta, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O projeto Ação Proteção teve como mote o convite “Faça Parte dessa Rede”, algo que representava uma proposta para o estabelecimento de uma grande articulação de cidadãos, em que cada pessoa, a partir de seu lugar, de suas responsabilidades e de suas competências, contribua para proteger e defender os direitos da infância e da adolescência. A ideia é que o enfrentamento da violência sexual contra esse segmento da população deve ser assumido como um compromisso permanente por todas as pessoas e que estas tenham ao seu dispor as informações e as ferramentas adequadas para fazer o que lhes compete.

O problema é complexo, mas parte dessa complexidade deriva exatamente de fatores como o baixo volume de denúncias, a falta de conhecimento e de informação a respeito de como reagir, encaminhar e tratar as situações de violação, a carência de olhares mais aprofundados sobre a realidade das crianças e dos adolescentes, a ainda pouca habilidade de trabalhar em rede e em comunidade, o desconhecimento das políticas e dos equipamentos existentes que podem e devem ser acionados para que cumpram seu papel e garantam que as crianças e os adolescentes sejam protegidos de toda e qualquer forma de violação de seus direitos.

A experiência do projeto Ação Proteção permitiu identificar três grandes desafios que precisam ser encarados com seriedade para eliminar a violência sexual contra crianças e

adolescentes. O primeiro é que é igualmente importante que existam, em nível nacional, estadual e municipal, **políticas e estratégias de combate e de prevenção das violações**. Não basta apenas tratar os casos. É preciso observar a realidade e identificar os fatores que conduzem ou ampliam a situação de vulnerabilidade de meninos e meninas, para evitar que eles ocorram e se repitam.

Para isso, é fundamental que cada município produza diagnósticos a respeito da situação desse segmento da população, olhando com atenção para esta grave violação de direitos e relacionando-a a outras violações existentes. Desse exercício, devem surgir planos de ação coerentes com essa realidade, acionando todos os atores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA). O Relatório de Monitoramento 2002-2003 do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil aponta a mobilização municipal como um dos maiores desafios para que o tratamento e a prevenção do problema se tornem efetivos.

Muitos participantes do projeto confirmaram essa situação. Apesar de saber da existência do risco ou mesmo das violações, havia informação desconhecida e, sobretudo, dificuldade em elaborar políticas integradas, envolvendo os diversos atores da rede. Dessa constatação, vêm duas outras grandes necessidades: **abordar o assunto e trabalhar de forma integrada**. Equipes que atuam nesse campo precisam receber boa informação e manter a capacidade de perguntar, de partilhar dúvidas e soluções. Em alguns municípios, o projeto Ação Proteção propiciou um primeiro encontro entre profissionais que trabalham com a questão diariamente, o que exigiu importantes esforços de diálogo, mas provocou sinergias e promessas de articulações duradouras.

Finalmente, existe um compromisso individual igualmente importante. Cada um pode contribuir para reduzir e eliminar a violência sexual contra crianças e adolescentes. O primeiro passo é fazer com que essa grave violação deixe de ser invisível e possa ser tratada de forma adequada e concreta. Isso implica estar atento à realidade ao seu redor e observar as situações de vulnerabilidade para, de acordo com as possibilidades e responsabilidades particulares de cada um, tomar as providências necessárias.

ATITUDES DE PREVENÇÃO

Erradicar a violência sexual contra crianças e adolescentes requer a identificação e o encaminhamento dos casos em que a violação aconteceu ou está acontecendo, mas precisa incluir também a prevenção, que **deve envolver tanto o combate à reincidência como a vigilância para evitar que a violência chegue a acontecer**. O Plano Nacional de Enfren-

tamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, que foi revisado em 2012, destaca a prevenção como um de seus eixos prioritários².

Como resultado de um balanço mundial das Nações Unidas sobre os diversos tipos de violência contra as crianças, Paulo Sérgio Pinheiro aponta a prevenção como uma necessidade fundamental para combater o problema e para contribuir ao estabelecimento de sociedades prósperas. Seu estudo destaca as descobertas recentes da ciência que confirmam a importância das experiências vividas durante a infância para o desenvolvimento das funções cerebrais e do próprio sistema imunológico dos seres humanos. Para o especialista, erradicar a violência contra a criança significa reduzir drasticamente a violência em geral em uma sociedade. Pinheiro afirma que “a prevenção adequada e a tempo da violência contra a infância permite abordar uma variedade de problemas que, a longo prazo, impõem uma substancial carga social e econômica às nações do mundo”³.

O informe da ONU sobre a violência contra crianças e adolescentes na América Latina⁴ por sua vez, destaca a importância de que a prevenção a esse fenômeno seja feita de forma integral, com ações complementares, observando tanto fatores diretos como indiretos que favorecem sua incidência. Segundo o documento, é preciso agir sobre as situações emergenciais, para tratá-las adequadamente, mas é igualmente importante abordar as condições estruturais que, muitas vezes, alimentam o fenômeno da violência contra crianças e adolescentes.

Em sua análise sobre o cumprimento dos Objetivos do Milênio relativos à infância e a adolescência no Brasil, a Rede de Monitoramento Amiga da Criança, formada por diversas organizações de promoção dos direitos desse segmento da população, recomenda claramente que as políticas e os esforços públicos e privados sejam feitos tanto no atendimento às violências cometidas contra crianças e adolescentes, como também em iniciativas de prevenção. Segundo esse documento, “para alcançar esse objetivo [**atingir as metas do milênio**], as políticas públicas devem se orientar para a construção de um novo paradigma que possibilite fortalecer os mecanismos que garantem os direitos fundamentais”⁵.

Especialistas no assunto recomendam atenção especial à identificação de situações familiares que podem produzir ou ampliar a vulnerabilidade às práticas violentas, tais como desemprego, uso de álcool e/ou drogas, conflitos interpessoais, adultos que foram pessoalmente vítimas de violência sexual quando eram crianças ou adolescentes, rupturas familiares, contextos em que o castigo físico é aceito como forma de educação, entre outras⁶. Desse modo, fica claro que a prevenção está diretamente associada com a produção

e a análise de informações sobre o contexto geral em que vivem e se desenvolvem crianças e adolescentes.

A experiência no projeto Ação Proteção corrobora diversos estudos e levantamentos nacionais e internacionais que destacam a relevância do levantamento, da análise e da sistematização de dados, permanentemente atualizados, sobre a situação das crianças, dos adolescentes e de suas famílias. Esse conjunto de informações é o que permite traçar um quadro geral da saúde da sociedade e organizar as intervenções de maneira mais adequada e eficiente. Igualmente, as atividades do projeto evidenciam a necessidade de fortalecer e amadurecer as instâncias responsáveis pela formulação das políticas do setor, tornando-as espaços de debate e de planejamento que sobreponham mandatos e entraves políticos, para implementar medidas de curto, médio e longo prazo. Nesse contexto, diferentes atores podem incidir de maneira particular no enfrentamento do problema e, sobretudo, na proteção dos direitos da infância e da adolescência.

A IMPORTÂNCIA DE FALAR NO ASSUNTO

Todos os tipos de prevenção envolvem, necessariamente, disseminação de informação adequada e de qualidade para cada tipo de público. Elas estão no centro das boas decisões políticas e são igualmente necessárias para a participação cidadã na vida da sociedade. Cada pessoa, em seu campo de ação, precisa estar preparada para situações que envolvem aspectos da sexualidade, tanto em suas manifestações positivas como nas que se referem às violações de direitos. Esse processo inclui saber o que dizer a uma criança quando ela pergunta, por exemplo, como nascem os bebês, ou como orientar um adolescente curioso pelo início de suas atividades sexuais; e também estar preparado para denunciar a oferta de um pacote de lazer que sugira o envolvimento de crianças ou adolescentes e para fazer escolhas políticas e profissionais que reduzam as situações de vulnerabilidade.

Segundo especialistas, é necessário estabelecer e fortalecer vínculos afetivos e de cuidado em relação à criança e ao adolescente. Entre outras medidas, eles devem receber, de acordo com seu estágio de desenvolvimento, orientação que facilite seu conhecimento e compreensão do próprio corpo e de sua evolução sexual; familiares devem aprender a reconhecer sinais de violência sexual e a dialogar com crianças e adolescentes a respeito de temas relacionados à sexualidade; profissionais da rede do SGDCA devem saber identificar as situações de vulnerabilidade e de violação e conhecer bem os caminhos possíveis

e necessários para seu encaminhamento eficiente; cada cidadão deve estar atento e preparado para denunciar e para evitar situações de vulnerabilidade e de ocorrência desse tipo de violência.

Por outro lado, os profissionais que atuam nesse campo devem ter a oportunidade de debater o assunto e o hábito de partilhar suas ideias, experiências e dúvidas a respeito de sua prática cotidiana. Entre os participantes do projeto Ação Proteção houve casos em que diferentes organizações, no mesmo município, classificavam a mesma violação de forma completamente diferente. Durante os cursos, muitos profissionais relataram como essas atividades ajudaram a romper as barreiras para abordar o assunto.

A violência sexual contra crianças e adolescentes se alimenta desses silêncios, que impedem o encaminhamento adequado dos problemas e a formulação de políticas que sejam capazes de atacar os problemas em sua dimensão real. Prevenir e combater as violações são medidas que dependem da exposição e da circulação de informações sobre o tema.

O VALOR DE ATUAR EM REDE

O Relatório de Monitoramento 2003-2005 do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil destaca a necessidade de promover ações de mobilização na luta pela erradicação do problema. O recurso é apontado como uma ferramenta para “construir um processo ampliado de participação popular para a promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes em situação ou risco de violência sexual”⁷. O documento destaca, ainda, a centralidade dos municípios nas ações de mobilização, atribuindo-lhes o papel de articulador das forças e demandas da sociedade e reforçando o território local como o espaço em que os cidadãos podem exercer e cobrar seus direitos e deveres com mais propriedade. Nesse sentido, a mobilização é compreendida como algo atrelado à descentralização e ao fortalecimento da rede de atores que precisa ser acionada para reunir as competências necessárias para enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes.

No momento em que todas as iniciativas relacionadas aos direitos desse segmento da população tomam como foco seu desenvolvimento integral, é muito mais lógico e eficiente que se valorize e se favoreça o trabalho em rede entre todas as organizações governamentais e não governamentais dessa área. Essa é a proposta, a exigência feita pelo ECA. Essa é igualmente a prerrogativa do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que convoca todos os setores de políticas a atuar de forma integrada e orgânica. A mesma criança

que sofre ou sofreu uma violência sexual pode ser aquela que tem dificuldades na escola e/ou saúde frágil, foi levada ao trabalho precoce pela família e/ou fica sozinha em casa ou tomando conta de irmãos menores na maior parte de seu tempo. Ela precisa ser atendida no conjunto das violações de direitos que tolhem seu desenvolvimento. Para isso, todos os serviços e equipamentos do SGDCA precisam desenvolver esse olhar integrado e funcionar de maneira harmoniosa e articulada.

A ação em rede também otimiza o aproveitamento dos recursos e competências disponíveis em cada município ou bairro. O mapeamento de todos os equipamentos existentes em determinado território favorece a distribuição de responsabilidades e as complementaridades, além de permitir trocas de experiências e apoio compartilhado entre os vários atores. Entretanto, é preciso lembrar que a articulação também exige esforços de preparação e de manutenção. Somente a identificação de organizações existentes em um bairro não configura um trabalho em rede. Este envolve o estabelecimento de fluxos, o contato permanente e um esforço contínuo para conhecer e intervir na realidade de forma mais estratégica.

Finalmente, a ação em rede amplia a capilaridade, pois cada um de seus membros pode atuar em distintos pontos de um mesmo território, o que permite aproximação em relação às famílias e mais conhecimento do contexto em que vivem as crianças e adolescentes. Uma vez articulados, esses distintos membros podem compor, juntos, um quadro aprofundado e concreto sobre a realidade desse segmento da população, favorecendo o diálogo permanente entre as situações reais e as medidas para transformá-las e melhorá-las.

No decorrer das atividades do projeto Ação Proteção, os desafios e os potenciais do trabalho em rede apareceram de forma muito evidente. Os municípios em que os atores do SGDCA já tinham alguma cultura de trabalho compartilhado e de planejamento, assim como aqueles em que os Conselhos de Direitos e Tutelares estavam estabelecidos de maneira mais sólida, puderam avançar com mais agilidade e apropriação do processo.

O documento da ONU sobre a violência contra crianças e adolescentes na América Latina⁸ fala em desenvolver um enfoque integral sobre o fenômeno. Essa abordagem envolve a articulação entre órgãos governamentais e não governamentais, de todos os níveis – do nacional ao local –, e também a formação de redes sociais nos espaços em que vivem e circulam crianças e adolescentes, de modo a fortalecer pais, responsáveis, educadores e outros profissionais que podem compartilhar as responsabilidades e o compromisso pela promoção e pela defesa de seus direitos.

E, NA PRÁTICA, O QUE FAZER?

A trajetória do projeto Ação Proteção produziu muitas reflexões e aprendizagens para todos os atores envolvidos em suas atividades. O trabalho realizado nos municípios aponta necessidades urgentes de tomada de atitude – ou de revisão de atitude – por parte dos cidadãos e das autoridades competentes, em todos os níveis. Somente um compromisso firme e perene de toda a sociedade pode conduzir à eliminação da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Essa constatação pode pintar um quadro difícil e demasiadamente amplo, o que produz o risco de paralisia diante do problema. Nessa hora, é importante lembrar a necessidade de articular as diferentes escalas de responsabilidades: o prefeito e os membros dos Conselhos têm as suas; o professor, as dele; assim como a vizinha da casa ao lado ou um membro da família. Mais do que atribuir a cada ator sua tarefa, é fundamental que todos conheçam os seus próprios deveres e quais são os das outras pessoas e instituições, para que seja possível agir adequadamente, cobrar de maneira correta e, sobretudo, apoiar a realização das medidas e atitudes necessárias.

Na promoção e na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, não vale a pena apontar culpados. É necessário tomar para si a missão de exigir e ajudar na implementação de políticas, ações e comportamentos que inibam as violações. O cidadão deve exigir que membros dos Conselhos e políticos eleitos elaborem e ponham em prática boas políticas, assim como estes atores podem e devem exigir que os cidadãos denunciem as situações de vulnerabilidade e as ocorrências de violações. A responsabilidade pode ser atribuída a um ator específico, mas o compromisso deve ser compartilhado por todos.

As experiências acumuladas durante o projeto Ação Proteção permitiram organizar algumas dessas responsabilidades, que são apresentadas aqui na forma de recomendações para alguns grupos de atores ou instituições.

O QUE O ESTADO PODE FAZER

A sociedade brasileira deve apoiar e exigir leis e políticas públicas nacionais e locais que combatam a violência sexual contra crianças e adolescentes, assim como as situações que aumentam a vulnerabilidade desse grupo social, em consonância com a Convenção sobre os Direitos da Criança, com o Estatuto da Criança e do Adolescente e com o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Isso inclui atitudes

de valorização de políticas que reduzem as desigualdades sociais e favorecem o acesso à saúde, à educação, à assistência social, e de todo tipo de serviços e equipamentos que permitem o desenvolvimento integral das pessoas. Envolve também o apoio e a cobrança para que essas políticas sejam administradas por meio de planos integrados e transparentes, com ações de curto, médio e longo prazo, que possam ser acompanhadas e cujos resultados possam ser monitorados durante todo o processo. Além de bem elaboradas e geridas, é fundamental que as políticas sociais de atenção a crianças e adolescentes alcancem aquelas que mais necessitam delas.

Para tanto, é fundamental que os serviços e equipamentos de atenção às pessoas afetadas ou vulneráveis ao problema sejam geograficamente bem distribuídos e que disponham de recursos suficientes e de profissionais capacitados e motivados para cumprir suas funções. Estes últimos devem ter oportunidades regulares de formação e de troca de experiências, para que possam acompanhar adequadamente a evolução dos quadros de violência, bem como das soluções disponíveis.

É importante também que o país disponha de um sistema de informações acessível e confiável, que reúna dados regularmente atualizados de todos os setores associados à promoção e à defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Esse sistema deve permitir que os profissionais responsáveis possam atuar de maneira mais estratégica, otimizando recursos e ampliando a eficiência da prevenção e do tratamento dos casos de violação. Deve, ainda, fornecer à sociedade um quadro claro a respeito da ocorrência do problema e mecanismos de denúncia acessíveis e eficientes no encaminhamento.

Algumas recomendações práticas:

- Priorizar a promoção e a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes em todas as políticas e em todos os programas públicos.
- Dispor de leis que proíbam a violação de direitos e produzam encaminhamentos adequados às situações de violência.
- Formular e implementar políticas públicas e ações que combatam a violência sexual e diminuam as situações de vulnerabilidade das crianças e dos adolescentes, incluindo em seu estabelecimento a alocação de recursos suficientes para sua realização.
- Reduzir e eliminar as situações de vulnerabilidade, incluindo em suas ações as desigualdades socioeconômicas, as discriminações de gênero, raça e intergeracionais, as dificuldades de acesso à formação, ao trabalho, à educação e a outros bens públicos.
- Favorecer e promover a articulação em rede entre todos os atores públicos e privados

que atuam no campo dos direitos das crianças e dos adolescentes, incluindo o diálogo entre os níveis federal, estadual e municipal.

- Promover a participação política de crianças e adolescentes nos processos de formulação de políticas públicas das quais são os principais interessados.
- Estruturar um sistema abrangente e articulado de informações, capaz de subsidiar com qualidade o planejamento e o monitoramento das ações.
- Disponibilizar espaços para orientação e reinserção social das pessoas afetadas pela violência sexual.
- Promover a cultura de valorização e o respeito aos direitos e sensibilizar todos os grupos sociais sobre suas responsabilidades e possíveis contribuições.

O QUE OS CONSELHOS PODEM FAZER

A existência e o bom funcionamento dos serviços e equipamentos de atendimento a crianças e adolescentes, incluindo ramos especializados em violência sexual, são fundamentais para o enfrentamento do problema. Sua capacidade de atuação em rede pode ser também um diferencial em relação à qualidade e à eficiência dos serviços prestados. O guia de referência da Childhood⁹ resgata estudos de especialistas que afirmam que as consequências do abuso sexual contra crianças e adolescentes podem variar, entre outros aspectos, de acordo com a duração da violação, a dificuldade de denunciar a agressão, a percepção da criança sobre a violência sofrida e a visão dos serviços com relação às violações. Isso quer dizer que quanto mais o SGDCA local estiver capacitado para identificar e interferir sobre os casos, maiores serão as chances de combater o problema e de diminuir as sequelas dele decorrentes.

Neste sentido, os Conselhos de Direitos precisam se fortalecer e se estruturar como espaços democráticos de debate e reflexão de diferentes perspectivas, por meio da participação dos diversos atores que compõem o SGDCA. É fundamental também que estes Conselhos mantenham diálogo permanente com os Conselhos Tutelares e com todos os demais órgãos públicos e privados que atuam diretamente no campo da infância e da adolescência, funcionando com uma força geradora de partilha, de coesão e de propulsão para políticas abrangentes e efetivas.

Os Conselhos de Direitos precisam estar capacitados a diagnosticar a real situação da violência sexual e a assinalá-la na relação com outras violações de direitos que acontecem em um mesmo território. Muitas violações de direitos básicos podem favorecer a ocorrência da violência sexual e, como esta é menos registrada, o mapeamento das vulnerabilida-

des pode ajudar a combater o problema em suas raízes. Por outro lado, o amadurecimento das competências associadas ao diagnóstico dá ferramentas a toda a rede do SGDCA para coletar informações adequadamente e melhorar a capacidade de identificação e de encaminhamento dos casos de violência sexual.

Em 2007, a Rede de Monitoramento Amiga da Criança registrou, no relatório sobre os avanços e desafios do Brasil com relação ao cumprimento dos objetivos do milênio relativos à infância e à adolescência¹⁰, que um dos principais problemas nacionais é a dificuldade em produzir, sistematizar e difundir informações de qualidade sobre a violência contra esse segmento da população. Nesse documento menciona-se, inclusive, a própria dificuldade em monitorar o alcance desses objetivos por causa da falta de indicadores e de fontes de informação confiáveis e regulares. Como ponto de encontro e de mobilização dos membros do SGDCA, os Conselhos devem favorecer e estimular a produção de dados de qualidade, de modo que melhores políticas sejam elaboradas com base na situação concreta das crianças e dos adolescentes.

Ainda no campo da disseminação de informação, os Conselhos podem cumprir um papel determinante liderando e/ou incentivando os membros do SGDCA a realizar campanhas de esclarecimento e de orientação aos diferentes grupos sociais. Somente a informação adequada e transmitida da maneira correta a cada público pode romper os mitos associados à violência sexual, transformar culturas e ajudar a proteger crianças e adolescentes dessa violação. Essas ações devem produzir informações que orientem a reconhecer o problema, a entender seus efeitos nocivos e a reagir a ele, bem como sensibilizar e envolver as pessoas em um compromisso coletivo de respeito aos direitos da infância e da adolescência.

Algumas recomendações práticas:

- Conhecer e exigir a aplicação de todos os recursos necessários para o cumprimento do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil.
- Motivar e facilitar a articulação entre todos os atores da rede do SGDCA, promovendo o estabelecimento de códigos comuns para o tratamento do problema e o diálogo permanente nesse grupo.
- Realizar diagnósticos regulares sobre a situação da criança e do adolescente no respectivo território do Conselho.
- Manter bases de dados atualizadas sobre a situação da infância e da adolescência em seu respectivo território.

- Capacitar e mobilizar todos os atores da rede a identificar e a encaminhar casos e suspeitas de violência sexual contra crianças e adolescentes.
- Favorecer a oferta e o aproveitamento de oportunidades de capacitação e troca de experiências entre os profissionais que atuam no combate e no tratamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.
- Realizar e apoiar campanhas de esclarecimento e de sensibilização.
- Monitorar e apoiar o desenvolvimento dos serviços e equipamentos responsáveis pelo encaminhamento e tratamento dos casos detectados de violência sexual contra crianças e adolescentes.

O QUE A COMUNIDADE PODE FAZER

Considerando que existe alta prevalência de violência sexual no ambiente intrafamiliar e que isso reduz a probabilidade de denúncias e, portanto, de tratamento e enfrentamento do problema, a comunidade precisa assumir um papel de vigilância sobre o desenvolvimento adequado de suas crianças e adolescentes, incluindo o amadurecimento de sua sexualidade. A denúncia é fundamental para evitar a repetição da violação, para impedir que outras crianças e adolescentes sejam abusados e para oferecer condições de acompanhamento adequado tanto às vítimas, a fim de evitar sequelas futuras, como aos abusadores. A ausência de uma rede de apoio social à família é considerada pela Save the Children¹¹ como um fator de risco para a ocorrência de violência sexual contra crianças e adolescentes.

A comunidade também pode ser o espaço de compreensão e de difusão dos direitos relacionados com a sexualidade. Escolas, centros comunitários, igrejas são espaços em que muitos membros da comunidade, se não todos, se encontram com regularidade. Eles podem cumprir um papel importante na disseminação de informação adequada e na configuração de ambientes saudáveis e confiáveis para abordar o assunto, eliminar tabus e construir perspectivas de desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Se a vigilância é importante para detectar e tratar situações de violação dos direitos ou de vulnerabilidade, a acolhida da comunidade a cada família é fundamental para dar oportunidades de construção de unidades familiares bem estruturadas e sólidas.

Algumas recomendações práticas:

- Tratar cada criança da comunidade como um filho que precisa ser cuidado e protegido durante todo o seu desenvolvimento.
- Exigir a implementação de políticas públicas e programas que ofereçam qualidade de vida para crianças e adolescentes da comunidade.
- Exigir e apoiar a instalação de serviços e de equipamentos que beneficiem o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes da comunidade, como escolas, creches, praças, unidades de saúde, equipes de apoio e orientação aos pais e familiares etc.
- Promover condições para que crianças e adolescentes saibam de seus direitos sexuais e reprodutivos de forma a diminuir a vulnerabilidade diante de possíveis abusadores e exploradores.
- Favorecer a criação de espaços em que crianças e adolescentes tenham acesso a informações de qualidade e possam ser orientados sobre seus direitos relacionados à sexualidade, para que suas descobertas, dúvidas e temores possam ser abordados de maneira saudável e construtiva.
- Promover um ambiente de atenção e acolhida para com crianças e adolescentes que tentem expressar uma situação de violência.
- Favorecer a criação de espaços em que os adultos possam aprender sobre o desenvolvimento sexual das crianças e dos adolescentes e ser orientados sobre como lidar com o amadurecimento sexual de seus filhos, parentes ou agregados.
- Contar com equipes de profissionais que vão em busca das famílias para oferecer apoio e detectar situações de vulnerabilidade à violência sexual contra crianças e adolescentes.

QUADRO 15

O COMBATE ÀS VIOLAÇÕES DE DIREITOS DURANTE EVENTOS INTERNACIONAIS

Em janeiro de 2012, a Fundação Scelles, da França, publicou um relatório mundial sobre a exploração sexual. Além de chamar a atenção para o número de 40 milhões de pessoas envolvidas com a prostituição no mundo, entre elas

dois milhões de crianças, o estudo aborda diretamente o impacto de megaeventos esportivos sobre o fenômeno. Segundo o levantamento, o número de prostitutas na África do Sul aumentou em 40 mil pessoas durante a Copa do Mun-

do, em 2010, fato estimulado sobretudo pela ação de redes criminosas.

A realização de dois grandes eventos internacionais consecutivos no Brasil, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, já está mobilizando os atores do campo dos direitos da criança e do adolescente para evitar que eles se transformem em oportunidades para violações. Diversos compromissos já foram celebrados entre o poder público, a iniciativa privada e organizações da sociedade civil, incluindo parcerias com organismos de outros países. Também já estão em andamento, no país e no exterior, campanhas e eventos de sensibiliza-

ção e orientação para a denúncia e para a auto-proteção, estes com foco direto em crianças e adolescentes.

No contexto de grandes eventos, toda a comunidade deve estar atenta para impedir a ação de redes que aliciam crianças e adolescentes para a exploração sexual, bem como para denunciar casos suspeitos ou atos de violência contra esse segmento da população. A vigilância deve ser redobrada nos locais em que ocorrem os eventos, mas deve ser feita também em todo o país, considerando que a abordagem criminosa costuma envolver promessas de mobilidade.

O QUE A FAMÍLIA PODE FAZER

A família é considerada como um ambiente estratégico no combate à violência sexual contra a criança e o adolescente. Por um lado, espera-se que ela seja o primeiro espaço de proteção e de promoção dos direitos de cada ser humano, em suas primeiras fases de desenvolvimento. Por outro lado, no contexto desse tipo de violação, o ambiente familiar pode também representar riscos, seja por infrações, seja pela omissão dos adultos.

Os membros da família ou responsáveis legais que convivem com crianças e adolescentes devem empreender todos os seus esforços para garantir seu desenvolvimento seguro e integral. Eles precisam, portanto, estar informados sobre as fases desse processo e sobre as condutas mais adequadas para acompanhá-lo e apoiá-lo; devem também buscar formas de garantir o acesso de crianças e adolescentes à escola, à saúde, à assistência social, à formação profissional, ao lazer e a outros recursos que os ajudem a se inserir na sociedade.

É preciso lembrar, porém, que muitos adultos reproduzem comportamentos e conceitos que estão presentes nas famílias e comunidades. Isso significa que as famílias também precisam de ajuda para educar e apoiar o desenvolvimento dos filhos e é importante que pais, avós e outros responsáveis estejam abertos e dispostos a buscar essa ajuda sempre que enfrentem desafios pertinentes à formação das crianças e dos adolescentes.

Segundo um estudo a respeito da prevenção de abusos contra crianças, diferentes teorias confluem ao afirmar que a) os pais abusariam menos se compreendessem melhor a si mesmos e o seu papel de pais; b) os abusos seriam menos frequentes se os pais tivessem mais conhecimento sobre como cuidar bem dos filhos; c) o acesso a recursos econômicos e sociais levaria os pais a abusar menos dos filhos; d) os abusos seriam reduzidos se os pais contassem com uma rede de serviços e de apoio para compensar limitações pessoais ou conjunturais¹².

Algumas recomendações práticas:

- Informar-se e preparar-se para a chegada e o acompanhamento do desenvolvimento das crianças e dos adolescentes.
- Reconhecer a sexualidade das crianças e dos adolescentes e se preparar para lhes oferecer um ambiente seguro e acolhedor, para que falem sobre o assunto e possam se desenvolver de maneira apropriada.
- Conhecer o assunto e saber como abordá-lo de acordo com as diferentes faixas etárias e contextos de desenvolvimento das crianças e dos adolescentes.
- Educar meninos e meninas na perspectiva dos direitos e da equidade, evitando a reprodução de estereótipos e condutas que discriminam ou rivalizam com base no sexo e no gênero.
- Observar mudanças de comportamentos e procurar conhecer os sinais da violência sexual para identificar e reagir rapidamente a ocorrências.
- Saber quais são os fatores de risco para as violências sexuais e procurar aplicar medidas de proteção ou buscar ajuda com relação a eles.
- Procurar ajuda especializada para cumprir os deveres de pais, avós ou responsáveis, sempre que houver necessidade de apoio ou orientação.
- Romper o ciclo de silêncio ao redor de casos de violência sexual que envolvem familiares: essa atitude protege as crianças e os adolescentes abusados e permite que o/a abusador/a também possa ser ajudado.

O QUE CADA INDIVÍDUO PODE FAZER

Cada pessoa deve assumir o compromisso de contribuir para o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes que estão ao seu redor, sejam membros da família, da comunidade ou beneficiários de serviços prestados por elas ou pela instituição na qual trabalham. O primeiro passo é se informar sobre as evidências da violência sexual e o seguinte é o de

saber a quem denunciar ou encaminhar suspeitas ou violações identificadas. Cada cidadão precisa ter clareza de que sua omissão contribui para a continuação do problema e para a possível ampliação das sequelas futuras na vida das vítimas.

Um aspecto importante do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes diz respeito ao apoio às vítimas desse tipo de violação. A compreensão do problema permite que cada pessoa tenha mais capacidade para denunciar e também para ajudar crianças e adolescentes que foram abusados a construir um projeto de vida que supere a experiência de violação.

Particularmente, os profissionais que atuam no SGDCA precisam ser capacitados e receber apoio constante para que possam desempenhar bem suas funções cotidianas, incluindo em sua habilitação ter condições para identificar e encaminhar situações de ocorrência ou suspeita de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Algumas recomendações práticas:

- Apoiar e cumprir a legislação relativa à proteção dos direitos de crianças e adolescentes.
- Votar em candidatos e apoiar programas governamentais que priorizam os direitos de crianças e adolescentes, especialmente aqueles que combatem a violação desses direitos.
- Estar permanentemente atento a situações de ocorrência ou suspeita de violência sexual contra crianças e adolescentes.
- Denunciar casos concretos e suspeitas de violação dos direitos ao Conselho Tutelar.
- Rejeitar ofertas de serviços que incluam exploração sexual de crianças e adolescentes e denunciar as pessoas ou empresas que os propõem.
- Compartilhar informações de campanhas de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes e incentivar amigos e colegas a denunciar esse tipo de violação.
- Adotar pessoalmente uma postura de igualdade e de respeito em relação a todas as outras pessoas, independentemente de sexo, gênero e idade, valorizando os direitos de cada ser humano.

QUADRO 16

EDUCAR AS CRIANÇAS PARA A AUTOPROTEÇÃO

A sexualidade, em geral, costuma ser um tema rodeado de tabus, na maior parte das sociedades. Pouco se fala sobre o assunto e os problemas associados a ele tendem a ser ainda mais obscurecidos. Nesse contexto, crianças e adolescentes crescem, muitas vezes, tendo suas curiosidades, dúvidas e temores censurados no que se refere às transformações que estão acontecendo em seu próprio corpo e às relações que estabelecem com outras pessoas. Diversas organizações que atuam no campo dos direitos da infância e da adolescência têm produzido materiais e metodologias para mudar essa situação. A proposta é oferecer formação para os adultos e, sobretudo, oportunidades para que crianças e adolescentes aprendam sobre sexualidade e possam, eles também, participar de sua proteção contra violências sexuais. É o que se denomina autoproteção.

A organização internacional Save the Children tem trabalhado com uma metodologia que procura dar às crianças informações básicas e fundamentais para que compreendam sua sexualidade e se protejam contra qualquer tipo de

violação. Essa abordagem sugere os seguintes passos¹³:

1. quem sou: a importância do autoconhecimento e do tratamento equitativo
2. como cheguei ao mundo: a necessidade de estar informado sobre reprodução
3. a importância do meu corpo: o corpo e as sensações
4. sou valioso(a) e ninguém deve abusar de mim: o abuso sexual e sua prevenção
5. estes são meus direitos: conhecer os direitos das crianças

Esse método parte do princípio de que a sexualidade está presente na vida de todos os seres humanos, de maneiras diversas de acordo com cada faixa etária, e que quanto mais se conhece a seu respeito, melhor ela será vivenciada e mais chances haverá de se evitar os riscos de violação de direitos. Crianças e adolescentes educados sobre a sexualidade como um direito, na perspectiva da equidade de gênero, podem se transformar em agentes de sua própria proteção e se relacionar de forma mais respeitosa em relação a outras pessoas.

Essas não são as únicas medidas necessárias para resolver o problema da violência sexual contra crianças e adolescentes. Existem deveres e atitudes específicos para alguns setores profissionais, como a saúde, a educação, a assistência social, o turismo, entre outros. É importante que as pessoas que trabalham nesses campos busquem formação e informação sobre o tema para incluir, em sua prática cotidiana, comportamentos preventivos

e de encaminhamento de situações e suspeitas de violação. O mesmo vale para os atores do campo das políticas públicas e da gestão de organizações que atuam junto à infância e à adolescência.

Sobretudo, é fundamental que a realidade de cada território seja observada com atenção, regularidade e rigor, para que se conheça bem a situação das crianças e dos adolescentes, os fatores de risco para seu desenvolvimento integral e as medidas mais adequadas para que seus direitos sejam garantidos. Nesse contexto, podem se configurar responsabilidades e deveres particulares, grupos sociais que requerem intervenção sob medida. De maneira muito concreta, as atividades realizadas durante o projeto Ação Proteção ensinaram que o encontro entre os atores desse campo e a abordagem ao assunto podem produzir muito conhecimento e, a partir dele, boas iniciativas, sejam elas pontuais ou abrangentes. É da observação da realidade que emergirão as melhores e mais efetivas recomendações para enfrentar o problema.

NOTAS

1. Pinheiro, 2007.
2. Segundo a página eletrônica do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, disponível em <http://www.comitenacional.org.br/>, consultada em 7 fev. 2013.
3. Pinheiro, 2007, p.5.
4. Naciones Unidas, 2006.
5. Brasil, 2007b, p.65.
6. Brasil, 2010; FAI / SAVE THE CHILDREN MÉXICO, 2007, p.64.
7. Brasil, 2007a, p.16.
8. Naciones Unidas, 2006.
9. Santos, 2009, p.45-46.
10. Brasil. Um Brasil para as Crianças e os Adolescentes – A Sociedade Brasileira e os Objetivos do Milênio para a Infância e a Adolescência – II Relatório. Maio, 2007.
11. FAI / SAVE THE CHILDREN MÉXICO, 2007, p.64.
12. Daro e Donnelly apud Naciones Unidas, 2006, p.29.
13. FAI / SAVE THE CHILDREN MÉXICO, 2007.

LEGISLAÇÃO RELACIONADA À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A presente lista não tem a pretensão de ser exaustiva; apenas oferece algumas das referências relativas à legislação aplicada nesse campo.

Constituição Federal de 1988. Art. 227.

Código Penal: art. 213 com Lei nº 12.015/2009 (estupro); art. 215 com Lei nº 12.015/2009 (violação sexual mediante fraude); art. 216-A, com inclusões das Leis nº 10.224/2001 e nº 12.015/2009 (assédio sexual); art. 218 com Lei nº 12.015/2009 (corrupção de menores); art. 217-A com Lei nº 12.015/2009 (estupro de vulnerável); art. 218-A com Lei nº 12.015/2009 (satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente); art. 218-B com Lei nº 12.015/2009 e art. 226 com Lei nº 11.106/2005 (favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável); art. 227 com Lei nº 11.106/2005 (mediação para servir a lascívia de outrem); art. 229 (manutenção de casa de prostituição); art. 230 (rufianismo); art. 231 (tráfico internacional de pessoas para fim de exploração sexual); art. 231-A (tráfico interno de pessoas para fim de exploração sexual).

Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Convenção sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para a sua Eliminação, aprovada em 17 de junho de 1999 e promulgada, no Brasil, pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000.

Decreto nº 1.196, de 14 de julho de 1994: Dispõe sobre a gestão e administração do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA), e dá outras providências.

Decreto nº 6.117, de 22 de maio de 2007: Aprova a Política Nacional sobre o Álcool, dispõe sobre as medidas para redução do uso indevido de álcool e sua associação com a violência e a criminalidade, e dá outras providências.

- Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990:** Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança.
- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991:** Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e dá outras providências.
- Lei nº 10.764, de 12 de novembro de 2003:** Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- Lei nº 11.829, de 25 de novembro de 2008:** Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para aprimorar o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil, bem como criminalizar a aquisição e a posse de tal material e outras condutas relacionadas à pedofilia na internet.
- Portaria MS/GM nº 936, de 18 de maio de 2004:** Dispõe sobre a estruturação da Rede Nacional de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde e a Implantação e Implementação de Núcleos de Prevenção à Violência em Estados e Municípios.
- Portaria MS/GM nº 1.508, de 1º de setembro de 2005:** Dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.
- Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012:** Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS.

ÍNDICE DE QUADROS, TABELAS, GRÁFICOS E FIGURAS

Quadros

- Quadro 1: Piores formas de trabalho infantil, 25
- Quadro 2: Violência sexual contra crianças e adolescentes no mundo, 27
- Quadro 3: Disque 100, 29
- Quadro 4: Alguns números da prevalência de abuso sexual no Brasil, 32
- Quadro 5: O mapeamento da Polícia Rodoviária Federal, 40
- Quadro 6: A Fundação Telefônica Vivo e os direitos de crianças e adolescentes, 41
- Quadro 7: Módulos da capacitação presencial do projeto Ação Proteção, 61
- Quadro 8: Módulo complementar do curso online do projeto Ação Proteção, 63
- Quadro 9: Especialistas dos cursos presencial e online por módulos da capacitação, 63
- Quadro 10: A avaliação do eixo de Capacitação, 69
- Quadro 11: A metodologia “Conhecer para Transformar”, 84
- Quadro 12: Pesquisa de mercado, 96
- Quadro 13: 18 de Maio, 97
- Quadro 14: Mídia – impacto das campanhas veiculadas em 2011 e 2012, 104
- Quadro 15: O combate às violações de direitos durante eventos internacionais, 118
- Quadro 16: Educar as crianças para a autoproteção, 122

Tabelas

- Tabela 1: Quadro Síntese de Violência Doméstica Notificada, 28
- Tabela 2: Quadro Síntese de Violência Sexual Doméstica Notificada, 30

Tabela 3: Distribuição dos pontos vulneráveis à exploração sexual por regiões brasileiras, 36

Tabela 4: Distribuição dos respondentes por alternativa que melhor define o curso, 59

Tabela 5: Relação com Redes, 60

Tabela 6: Contribuição do curso para lidar com a situação, 68

Gráficos

Gráfico 1: Disque Direitos Humanos – Módulo Criança e Adolescente: Total de Denúncias Brasil por ano, 29

Gráfico 2: Evolução do mapeamento de pontos de vulnerabilidade à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais brasileiras, 35

Figuras

Figura 1: Mapa da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 34

Figura 2: Municípios participantes do projeto Ação Proteção, 46

Figura 3: Resultados do projeto Ação Proteção – Diagnósticos, 79

Figuras 4 e 5: Resultados do projeto Ação Proteção – Conselhos e SGDCA, 90

BIBLIOGRAFIA

- AGÊNCIA BRASIL. **Ministério do Turismo notifica sites que associam programas do governo a apelo sexual.** Brasília, 27 mar. 2012. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/03/27/ministerio-do-turismo-notifica-sites-que-associamprogramas-do-governo-a-apelo-sexual>, consultado em 7 fev. 2013.
- BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Relatório Disque Direitos Humanos: Módulo Criança e Adolescente.** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente; Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências:** orientação para gestores e profissionais de saúde. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
- BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). **Construindo a Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes 2011-2020** – Documento Preliminar para Consulta Pública. Brasília, 2010b (PDF).
- BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). **Resolução Conanda Nº 137.** Brasília, 2010c (PDF).

- BRASIL. Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil**: Uma política em movimento. Relatório de Monitoramento 2003-2004. Brasília, 2007a.
- BRASIL. **Um Brasil para as Crianças e os Adolescentes**: A Sociedade Brasileira e os Objetivos do Milênio para a Infância e a Adolescência – II Relatório. São Paulo, 2007b.
- BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). **Resolução 113**. Brasília, 2006.
- FAI / SAVE THE CHILDREN MÉXICO. **Prevención de abuso sexual de niñas y niños**: Una perspectiva con enfoque de Derechos. México, 2007.
- Fondation Scelles. **Exploitation sexuelle, prostitution et crime organisé**. Paris: Édition Economica, 2012.
- FUNDAÇÃO TELEFÔNICA. **Conhecer para transformar**: Guia para diagnóstico e formulação da política municipal de proteção integral das crianças e adolescentes. São Paulo: Fundação Telefônica, 2011.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Direitos negados**. 2ª edição. Brasília: UNICEF, 2007.
- LABORATÓRIO DE ESTUDOS DA CRIANÇA (LACRI). **Pesquisando a violência doméstica contra crianças e adolescentes**: A Ponta do Iceberg – Brasil, 1996-2007. São Paulo, 2007. Disponível em: www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/iceberg.htm, consultado em 30 nov. 2012.
- MOVE. **Projeto Ação Proteção – Avaliação Externa**: Visão Geral dos Resultados. São Paulo, 2012 (PDF).
- MOVE. **Projeto Ação Proteção – Avaliação Externa**: Documento 01 – Registros da Formação. São Paulo, 2012 (PDF).
- MOVE. **Projeto Ação Proteção – Avaliação Externa**: Estudo de Caso 08 Municípios. São Paulo, 2012 (PDF).
- MOVE. **Projeto Ação Proteção – Avaliação Externa**: Formação para Profissionais do Sistema de Garantia de Direitos. São Paulo, 2012 (PDF).
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT); AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA (ANDI). **Piores formas de trabalho Infantil**. Um guia para jornalistas. Brasília: OIT – Secretaria Internacional do Trabalho / Agência de Notícias dos Direitos da Infância – ANDI, 2007.

- NACIONES UNIDAS. **La violencia contra niños, niñas y adolescentes**. Informe de América Latina en el marco del Estudio Mundial, 2006 (PDF).
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Informe Mundial sobre la Violencia contra los Niños y Niñas**. Naciones Unidas, 2007.
- POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL. **5º Mapeamento dos Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras**: Mapeamento 2011-2012 (PDF).
- SANTOS, Benedito Rodrigues dos. **Guia de referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual**. São Paulo: Childhood (Instituto WCF-Brasil) / Prefeitura da Cidade de São Paulo – Secretaria de Educação, 2009.
- SAVE THE CHILDREN. **Estado atual do abuso e a exploração sexual de meninos, meninas e adolescentes**: o caso do Brasil e Colômbia. Relatório técnico final para o Estudo Mundial sobre a Violência contra Crianças das Nações Unidas. Bogotá, 2005. Disponível em: https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:jfHQ4UK20BUJ:www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/infanciahome_c/i_violencia_abuso_exploracao_sexual/vaes_doutrina_violencia_abuso/abuso%2520%2520e%2520exploracao%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520-%2520estudo%2520-%2520Na%25C3%25A7%25C3%25B5es%2520Unidas.doc+&hl=fr&gl=be&pid=bl&srcid=ADGEEsBlqLXQKIhOr8_onR8ffZqkqpXUvHiMurPtOnEI4obi8tl__S7geRO4f9ZBG0mgBKNkBVibRYxmanAMdxnlMsKR-hJ_45oBmJ8fGb8FgR8swqXjvOYx2VFixg7zPEWLNJrVFWR&sig=AHIEtbQRhXDbqijWoOtQsbB9xizw4puktQ, consultado em outubro de 2011.



Este impresso foi produzido na PROMODGRAF - uma empresa certificada FSC, comprometida com o meio ambiente e com a sociedade, fornecendo produtos com papel proveniente de florestas certificadas FSC e outras fontes controladas.

Ação Proteção. Experiências e aprendizagens em um projeto de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes

Fundação Telefônica Vivo

Françoise Trapenard

Presidente

Gabriella Bighetti

Diretora de Programas e de Ações Sociais

Coordenação editorial

(Fundação Telefônica Vivo)

Renata Famelli

Gerente de Comunicação e Eventos

Anna Paula Pereira Nogueira

Comunicação e Eventos

Projeto Ação Proteção

(Fundação Telefônica Vivo)

Patricia Santin

Gerente de Infância e Adolescência

Eliane Schütt

Infância e Adolescência

Luane Natalle

Infância e Adolescência

Parceiros

Ministério Público do Estado de São Paulo

Childhood Brasil

Prattein Consultoria

Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor (CEATS)

Instituto Fonte

Move: Avaliação e Estratégia em Desenvolvimento Social

Municípios

Bady Bassitt | Bertiooga | Cajati | Caraguatatuba | Cubatão | Guarujá | Icó | Ilhabela | Jacaré | Jacupiranga | José Bonifácio | Juquiá | Lorena | Miracatu | Mirassol | Nova Granada | Onda Verde | Panorama | Pauliceia | Praia Grande | Presidente Epitácio | Presidente Prudente | Presidente Venceslau | Registro | Santos | São José do Rio Preto | São José dos Campos | São Sebastião | São Vicente | Ubatuba

Publicação

Ana Cristina Suzina

Redação

Beatriz de Freitas Moreira

Revisão de texto

Mila Motomura

Ilustrações

Rica Ramos

Mapas

Rita da Costa Aguiar

Direção de Arte

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

P958

Ação Proteção: experiências e aprendizagens em um projeto de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. - São Paulo : Fundação Telefônica, 2013.

134 p. : il. ; 24 cm

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-60195-20-6

1. Proteção. 2. Violência familiar. 3. Crianças e violência. 4. Adolescentes e violência. 5. Violência - Aspectos psicológicos. 6. Crianças maltratadas sexualmente. 7. Crime sexual contra as crianças. 8. Adolescentes maltratados sexualmente. 9. Vítimas de abuso sexual. 10. Política pública. 11. Assistência social. I. Fundação Telefônica.

13-1960 CDD: 362.70981

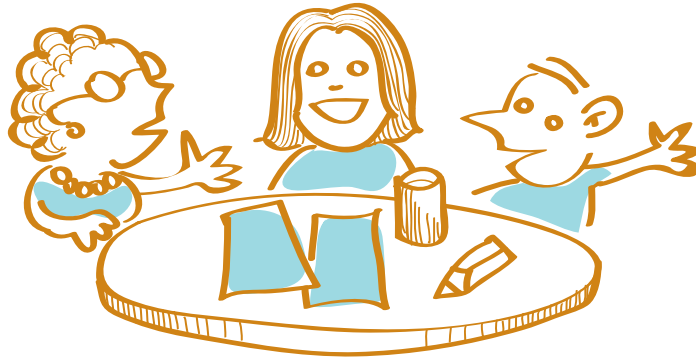
CDU: 364.4-053.2

27.03.13 01.04.13

043812



Esta obra foi composta
em Telefônica e Ikan Besar
e impressa pela gráfica
Promograf em abril de 2013



A Fundação Telefônica Vivo nasceu em 1999, da vontade de melhorar a qualidade de vida de crianças e jovens através da tecnologia. Buscamos fazer isso de forma inovadora: por meio da colaboração entre pessoas e instituições. Alinhados a este objetivo, iniciamos em 2010, em conjunto com o Ministério Público do Estado de São Paulo, um projeto de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes: o **Ação Proteção**.

Esta publicação conta o histórico e aprendizados do projeto, que teve como objetivo o fortalecimento de redes de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes em 30 municípios do estado de São Paulo e realização de uma ampla campanha de mídia para chamar a atenção da população para o tema, fazendo com que a mensagem chegasse de forma clara e cuidadosa a 29 milhões de pessoas.

O material também estará disponível gratuitamente para download no site da Fundação Telefônica Vivo: www.fundacaotelefonica.org.br.

